

WALDIR JOSÉ DE QUADROS

A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: 1950 - 1980

*Este exemplar corresponde
à redação final da tese de
mestrado do aluno
Waldir José de Quadros*

*Campinas, 18 de maio de
1985*

Paulo Renato Costa Souza

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Renato Costa
Souza.

Campinas

1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A meus Pais e Irmãos

*Para Carlos Alonso Barbosa de Oliveira
João Manuel Cardoso de Mello
Liana Maria Aureliano*

AGRADECIMENTOS

No antigo Departamento e atual Instituto de Economia da UNICAMP encontrei plenas condições para aprimorar-me como profissional e cidadão. No programa de mestrado muní-me de seguras referências, capazes de nortear inquietações e ampliar os horizontes. Posteriormente, ao ingressar no seu corpo docente, passei a compartilhar com alunos, funcionários e professores de um enriquecedor ambiente de trabalho, construído a partir de profundo compromisso com o conhecimento crítico e transformador, avesso às pequenas ambições e iluminado por valores humanistas.

É por isso que esta convivência tanto me marcou!

Assim, meu reconhecimento inicial se dirige àqueles que mais de perto contribuíram para esta trajetória. Em primeiro lugar, ao Professor Belluzzo, através de quem se deu minha aproximação com o DEPE e que forneceu o exemplo de uma conduta digna e lúcida em tempos profundamente hostis aos intelectuais comprometidos com seu povo. Em seguida, ao Professor Luciano, que admitindo-me numa das pesquisas que coordenou não só viabilizou como estimulou que me preparasse adequadamente para o exame de seleção ao mestrado.

Do curso, devo destacar três mestres a quem sou particularmente devedor: o Professor Alonso, o Professor João Manuel e o Professor Wilson Cano. Dos colegas de estudo, o Tico, o Vasco, o Oswaldão e o Boni. Dos anos iniciais de magistério, o Guilherme.

Na elaboração desta dissertação foi inestimável a ajuda prestada pela Professora Liana, que com seu acompanhamento zeloso e presta-

tivo não só impediu que faltasse ânimo para prosseguir, como propiciou-me superar inúmeras debilidades. Como orientador, o Professor Paulo Renato forneceu as indispensáveis indicações de como melhor utilizar os dados disponíveis, foi rigoroso com simplificações e imprecisões, ao mesmo tempo que compreensivo com minhas limitações. O Professor Claudio Salm também muito contribuiu ao emprestar pequena parte de sua grande experiência profissional. O Professor João Manuel comportou-se, o tempo todo, como verdadeiro farol a chamar atenção para as questões decisivas e apontando a forma adequada de enfrentá-las. Do Alonso recebi inesgotável atenção, dispensada desde a fixação do tema, e seu fraterno compartilhar de preocupações. A Eugênia Troncoso solícitamente processou os dados primários do Apêndice Estatístico nº 2. A Márcia Mendes, com sua arguta inteligência e ampla cultura aprimorou o texto e livrou-o de incorreções e mal-entendidos, naquilo que foi possível. Do Milton e do Tunico nutrí-me com a convivência amiga e estimulante do "Bob Marley".

Contudo, o sentido e possibilidades desta rica experiência seriam extremamente reduzidos não fossem o companheirismo e afeto da Lenita e a irradiante alegria de viver de nossa filha Mariana. Infelizmente, ambas arcaram com boa parte das consequências desagradáveis que um trabalho intenso e solitário acarreta a quem está mais próximo.

Também foi imprescindível o calor humano recebido de vários amigos não mencionados. A todos declaro minha mais profunda gratidão, na pessoa do caro Valdir Bartoli. Com seu proverbial conhecimento da natureza humana sempre estimulou o caminho do esforço e da perseverança, alertando para os ilusórios atalhos que se insinuam como cantos de sereia.

S U M Á R I O

	PÁG.
INTRODUÇÃO	7
Notas à Introdução	22
 CAPÍTULO I: AS ORÍGENS DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA	 25
1 - INTRODUÇÃO	26
2 - AS DÉCADAS DOS ANOS 30 e 40.....	33
3 - AS DÉCADAS DOS ANOS 50 e 60	38
4 - MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL: 1950-70	55
Notas ao Capítulo I	73
 CAPÍTULO II: OS CONTORNOS ESTRUTURAIS DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA	 79
1 - INTRODUÇÃO	80
2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS	85
3 - TRABALHADORES EM FUNÇÃO DE GESTÃO	91
4 - TRABALHADORES EM OCUPAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO	96
5 - OCUPAÇÕES DAS ÁREAS SOCIAIS	101
6 - OCUPAÇÕES DE TÉCNICOS UNIVERSITÁRIOS	106
7 - TRABALHADORES EM OCUPAÇÕES DE INFORMAÇÃO, ARTES E LAZER	110
Notas ao Capítulo II	114
 CONCLUSÃO: A DÉCADA DOS ANOS 1970 — EXPANSÃO E CRISE	 117
1 - INTRODUÇÃO	118
2 - MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL	120
3 - EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES DE CLASSE MÉDIA	133

	PÁG.
4 - A CRISE E SUAS IMPLICAÇÕES	138
Notas à Conclusão	148
BIBLIOGRAFIA	151

INTRODUÇÃO

Os traços mais gerais do Modo de Produção Capitalista — tal como foi analisado por Marx — estão presentes tanto na etapa concorrencial como na etapa monopólica. Entretanto, a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista traz consigo uma série de novidades históricas. O surgimento e a expansão da "Nova Classe Média"⁽¹⁾ é uma destas novidades, e expressa a crescente diversificação e complexidade das classes sociais, próprias do capitalismo do século XX. Para situar corretamente esta nova estrutura social, faz-se necessário compreender a divisão social do trabalho, típica do capitalismo em sua etapa monopólica.

Por razões históricas que dizem respeito a formação do capitalismo americano, os USA se sobressaem na constituição da nova classe média. E mais, ao contrário de outros países que também se destacam no processo de monopolização do capital — tal como Alemanha e Japão — ele não teve suas estruturas produtivas destruídas pela guerra. Por isso, e por constituir uma potência mundial, revelou enorme capacidade de irradiação de seu estilo de desenvolvimento.

Assim sendo, iniciaremos nosso estudo buscando compreender quais processos explicam a emergência da nova classe média americana.

Tomando como referência o país em que estas transformações mais avançaram e onde portanto seus resultados são mais visíveis, é possível recolher indicações gerais sobre as imposições absolutas, relativas à estrutura social, que são inerentes ao nível de desenvolvimento atingido pela divisão social do trabalho no capitalismo monopolista. Melhor dizendo, algumas consequências sociais são inexoráveis a qualquer capitalismo nacional que tenha atingido certos níveis de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Obviamente fica definido um raio

de ação nacional, no qual alguns elementos ou ~~V~~ítimos podem ser acentuados ou atenuados pela orientação imprimida à Política Econômica e à Política Social. Ao mesmo tempo, as distintas trajetórias históricas dão lugar às especificidades nacionais.

Estudando como este processo se desenvolveu nos EUA, Wright Mills verifica que, ao longo do período 1870-1940, somente a nova classe média de gerentes, profissionais liberais assalariados, professores, empregados do comércio e de escritórios cresce em relação à população economicamente ativa (de 6% para 25%). Decrescem relativamente tanto o operariado (de 61% para 55%), como a antiga classe média de pequenos agricultores independentes, comerciantes e profissionais liberais autônomos (de 33% para 2%).⁽²⁾

Esta alteração na estrutura ocupacional é permeada por um forte processo de assalariamento, de tal forma que, em 1940, as condições de vida de quatro quintos da população economicamente ativa americana já dependem do comportamento do mercado de trabalho, contra os dois terços de 1870.

Para Mills:

"O declínio numérico dos antigos setores independentes da classe média é apenas um episódio na concentração da propriedade; a ascensão numérica dos novos empregados assalariados deve-se aos mecanismos industriais que deram origem às novas ocupações da classe média."⁽³⁾

Desta forma, nosso objeto de estudo neste primeiro momento é precisamente compreender em todo seu significado os referidos "mecanismos industriais" do século XX — por nós entendidos como um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho —, e verificar como os mesmos conformam a estrutura social do capitalismo monopolista, em que se sobressai a nova classe média assalariada.

Em Mills alguns processos são fundamentais para explicar a crescente expansão da nova classe média.⁽⁴⁾ Em primeiro lugar se destaca o constante progresso técnico industrial, em que os crescentes ganhos de produtividade requerem tanto um contingente relativamente menor de trabalhadores na produção, como implicam na expansão das tarefas administrativas em geral.

Em segundo, a rápida expansão da produção e dos mercados impõe o desenvolvimento dos meios de distribuição, com progressos notáveis nos transportes, nas comunicações, nas finanças e no comércio, o que engloba as vendas, o crediário, a promoção e a publicidade.

Em terceiro lugar, tem-se o enorme desenvolvimento das grandes empresas privadas e públicas, que requer contínuas melhorias e expansão de sua gestão e uma minuciosa racionalização do seu funcionamento, provocando notável burocratização das estruturas produtivas e de serviços. Por fim, o Estado é levado a assumir novas funções, tanto no âmbito da regulação econômica, como na prestação dos serviços sociais.

Tais processos têm repercussão em aspectos mais globais da sociedade — por exemplo na urbanização e na estrutura educacional —, bem como implicam em alterações na estrutura ocupacional. Assim, verifica-se a rápida expansão das atividades de gerência, das tarefas de escritório e das ocupações do comércio e dos serviços. Como traço geral esta expansão se dá, simultaneamente, de um lado com a centralização da direção e a qualificação dos funcionários mais graduados, e de outro com o parcelamento e simplificação das tarefas rotineiras, desqualificando-se a massa dos empregados.⁽⁵⁾

Estes fenômenos perpassam a estrutura ocupacional, provocando ainda o assalariamento de profissionais liberais autônomos e a massificação dos intelectuais.

Assim, o desenvolvimento capitalista aponta com duas tendências nítidas no que se refere à remuneração da nova classe média. Em primeiro lugar, para uma maior homogeneização de sua estrutura de rendimentos, embora as disparidades permaneçam relevantes. E, em segundo, para uma menor distância em relação aos operários.⁽⁶⁾

Porém, é crucial que se tenha em conta que todos estes processos que provocam o surgimento e a expansão das novas ocupações de classe média, são determinados por profundas transformações na estrutura produtiva que expressam a rápida centralização e monopolização da propriedade e da produção. Tais transformações se desenvolvem desde fins do século XIX⁽⁷⁾, e no início do século XX irão resultar, pioneiramente nos USA, no predomínio da grande empresa, organizada como sociedade anônima; e nos bens duráveis de consumo, como o elemento fundamental da dinâmica econômica.

Nos USA, a introdução da grande empresa por ações ocorre primeiramente na indústria têxtil, antes de 1860. No período anterior à Guerra Civil ela penetra nas ferrovias e, em fins do século XIX e início do século XX, vai se generalizar por todos os setores econômicos.⁽⁸⁾

É importante que se destaque, de imediato, as alterações que a emergência da moderna corporação empresarial provoca na estrutura ocupacional da força de trabalho. Nas antigas fábricas do capitalismo concorrencial, geralmente as tarefas administrativas eram bastante simples e os próprios proprietários se ocupavam delas, com a ajuda dos serviços externos de vendas e escrituração. Assim, os trabalhadores se concentravam na produção,

onde a tecnologia predominante era relativamente simples e acessível.

Já nas empresas modernas, as atividades administrativas são bem mais complexas, propiciando e requerendo o surgimento de uma série de departamentos especializados e uma legião de trabalhadores de escritório. Na área produtiva, a contínua aplicação do conhecimento científico faz crescer a participação de trabalhadores mais qualificados, tais como técnicos, engenheiros, químicos, etc.

No final do século XIX os USA já conta com uma importante indústria pesada. O surgimento e a rápida expansão da indústria automobilística e de outros bens de consumo duráveis, no século XX, tanto estimulam o desenvolvimento desta indústria pesada como levam à implantação de um intenso programa de obras públicas. Já no final dos anos 20 se configura uma estrutura industrial monopolizada, cuja dinâmica é dada pelas grandes empresas oligopolistas, com o predomínio dos bens de consumo duráveis.

Esta moderna estrutura produtiva americana beneficiou-se, desde a sua gênese, de mecanismos financeiros altamente eficazes e zelosa proteção do Estado. Isto, mais do que a própria base técnica, é o que lhe confere notável capacidade de crescimento. (9)

Todos estes acontecimentos geram consequências extremamente profundas em relação à estrutura ocupacional.

Com o constante progresso técnico e a ampliação das escalas de produção, eleva-se a produtividade industrial e se verifica a rápida expansão da produção e dos mercados. Como é sabido, na produção são relativamente menores os requisitos de mão de obra.

As tarefas de gestão são acentuadas, com a centralização da administração e a adoção da gerência científica. São enormes os progressos nos meios de distribuição e serviços e o Estado é levado a assumir uma série de novas tarefas de regulação econômica e assistência social.

A adoção da moderna estrutura gerencial não se restringe às atividades produtivas, mas se generaliza em todas as iniciativas empresariais mais relevantes, sejam privadas ou públicas. Com as novas funções do Estado, ocorre significativa expansão de toda a administração pública. O resultado final é um violento e progressivo agravamento da mercantilização e burocratização das relações sociais.

De acordo com Mills:

"A própria amplitude da empresa moderna, que concentra o progresso tecnológico e as decisões financeiras, obriga à criação de organizações centralizadoras submetidas a regras formais e subdivisões racionais em todos os setores da sociedade, e especialmente no governo."(10)

O desenvolvimento e centralização dos meios de administração implica, de imediato, na ampliação e aperfeiçoamento das estruturas gerenciais. Se, com a mera adoção da participação acionária, dá-se a separação entre a propriedade e o seu controle, na moderna corporação gigante, desdobram-se as funções diretivas, agora assumidas por uma complexa hierarquia de funcionários e departamentos especializados. (11)

Nas empresas esta gerência se estrutura via racionalização e burocratização das áreas administrativa, financeira e comercial, envolvendo toda uma hierarquia de gerentes, chefes de departamento, assistentes, fun-

cionários e operadores de máquinas de escritório. Na produção, seu planejamento e controle requer engenheiros, técnicos, programadores e contramestres.

No âmbito do Estado, verifica-se da mesma forma uma enorme expansão da burocracia pública pelo alargamento do aparelho governamental, com a centralização, ampliação e profissionalização de sua administração e de seu funcionalismo.

Portanto, a empresa do capitalismo monopolista impõe um formidável crescimento das ocupações de escritório, tanto na indústria, como no comércio, finanças e outros serviços privados e públicos.

"Com o crescimento do exército de empregados, eles foram divididos em departamentos, especializados em funções; assim, antes que as máquinas fossem introduzidas, os empregados foram organizados racionalmente. O trabalho foi dividido e sistematizado."⁽¹²⁾

Assim, nestes grandes escritórios, como tendência geral, passa a imperar o trabalho impessoal, mecanizado e padronizado, como poucas possibilidades de ascensão. Promove-se a contínua desqualificação da massa de funcionários, através do progressivo parcelamento e especialização das tarefas o que, por sua vez, propicia crescente automatização dos serviços.

Outra atividade profundamente afetada pela emergência da moderna corporação é a comercialização. A rápida urbanização, a mercantilização das necessidades domésticas, a constituição do mercado nacional, o abarroamento dos mercados por bens de consumo, em especial de duráveis, impõe a estruturação de um novo sistema comercial.⁽¹³⁾

Observando o cenário vigente nos USA por volta de 1940, Mills registra:

"Há ainda postos comerciais em zonas isoladas, e pequenas lojas que vendem de tudo. O comércio especializado numa linha de produtos ou numa linha de artigos predomina ainda no varejo americano. Mas o magazine, a cadeia de lojas e a firma que vende pelo correio, criações essencialmente de nosso século, estão mais sintonizados com a nossa sociedade."⁽¹⁴⁾

Se a sobrevivência do pequeno comércio varejista permite que setores da antiga classe média ali se reproduzam, o predomínio do grande comércio varejista na comercialização de bens de consumo promove a rápida expansão de ocupações típicas da nova classe média. São os vendedores assalariados em geral, que abrangem gerentes comerciais, ambulantes e representantes, publicitários e balconistas.

Os modernos estabelecimentos dedicados à comercialização em massa de bens de consumo, têm sua capacidade de venda violentamente potencializada pelo crédito ao consumidor. Seus processos de venda são minuciosamente racionalizados, padronizando-se os preços e as normas de procedimento.

Assim, mais uma vez se estrutura uma complexa hierarquia que se desdobra em várias seções centralizadas pela direção geral, burocratizando-se as relações funcionais. Passa a vigorar uma extrema impessoalidade nos atos comerciais, sendo estreitada ao máximo a capacidade de interferência do vendedor individual, promovendo-se assim a desqualificação que facilita sua imediata substituição.

A adoção deste novo sistema comercial não se restringe à venda em massa de bens de consumo, generalizando-se por todo o mercado. Com o

que, o bom andamento dos negócios progressivamente deixa de depender do desempenho dos vendedores, balconistas ou representantes comerciais, e passa a se apoiar numa complexa organização comercial, onde se destacam os recursos publicitários e promocionais.

O novo estágio alcançado pela divisão social do trabalho impõe radicais alterações também nas condições de trabalho e de vida dos profissionais liberais e dos intelectuais. A razão destas alterações reside na utilização em larga escala das capacidades intelectuais por parte das modernas estruturas empresariais e governamentais. Porque:

"Quanto mais os níveis inferiores são destituídos do conteúdo intelectual de seu trabalho, tanto mais os do alto necessitam ser intelectualizados, ou pelo menos mais dependentes se tornam de pessoas intelectualmente capacitadas."⁽¹⁵⁾

As profissões liberais são afetadas por um duplo movimento: pelo assalariamento em antigas profissões independentes, e pela criação de novas ocupações já exclusivamente em regime de trabalho assalariado. Mesmo quando a antiga classe média de profissionais liberais independentes logra se reproduzir como tal, também ela sofre as consequências dos processos mais gerais que perpassam a sociedade. Seus membros cada vez menos atuam com recursos individuais, passando a lançar mão de modernos equipamentos, de um crescente número de auxiliares e assistentes, enfim, de uma estrutura de apoio em contínuo desenvolvimento. Ou seja, tendencialmente, número crescente de profissionais liberais autônomos passa a contar e mesmo a depender de uma estrutura empresarial, toda ela racionalizada e burocratizada, de tal forma que as relações com seus clientes tornam-se cada vez mais impessoais.

É o que se observa na medicina, onde os médicos autônomos progressivamente vão se tornando dependentes de uma moderna estrutura ambulatorial e hospitalar. Sua restrita independência está íntimamente relacionada a uma medicina altamente especializada e circunscrita às camadas de altas rendas.

Na advocacia, cresce o número de modernas empresas jurídicas, que enfatizam o direito comercial, e estão estreitamente articuladas com as grandes companhias e com as altas finanças. Nelas, os advogados autônomos, sócios do escritório, gradualmente assumem o papel de diretores de áreas especializadas, comandando um quadro de advogados assalariados, estagiários, pesquisadores, etc.

O ensino superior também é profundamente afetado, pois:

"Embora as grandes universidades ainda sejam lugares relativamente livres para o trabalho, as tendências gerais que limitam a independência dos intelectuais não estão ausentes."⁽¹⁶⁾

Proliferam os códigos e regulamentos internos e são regulares os esforços para o controle das verbas e bolsas, visando determinar a própria orientação dos estudos e pesquisas. Por outro lado, a massificação do ensino e a especialização dos professores rebaixa suas condições de trabalho e de vida, obrigando-os a, sempre que possível, estreitar seus vínculos com o universo empresarial, através de consultorias e assessorias profissionais.

A emergência da indústria cultural, com especial destaque para a monopolização dos meios de comunicação de massa, não só implica em maior assalariamento entre os intelectuais, como em estreitamento de sua liberdade de criação. Porque:

"Entre o intelectual e seu público potencial existem estruturas técnicas, econômicas e sociais possuídas por outros e por eles dirigidas."(17)

Como resultado mais profundo, tem-se a crescente ascensão do técnico especializado sobre o intelectual de formação mais completa, dando lugar à valorização da falsa objetividade e do imediatismo.

O tema da educação merece outras considerações, que vão além das condições enfrentadas pelos professores. Na fase de montagem da moderna estrutura social americana, a educação esteve bastante sintonizada com a mobilidade social. Segundo Mills:

"A principal consequência da instrução universitária foi a passagem para a nova classe média dos filhos de famílias da antiga; no nível da educação secundária, foi a passagem para a nova classe média dos filhos de operários especializados. As escolas superiores foram os veículos de ascensão social que levaram os filhos de pequenos negociantes e agricultores às categorias inferiores das profissões liberais."(18)

Contudo, se de início a rápida expansão do ensino universitário esteve solidário com a expansão das ocupações superiores da nova classe média, a partir de um certo momento os portadores de diploma já não conseguem ser assimilados com o mesmo dinamismo, pois:

"A educação só funciona como um veículo para o sucesso enquanto as necessidades ocupacionais de uma sociedade exigem pessoas instruídas."(19)

Como o desenvolvimento capitalista impõe a contínua simplificação dos trabalhos, instala-se uma disjunção entre os maiores níveis de escolaridade média e o crescente esvaziamento do conteúdo das funções profissionais, que avança sobre as ocupações mais graduadas.⁽²⁰⁾ Com isto, manifesta-se uma tendência a se frustrarem de forma crescente as expectativas de ascensão social por meio da mera aquisição de um diploma universitário. O papel da Universidade se torna profundamente problematizado, e este questionamento constitui uma das razões mais significativas de sua crise atual.

Nosso objetivo até agora foi o de estabelecer os contornos da moderna estrutura social americana — fruto da divisão social do trabalho que prevalece no capitalismo monopolista —, tomando-se a emergência da nova classe média como uma de suas expressões mais significativas, voltando a enfatizar que a gestação desta nova realidade teve como carro chefe a grande empresa produtora de bens de consumo duráveis, organizada em forma de sociedade anônima.

Cabe agora, rapidamente, situar como o chamado "estilo de vida americano" irá se propagar pelo mundo capitalista, a partir da internacionalização dos bens duráveis de consumo.

Como estamos especificamente interessados em caracterizar o quadro geral no qual se insere a problemática brasileira, não vamos nos deter na limitada difusão dos bens duráveis pela Europa na segunda metade dos anos 20, com especial destaque para a indústria automobilística. Também não alongaremos sobre os efeitos da forte recessão dos anos 30, e nem sobre o fenômeno generalizado da conversão das fábricas de bens de consumo duráveis em produtoras de material bélico durante a Segunda Guerra Mundial.

O que queremos tornar mais preciso é que

"A grande empresa americana inicia um crescente e concentrado movimento de internacionalização, desde o fim dos anos 40 e sobretudo a partir dos anos 50. (...) O dinamismo apresentado pelo grande capital monopolista norte-americano em todo o pós-guerra significou, assim, um desbordamento de sua estrutura industrial e de seus padrões de consumo, através de uma nova forma de articulação da economia mundial."⁽²¹⁾

Na Europa capitalista mais desenvolvida, em linhas gerais, a entrada maciça de empresas americanas e a massificação do consumo de bens duráveis resulta no crescimento dos anos 50 e 60 através da reprodução do dinâmico padrão de crescimento, ainda que com certa defasagem tecnológica e sem atingir os mesmos volumes de produção.

Já na periferia capitalista, não são iguais em todos os países as consequências desta difusão dos bens duráveis em escala internacional.

Naqueles países, e no Brasil, em que o processo de acumulação já havia avançado o suficiente para conferir uma certa diferenciação de suas estruturas produtivas, e que já contavam com uma razoável infra-estrutura básica, foi possível a penetração maciça dos oligopólios internacionais. Com o transplante destas estruturas oligopolistas avança significativamente a diferenciação de suas estruturas produtivas e de seus padrões de consumo.

E mais, onde — como no Brasil — o Estado foi capaz de responder tanto pela adequação da infra-estrutura básica como pela definição das bases da associação com o capital estrangeiro, logrou-se que o processo de industrialização avançasse pelo estratégico setor de Bens de Produção. Com

este passo decisivo, tais países se qualificam a ingressar, com suas particularidades nacionais, naquele estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho próprio do capitalismo monopolista.

Desta forma, quando, na década de 50, no Brasil são dados os passos cruciais para a plena constituição de nosso capitalismo — com a simultânea instalação da indústria de bens de consumo duráveis e dos setores industriais pesados —, o nível de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo em geral já colocava imposições absolutas, relativas à estrutura social, que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro inexoravelmente acarretaria.

N O T A S

- (1) cf. MILLS, C. Wright. A Nova classe Média (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1969. Este autor define uma nova classe média de gerentes, profissionais liberais assalariados, professores e empregados do comércio e de escritórios, em oposição à antiga classe média de pequenos agricultores independentes, comerciantes e profissionais liberais autônomos. Também Poulantzas chama a atenção para uma Nova Pequena-Burguesia distinta da Pequena-Burguesia tradicional (pequena produção e propriedade, artesãos e comerciantes). Cf. POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (2ª edição), pp. 221 e segs.
- (2) cf. MILLS, C. Wright. Op.cit., pp. 83-85.
- (3) idem, p. 85, grifo nosso.
- (4) idem, pp.85-91. Entre os autores que originalmente trataram da temática mais geral da emergência do capitalismo monopolista, destacam-se: LENINE, V.I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (tradução). São Paulo, Alfa-Omega, 1979, Obras Escolhidas, Tomo 1; HOBSON, John A. A Evolução do Capitalismo Moderno (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1983; HILFERDING, Rudolf. El Capital Financiero (tradução). Madrid, Tecnos, 1973; LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1984; BUKHARIN, Nikolai I. A Economia Mundial e o Imperialismo (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- (5) Também cf. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 249 e segs.

- (6) cf. MILLS, C. Wright. Op.cit., pp. 91-93.
- (7) cf. HOBBSAWM, Eric J.. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo (tradução). Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, pp. 160-180.
- (8) cf. BERLE Jr., Adolf A. e MEANS, Gardiner C.. A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada (tradução). São Paulo, Abril S.A. Cultural, 1984, pp. 40-41. Também cf. BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M.. El Capital Monopolista (tradução). Argentina, Siglo XXI, 1972 (4ª edição), p. 29.
- (9) cf. TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional. in Temas de Ciências Humanas, nº 9, São Paulo, Ciências Humanas, 1980. Também cf. a apresentação de TAVARES, Maria da Conceição a HOBSON, John A. Op.cit.
- (10) cf. MILLS, C. Wright. Op.cit., p. 98.
- (11) cf. BRAVERMAN, Harry. Op.cit., pp. 220-230.
- (12) cf. MILLS, C. Wright. Op. cit., p. 210. Sobre a aplicação dos métodos da gerência científica no escritório ver BRAVERMAN, Harry. Op.cit., pp. 249-302.
- (13) cf. BRAVERMAN, Harry. Op.cit., pp. 231-246.
- (14) cf. MILLS, C. Wright. Op.cit., p. 182.
- (15) idem, p. 159.
- (16) idem, p. 170.

(17) idem, p. 168.

(18) idem, p. 286.

(19) idem, p. 288.

(20) cf. SALM, Cláudio L.. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

(21) cf. COUTINHO, Luciano G. e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. in Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Org. BELLUZZO, Luiz G. de Mello e COUTINHO, Renata R.. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 19. Também cf. COUTINHO, Luciano G.. Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho. in Contexto, nº 2, São Paulo, HUCITEC, março de 1977; HYMER, Stephen. Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital (tradução). Rio de Janeiro, Graal, 1978.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA .

1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo estamos interessados em apreender a montagem, no Brasil, das estruturas típicas da divisão social do trabalho do capitalismo monopolista, pois elas explicam a emergência da nova classe média brasileira.

É necessário, de imediato, chamar atenção para um fato crucial: por razões históricas, o capitalismo brasileiro só se constitui plenamente já como capitalismo monopolista. Ao se realizar durante o século XX, o processo brasileiro de industrialização teve que enfrentar as condições impostas pela monopolização da propriedade e da produção, e pelo domínio do capital financeiro. Frente às exigências tecnológicas e financeiras, que estão muito além das possibilidades facultadas pelo nível já alcançado pela acumulação do capital no Brasil, foi exigida tanto uma inusitada participação do Estado, como o recurso obrigatório ao capital estrangeiro.⁽¹⁾

Esta simultaneidade entre a plena constituição do capitalismo e a monopolização, que significa uma condensação de processos históricos, implica em consequências extremamente relevantes para a correta compreensão de aspectos fundamentais da realidade brasileira. Para os nossos propósitos, interessa ressaltar uma destas consequências, qual seja, a enorme rapidez que aqui assumem as transformações sociais, em especial a partir da década dos 50.

A seguir acompanharemos os traços mais gerais deste processo de constituição do capitalismo monopolista brasileiro, destacando aspectos que mais diretamente se relacionam com nosso objeto de estudo.

Nosso estudo começa no início da década dos 30, quando se abre a etapa decisiva da formação do capitalismo brasileiro. Este ponto de partida é duplamente determinado: pela crise da economia cafeeira exportadora e

pela crise do estado oligárquico.

Segundo Liana Aureliano:

"A crise em que mergulha a economia exportadora capitalista na década dos 20, e que desemboca em 1929-1930, não pode ser pensada dentro dos estreitos limites da análise econômica, porque diz respeito à desarticulação das formas através das quais se desenvolve o capitalismo no Brasil. E, nesse sentido, é tanto econômica quanto política, é crise social de que a Revolução dos anos 30 é o momento crucial. É crise social que só se resolverá em um novo modo de acumular nos quadros de uma nova estrutura de poder."⁽²⁾

No plano econômico mais geral, esta crise expressa:

"A passagem da acumulação sob o comando do capital mercantil (cafeeiro) em direção à acumulação sob o comando do capital industrial, nas condições do capitalismo tardio."⁽³⁾

Assim, o capitalismo brasileiro ingressa em uma nova etapa – a de industrialização restringida. Nas palavras de João Manuel Cardoso de Mello:

"Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentuar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se en-

contra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial."⁽⁴⁾

No plano político, deve-se registrar que:

"A Revolução dos anos 30 inaugura a etapa decisiva do processo de constituição do Estado Brasileiro. A quebra das 'autonomias' estaduais que amparavam os 'polos oligárquicos' resultou numa crescente centralização do poder: concentram-se progressivamente no Executivo Federal os comandos sobre as políticas econômica e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos. (...) Esse movimento de centralização e concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressam, conduzirá o Estado Brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, Capitalista e Burguês."⁽⁵⁾

Mais à frente, quando rapidamente situarmos os traços gerais do período 1930-1950 retomaremos os passos iniciais do processo de industrialização e de constituição de uma nova forma de estado. Agora, interessamo-nos as principais heranças históricas retidas pelo capitalismo brasileiro, ao ingressar nesta nova e decisiva etapa de sua formação.

Importa agora não perder de vista que o capitalismo significa a plena mercantilização da economia, o que só se torna factível a partir do momento em que a acumulação do capital industrial consegue se realizar com incessante incorporação de progresso técnico e crescentes ganhos de produtividade. Entre outras consequências, são destruídas ou subordinadas as

formas de produção mais atrasadas, os mercados se ampliam a sociedade fica abarrotada de mercadorias, avança continuamente a especialização da produção e a divisão social do trabalho. (6)

O processo de constituição do capitalismo brasileiro segue este percurso e vive momento de particular relevância nas décadas finais do século XIX. É quando se introduz o trabalho assalariado na cultura de café; quando se forma um mercado de trabalho, graças à imigração em massa; quando surge o capital industrial; quando se estrutura uma agricultura mercantil de alimentos; quando se desenvolvem os centros urbanos. (7) Sob o impulso da economia cafeeira capitalista exportadora aumentam os graus de mercantilização da economia brasileira, sendo uma de suas manifestações a crescente diversificação da economia. Surgem várias atividades tipicamente urbanas, tais como indústrias, bancos, escritórios, armazéns e oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros. Este desenvolvimento, por sua vez, leva à expansão do aparelho de Estado. Por outro lado, o avanço da urbanização propicia o desenvolvimento do comércio varejista, dos transportes urbanos, dos meios de comunicação, do setor de energia elétrica, da construção civil, dos equipamentos urbanos, etc. (8)

Vimos então como se diversifica a economia e avança a urbanização. Antes de considerarmos as alterações mais estruturais, convém ressaltar que, diante de um século de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, a nascente indústria brasileira já surge oligopolizada e com o predomínio da grande empresa. Esta ressalva se impõe diante do objeto deste estudo, visto que uma de suas consequências será a ausência, no Brasil, da presença mais significativa de uma pequena burguesia de artesãos e mestres de manufatura.

No que se refere às mudanças mais estruturais, João Manuel Cardoso de Mello afirma que:

"O intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à 'Crise de 29'. De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliamente a massa da força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações."⁽⁹⁾

Como é sabido, a economia paulista assume marcado pioneirismo nas transformações, e este período determina profundamente os desequilíbrios regionais. Algumas regiões vivenciam mais intensamente os processos que marcam esta fase do desenvolvimento capitalista brasileiro, enquanto outras ficam total ou parcialmente à margem, gerando uma situação de atraso relativo.

Por fim, o aumento dos graus de mercantilização da economia também se expressa na estrutura social. No que se refere especificamente às classes médias urbanas, a própria expansão das atividades urbanas provoca uma certa diferenciação das mesmas. Ao lado da classe média tradicional, baseada na propriedade, em elevadas rendas ou honorários obtidos no âmbito da economia cafeeira, diferencia-se uma camada de pequenos varejistas, de trabalhadores por conta própria, de assalariados do comércio, bancos, escri

tórios e do emprego público. (10)

Segundo Sônia Draibe, cabe notar que o avanço na divisão social do trabalho promovido pelo desenvolvimento da economia mercantil-exportadora, conforma uma estrutura social já diferenciada e heterogênea, tanto a nível das classes dominantes quanto das subalternas. Esta estrutura social é dominada pela burguesia comercial e financeira. Na produção cafeeira se estrutura um grande contingente de empresários e um amplo colonato rural, distinto daquele colonato responsável pela produção mercantil de alimentos. No setor urbano, a expansão industrial da origem à burguesia industrial e ao proletariado fabril. O desenvolvimento do comércio, dos transportes, dos bancos, etc., propicia o surgimento de uma pequena burguesia e de uma classe média de altas rendas, ao mesmo tempo que expande o setor de assalariados urbanos não ligados à produção de mercadorias. Em seu conjunto, estes assalariados, o proletariado industrial e a plebe constituem, nas grandes cidades, uma massa cujas condições de vida demandam a atenção dos poderes públicos. (11)

2 - AS DÉCADAS DOS ANOS 30 E 40

No período 1930-50 verificam-se importantes progressos na gestão dos pré-requisitos à plena constituição do capitalismo brasileiro. Embora não seja nossa intenção reconstituir os processos que se desenvolvem ao longo destas duas décadas, é importante destacar suas linhas mais gerais: avançam a acumulação de capital e a diversificação da estrutura produtiva; o país se urbaniza continuamente, aprofunda-se a diferenciação social e a constituição das classes sociais fundamentais, expressando níveis mais elevados de mercantilização da economia; as condições políticas evoluem, ainda que não linearmente, com estruturação dos aparatos de estado e organização do comando político burguês.

No âmbito da acumulação de capital, o traço distintivo reside na contínua, porém limitada, diferenciação da estrutura industrial nos marcos da já referida industrialização restringida, que, a rigor, se estende até meados da década dos anos 50. Como é sabido, esta diferenciação ocorre fundamentalmente nos ramos leves de bens de produção e de bens de consumo, e é levada a cabo tanto por empresas nacionais quanto estrangeiras.

Da mesma forma, também é amplamente reconhecido o papel fundamental que o estado assume neste processo. Os incentivos governamentais ao setor industrial são decisivos para seu dinamismo e liderança na acumulação do capital, com destaque para o setor leve de bens de produção. Embora os vultosos investimentos requeridos para a implantação da indústria pesada de bens de produção não constasse dos planos do capital industrial, e nem o estado possuísse condições para enfrentá-los, entre 1930 e 1945 o estado amadurece um projeto de industrialização pesada. No governo Dutra este projeto é abandonado, mas retomado por Vargas em 1951, logando viabilização apenas no governo Juscelino Kubitschek. (12)

Para os nossos propósitos, o interesse maior está em acompanhar a montagem do aparato estatal do que em alinhar as medidas de política econômica e social. Assim, após 1930 inicia-se uma nova etapa na estruturação do estado nacional capitalista, que cobre tanto o reordenamento institucional como a edificação de um aparelho burocrático e administrativo, e com desdobramentos até a década de 1960. Neste processo verifica-se a constituição do moderno aparelho econômico, a estruturação do aparelho social e a organização dos órgãos coercitivos e repressivos do estado. Além da centralização a nível federal de organismos já existentes, é constituído um novo aparato para a ação governamental e a presença do estado na economia atinge uma profundidade até então inédita. Merecem destaque a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (1936), sucedido pelo célebre Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP (1938); e as constantes transformações bem como o alargamento de funções no Branco do Brasil, que assume importância estratégica face à ausência de um adequado sistema privado de crédito.

Getúlio Vargas tenta avançar alguns passos em direção à instalação da indústria pesada. Para enfrentar os enormes obstáculos tecnológicos e financeiros promove uma série de transformações no sistema fiscal, lança mão de empréstimos externos e, fundamentalmente, equaciona os novos empreendimentos de tal forma que os investimentos básicos iniciais tivessem como núcleo empresas públicas ou de economia mista. São criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Alcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

Como afirma Sônia Draibe:

"Ao término do Estado Novo, estavam na órbita estatal de atuação e sob seu relativo controle, a moeda e o crédito, o comércio externo, a gestão da força de trabalho e os salários, além de uma estrutura tributária em transformação, o que conferia ao Estado a possibilidade de afetar todos os preços fundamentais da economia. Como proprietário e empresário, o Estado já havia avançado nas áreas de transportes, ferro e aço, álcalis, encaminhando-se para a produção de energia elétrica e caminhões."⁽¹³⁾

No governo Dutra (1946-50) verifica-se uma certa neutralização dos instrumentos para intervenção coordenada e planejada do estado na economia, com o abandono do projeto de implantação da indústria pesada. São mantidos os mecanismos, mas altera-se o sentido de seu funcionamento. Contudo, se aquele projeto é abandonado, as condições econômicas concretas — inclusive a própria política econômica —, permitem que se amplie a diferenciação industrial e amadureçam os requisitos de infraestrutura indispensáveis à industrialização pesada.

Desde logo é importante chamar a atenção para o fato de que, junto com as forças armadas, é no aparelho econômico onde se inicia a estruturação da nova e moderna burocracia estatal. Num primeiro momento, entre estes técnicos despontam os engenheiros e os profissionais militares e, posteriormente, surgem os economistas e os administradores. Contudo, deve ficar claro que no período em questão (1930-50) a modernização e racionalização da administração pública foi parcial e, na verdade, constituem-se pequenos bolsões de uma nova burocracia muito circunscrita no universo pre dominante de funcionalismo tradicional.

Quanto ao aparelho social, destaca-se a estruturação das agências governamentais nos setores de Educação, de Saúde Pública e de Previdência

e Assistência Social, esta última penetrando, inclusive, na estrutura sindical. Embora seja notória a insuficiência dos gastos públicos sociais, com reduzida articulação entre programas setoriais, busca-se o estabelecimento de uma política nacional que leve em conta os processos de migração, urbanização e industrialização. Com isto são montadas amplas estruturas de serviço público, sob o controle do governo federal, o que está intimamente relacionado com a criação de um mercado nacional de trabalho. (14)

No que se refere ao aparelho coercitivo e repressivo estatal, ganha relêvo a organização do Sistema Judiciário — buscando-se a unificação nacional das normas e procedimentos jurídicos —, e das Forças Armadas, em especial do Exército, que amplia seus efetivos, reestrutura-se internamente e promove seu reequipamento.

3 - AS DÉCADAS DOS ANOS 50 E 60

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, é retomado o projeto de implantação da indústria pesada — agora inserido num plano mais global de desenvolvimento capitalista —, e se acelera a montagem da estrutura estatal necessária para enfrentar tal desafio. Ainda que tais objetivos não sejam alcançados no governo de Vargas, os esforços realizados representam o lançamento das bases indispensáveis para que Juscelino, ao assumir também ele aquele projeto, possa ser bem sucedido.⁽¹⁵⁾

As bases para a industrialização são contempladas, estabelecendo-se no projeto a necessária distinção entre os investimentos destinados a atender necessidades de infra-estrutura, e aqueles exigidos para a implantação das indústrias de base, a lhe dar suporte, em termos da produção de materiais e equipamentos. Na área energética definem-se programas para a energia elétrica, petróleo e carvão mineral. No setor de transportes, a prioridade fica com as ferrovias. Nas comunicações, os programas envolvem os correios, telégrafos e telefonia. Desta forma, o plano de desenvolvimento econômico se articula, fundamentalmente, em torno de um bloco solidário de investimentos no setor de bens de produção.

Embora tal projeto apenas se viabilize na segunda metade da década de 50, a política industrial assegurará a manutenção do desenvolvimento do setor de bens de consumo e do setor leve de bens de produção já instalados. Merece destaque a profunda modernização tecnológica que ocorre no setor de bens de consumo não duráveis, especialmente os têxteis, alimentos, bebidas e fumo.⁽¹⁶⁾ Devido ao elevado peso destas atividades na estrutura produtiva, os reflexos desta modernização no comportamento do emprego industrial são bastante relevantes, como veremos mais adiante. Esta política industrial é exercida — basicamente — através da política aduaneira e cambial, que garante as necessidades de importação de matérias primas e máquinas, e

por meio do suporte financeiro oferecido pelo Programa de Reaparelhamento Econômico (1951) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE (1952).

Por outro lado, são significativos os impactos do projeto de industrialização sobre os aparelhos de Estado. Como diz Sônia Draibe:

"Novos órgãos com características de aparelhos setoriais nacionais de elaboração de políticas, superando as fórmulas anteriores dos institutos de fomento; criação e adensamento do setor financeiro estatal e esforço de órgãos estratégicos de controle — a inflexão do padrão de expansão do Estado se completaria com outros elementos, a saber a empresa pública superando decididamente os antigos Conselhos de estudos e pesquisas, e a vinculação setorial do empresariado aos projetos nodais de desenvolvimento, superando a fórmula de representação através dos órgãos gerais de classe."(17)

No que se refere às empresas públicas, merece destaque a criação da Petrobrás e o projeto de implantação da Eletrobrás. Quanto à vinculação setorial do empresariado, já se pronuncia a fórmula de "grupos executivos" ou "grupos de trabalho", tão largamente utilizada por Juscelino, no sentido de assegurar a conjugação de esforços do setor privado com os projetos governamentais.

Se, na primeira metade da década dos anos 50, se aprofunda o processo de gestação das condições para o salto da industrialização pesada, será no governo Juscelino Kubitschek que logrará a sua realização, sob a égide do Plano de Metas.

Note-se que a industrialização não se completa sem que esteja suficientemente desenvolvido o Departamento de Bens de Produção, em especial seu núcleo fundamental produtor de bens de capital.⁽¹⁸⁾ No Brasil, esse momento decisivo da plena constituição do capitalismo se materializa num volumoso bloco de inversões simultâneas e de elevada complementaridade. São os investimentos requeridos pela instalação dos setores de ponta do Departamento de Bens de Produção — especialmente material elétrico e metal-mecânica; pela instalação do setor pesado de bens de consumo duráveis — no qual se destaca a indústria automobilística, e que são acompanhados pelo investimento público em infra-estrutura básica, principalmente em energia e transporte. Por outro lado, a rápida expansão destas atividades dinamiza a demanda por bens de consumo não duráveis que, assim, também se desenvolve no período em questão.⁽¹⁹⁾

Contudo, um dos aspectos cruciais deste processo reside no fato de que, em razão de nossas peculiaridades históricas,

"a própria formação e articulação desta estrutura monopolista deve passar por dentro do Estado, ao mesmo tempo que o Estado deve estar mergulhado, inclusive através de suas empresas, no próprio movimento desta estrutura monopólica. Assim, o processo de industrialização periférico só poderia completar-se através da organização de uma forma avançada de 'Capitalismo Monopolista de Estado'."⁽²⁰⁾

Isto porque, no Brasil de meados do século XX,

"(...) a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos

prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente."⁽²¹⁾

Assim sendo, para que a industrialização brasileira se complete é necessário tanto o apoio do estado, quanto a participação do novo capital estrangeiro que ingressa na forma de capital produtivo, nesta nova etapa de internacionalização do capital.

Para enfrentar tais desafios o estado constitui formas avançadas de organização capitalista, que se corporificam num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais. Investe maciçamente em infra-estrutura e em indústrias de base, barateando os custos de produção dos empreendimentos privados e gerando demanda para sua produção.

Assim, o núcleo do setor de bens de produção é constituído pelo setor produtivo estatal (SPE) dedicado à produção de insumos básicos. Embora viesse sendo gestado desde a década dos anos 40, e só

"... no decorrer do extraordinário período expansivo de 1956-1962, que o setor produtivo estatal tomou corpo, com a materialização simultânea de vários projetos de grande porte. Esse processo, cujo pico é alcançado em 1961, constitui-se da construção e implantação de duas usinas siderúrgicas (USIMINAS e COSIPA), da maior refinaria da PETROBRÁS (Refinaria Duque de Caxias) e de vários projetos hidrelétricos (CEMIG, FURNAS e CHESF)."⁽²²⁾

Em outras palavras, com o espetacular crescimento do SPE no período Juscelino, materializa-se a espinha dorsal do Setor de Bens de Produção.

Mas o papel do Estado não se limita aos investimentos públicos, sendo decisiva sua capacidade de reunir as condições políticas para

"estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores."⁽²³⁾

Porém, a presença deste novo capital estrangeiro -- inicialmente representado pelas grandes empresas européias -- não se explica apenas pela existência de atrativas oportunidades de inversão. Seu ingresso deve-se, em igual medida, à própria lógica da competição oligopólica a nível mundial. Em poucas palavras, a rápida penetração de empresas norte-americanas no Canadá, Inglaterra e Europa Continental, leva a que as grandes empresas européias respondam avançando sobre os mercados latino-americanos, até então tidos como "reserva" dos EUA.⁽²⁴⁾

Cabe notar, ainda, que o capital industrial nacional aceita, e se beneficia mesmo da entrada do capital estrangeiro nos novos setores e da ação empresarial do Estado.

"Em suma, há na expansão uma profunda solidariedade, ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional, o que não elimina, evidentemente, fricções de ordem secundária."⁽²⁵⁾

Finalmente, naquilo que se refere aos impactos sobre os aparelhos de estado, deve-se registrar que são criados novos instrumentos e, prin-

principalmente, são estabelecidas novas formas de articulação política para que se lograsse a coordenação dos investimentos públicos (Conselho de Desenvolvimento - Plano de Metas) e privados (Grupos Executivos). Mas, em termos da estrutura estatal básica o governo Kubitschek valeu-se da herança deixada pelo varguismo. (26)

Como foi apontado por Carlos Lessa, para superar os impecílhos colocados pela operação da velha estrutura administrativa estatal, Juscelino lança mão, abundantemente, do recurso de instituir novos órgãos descentralizados. Ou seja, evitando uma profunda e politicamente problemática reforma administrativa, reforça o processo de constituição de uma moderna máquina administrativa, paralela às antigas estruturas relativamente estagnadas. (27)

Neste momento cabe retornar ao significado maior de todos estes processos - a plena constituição de forças produtivas capitalistas num estágio avançado da etapa monopolista -, e refletir um pouco mais sobre algumas de suas profundas conseqüências.

Logo de início deve-se destacar que, com estas transformações, abre-se uma nova fase no capitalismo brasileiro. Estando agora plenamente constituído, ele está de posse das bases materiais que asseguram a contínua mercantilização da economia e crescentes avanços na divisão social do trabalho. Com isto, entre outras conseqüências, será progressivamente mais complexa sua estrutura social. Por outro lado, como simultaneamente ocorre a monopolização do capitalismo brasileiro, também está assegurada a constituição de todas as estruturas típicas do capitalismo monopolista. Es tão pois criadas as condições básicas para o surgimento e expansão da nova classe média brasileira. E mais, como já foi mencionado no início deste ca pítulo, a simultaneidade entre industrialização e monopolização, conden-

sando os processos históricos ou "queimando etapas", implica numa aceleração do ritmo das transformações econômicas e sociais. Em outras palavras, não só se reafirmam todas as implicações próprias à simples constituição do capitalismo, como a elas se superpõem as conseqüências da constituição e desenvolvimento das estruturas monopólicas. Tudo no mesmo curto espaço de tempo. Daí as substanciais e rápidas alterações na face da sociedade, que então ocorrem.

Entretanto, é importante ressaltar agora que tais transformações não resultam na eliminação da grave herança de carências sociais. Em especial, queremos chamar a atenção para amplitude do fenômeno da chamada "marginalidade social", que se traduz na enorme parcela da população que continua não incorporada ao capitalismo brasileiro, ainda que sofra todas as suas conseqüências, em particular aquelas de natureza desagregadora.

É preciso ter claro que, se este quadro de exclusão não é superado, também não está imune aos acontecimentos. No capitalismo monopolista brasileiro a questão da chamada "marginalidade social" será recolocada em bases diferentes das que predominavam anteriormente. Uma conseqüência muito importante será a sua "urbanização", com as massas de miseráveis se acumulando com mais intensidade nos centros urbanos maiores. Com isso, o elenco de medidas para sua superação terá que ser distinto daquele de quando era em grande parte um fenômeno rural, requerendo um amplo programa governamental para as áreas urbanas. Porém, ainda que não seja esta a questão objeto deste estudo, é necessário ir mais longe na compreensão do caráter profundamente excludente revelado pelo capitalismo monopolista brasileiro. Isto porque, este traço constitui o irmão siamês do caráter modernizador também assumido pelo capitalismo no Brasil.

Penso ser decisivo deixar suficientemente claro como o mero desenvolvimento capitalista no Brasil, por si só, não é capaz de eliminar a miséria e assegurar a elevação dos níveis de cidadania. Em nível mais geral de formulação, o atraso histórico na constituição de nosso capitalismo impõe limites à sua capacidade de se difundir por toda a extensão da sociedade. Queremos dizer, simplesmente, que a etapa monopolística também significa o momento de crise estrutural do capitalismo, na qual é sensivelmente reduzida sua capacidade de incorporação social e de elevação geral dos padrões de vida.

Entretanto, o caráter excludente do capitalismo brasileiro não deve ser deduzido mecânicamente de tais considerações gerais. É preciso que se esclareça como este caráter é gestado, e reforçado nos momentos decisivos de seu desenvolvimento. Queremos enfatizar que, no próprio momento da implantação do Plano de Metas, já estão dadas as premissas do caráter excludente que o capitalismo monopolista brasileiro, já plenamente constituído, revelará em seu desenvolvimento posterior. Isto porque, se no projeto de desenvolvimento formulado no segundo governo de Vargas estavam plenamente integrados o aspecto econômico e o social, com Juscelino Kubitschek esta concepção abrangente é abandonada.

Com efeito, o projeto de industrialização pesada do segundo governo de Vargas era acompanhado, com igual ênfase, de programas para as áreas sociais, voltadas sobretudo para a massa de trabalhadores urbanos. O objetivo era não só a melhoria da distribuição de renda — com destaque para políticas de salários e de emprego —, como também a elevação das condições básicas de vida da população urbana em geral, através de um conjunto de medidas relativas ao transporte de massa, abastecimento e controle de preços dos gêneros alimentícios, educação, saúde e habitação. (28)

Já no Plano de Metas, os gastos sociais são relegados a um plano obscuro. Representam menos de 7% dos investimentos requeridos pelo plano — restringindo-se às áreas de alimentação e educação — e os programas não foram plenamente implementados, ao contrário do que ocorreu com as metas nas áreas de energia, transportes e indústrias de base.⁽²⁹⁾

Este caráter originalmente excludente, imprimido ao capitalismo monopolista brasileiro, não foi suprimido ao longo da crise que sucede ao Plano de Metas. E mais, será reafirmado com a profunda inflexão política que ocorre em 1964. O que irá se materializar na orientação então imprimida à política econômica de enfrentamento da crise e de preparação para a retomada do crescimento. Esta permanência traduz as sucessivas derrotas impostas às forças políticas comprometidas com os interesses populares.

Vejamos com mais atenção, ainda que resumidamente, o desenrolar destes acontecimentos. Em primeiro lugar, é preciso situar a natureza da crise econômica que, latente desde o final da década dos anos 50, irrompe em 1962/63. Ela decorre basicamente da necessidade imperiosa de absorver as elevadas margens de capacidade ociosa, que se verificavam nos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Tais margens de ociosidade forçada eram inevitáveis, pelo fato de as escalas mínimas dos novos empreendimentos situarem-se a níveis bastante superiores à capacidade de absorção pela demanda corrente. Assim, à medida em que se concluía a implantação dos novos projetos os investimentos eram paralizados, ficando à espera de uma nova digestão da capacidade ociosa não desejada.⁽³⁰⁾ No que se refere ao investimento público, o comportamento do SPE é solidário com o movimento mais geral, e, a partir de 1961, já se inicia uma desaceleração progressiva de suas inversões. Já os investimentos governamentais nos setores de educação, segurança, saúde, sistema viário, em seu conjunto, ma

nifestam um comportamento estabilizador e seu nível se mantém elevado. (31)

Acrescente-se que, a esta crise econômica se superpõe uma profunda crise política cujo desfecho será o golpe de 1964, com um significado que não se limita ao universo puramente institucional. Entre os fatores que levaram à mobilização das forças políticas golpistas, civis e militares, já se incluía uma determinada proposta de orientação da política econômica, destinada tanto a enfrentar os aspectos mais imediatos da crise, como a balizar o futuro desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ou seja, esta crise tem um alcance que vai além da mera crise cíclica ou da ruptura da legalidade constitucional apenas, e revela um momento particularmente agudo de inflexão para a sociedade brasileira, uma vez que, na verdade o que estava em jogo era, uma vez mais, o sentido a ser dado ao desenvolvimento das estruturas produtivas capitalistas recém-implantadas. Os vários projetos em confronto se polarizavam, simplificadoamente e no linguajar da época, em torno das reformas de base, buscando um caminho mais "nacionalista" e "progressista", ou em torno da ortodoxia econômica, que articulava os interesses "entreguistas" e "conservadores", embora não imobilistas.

Com a vitória deste último conjunto de forças políticas, ganha predomínio a orientação conservadora nas medidas de política econômica, ao mesmo tempo em que são impostos rígidos controles sobre o conjunto da sociedade. Porém, os projetos então implementados não se viabilizam apenas pela repressão dos opositores e descontentes. Num ambiente drasticamente autoritário se forja uma nova sociedade. Os primeiros e decisivos passos são dados ainda antes da recuperação da atividade econômica, e as altas taxas de crescimento que se seguem possibilitam que eles sejam consolidados e desenvolvidos.

A nós interessa destacar um dos traços desta nova realidade, qual seja, a emergência da nova classe média também em planos não imediatamente econômicos. Ainda que esta emergência seja acentuadamente restrita ela ocorre num quadro marcado por sensível mobilidade social, pela elevação dos padrões de consumo e rápida difusão dos bens duráveis, pela relevância assumida pela "indústria cultural", pela adoção enfim do "estilo de vida americano". Simultaneamente, como já fizemos menção, acentuaram-se gravemente os já sérios desequilíbrios sociais e regionais.

Acompanhando o desenrolar destes acontecimentos, verificamos que a política econômica pós-1964 não só atacou os sintomas imediatos da crise — com destaque para a aceleração inflacionária —, como também definiu os rumos a serem trilhados pelo capitalismo brasileiro, quando da retomada do crescimento, a partir de 1967.⁽³²⁾ A terapia ortodoxa de combate à inflação impõe uma política de estabilização de corte clássico. O saneamento das finanças públicas é um de seus primeiros objetivos, envolvendo o corte do gasto público, o aumento da carga tributária e adoção de tarifas "realistas" nos serviços de utilidade pública, introduzindo a lógica privada na sua gestão. Institui-se, ainda, um mecanismo mais duradouro para o financiamento dos déficits do Tesouro, na forma de títulos públicos com correção monetária. O elenco de medidas se completa com a contenção do crédito e o arrocho salarial.

O resultado imediato é o aprofundamento da crise que, respeitando os interesses da grande empresa estrangeira e nacional, acelera a queima de capital excedente e promove a centralização do capital necessária à futura retomada do ritmo dos investimentos. Cabe notar que, em termos setoriais, as perdas são maiores na indústria de bens de produção, drasticamente atingida pela queda de demanda imposta pelo corte no gasto público.

Além do mero combate à inflação, são tomadas medidas de maior alcance. É promovida a reorganização do sistema financeiro, objetivando adequá-lo à formação e mobilização de poupança privada. A especialização funcional dos agentes financeiros é implantada, merecendo destaque o aperfeiçoamento e agilização do crédito ao consumidor que, operado exclusivamente pelas financeiras, assumirá enorme importância na rápida difusão dos bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e eletrodomésticos. O mercado de capitais também é contemplado, merecendo destaque a instituição do Sistema Financeiro Habitacional, que constitui importante mecanismo de crédito imobiliário a dar suporte à construção e comercialização de imóveis residenciais, em grande parte destinados às camadas de rendas mais elevadas da classe média. Outra medida de longo alcance é a reforma na Lei de Remessa de Lucros, favorecendo o ingresso de investimentos estrangeiros.

Desta forma, importantes reformas são implementadas: a reforma tributária, a reforma monetária (novo padrão monetário, criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional), a reforma financeira e a reforma administrativa.

Tais reformas possuem um duplo significado: expressam o reaparelhamento do estado e, ao mesmo tempo, sancionam o predomínio do setor produtor de bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e construção civil residencial.

No que se refere ao primeiro destes aspectos, cabe notar que:

"Entre 1951 e 1954 já estava presente o problema da inadequação do aparelho de Estado diante das novas tarefas que nasciam do próprio projeto industrializante do Estado. Essa questão foi

enfrentada, sem no entanto ser resolvida. A obsolescência do aparelho econômico do Estado atingirá seus limites no momento imediatamente posterior — o da industrialização pesada — e a sua superação só ocorreu após o esgotamento das condições políticas que prevaleceram até 1964."⁽³³⁾

Quanto à opção pelo setor de bens de consumo duráveis, onde predominam as empresas multinacionais, as reformas, junto com a política de estabilização, não só criam condições para que a nova fase expansiva se inicie sob a liderança dos bens duráveis, como revelam sua dominância sobre os demais aspectos da vida econômica. Neste sentido, merecem destaque tanto a política salarial como as novas e mais amplas condições para o endividamento familiar, que propiciam violenta dinamização da demanda por bens de consumo duráveis:

O arrocho salarial, com a contenção dos salários de base, cria consumidores ao possibilitar a abertura do leque de remunerações em favor dos estratos superiores de assalariados. Assim sendo, a política salarial do pós-64 vai sobredeterminar a emergência da nova classe média, especialmente de seu segmento de altas rendas. Se a moderna organização empresarial requer um aparato administrativo ligado ao processo decisório e de controle, a política salarial faculta que sejam privilegiados estes quadros hierárquicos, diferenciando-os dos demais trabalhadores. Esta segmentação não se restringe ao setor privado, pois a transformação em empresas de economia mista de muitas das antigas autarquias e a criação de fundações públicas de direito privado, também atende ao objetivo de propiciar, nestas organizações, salários mais elevados que aqueles vigentes no serviço público tradicional.

Ao lado de seu efeito fortemente dinamizador da demanda, a estruturação do crédito imobiliário e do crédito ao consumidor exprimem, também, a íntima articulação que se estabelece entre o setor produtor de bens de consumo duráveis e o setor financeiro, nacional e internacional.

Por outro lado, nas próprias características dos gastos públicos se dá prioridade aos bens de consumo duráveis, por exemplo, através da preferência por auto-estradas, viadutos, vias expressas urbanas etc., o que irá gerar graves carências em termos de saneamento básico, transportes urbanos de massa, etc.

Porém, se a ação do estado privilegia o setor de bens de consumo duráveis, ela também contempla os demais setores econômicos, ao criar as condições para a retomada da atividade econômica e ao sancionar um padrão de crescimento extremamente dinâmico. Nas palavras de João Manuel Cardoso de Mello e Luiz G. de Mello Belluzzo:

"Ainda que houvesse a dominância do setor de consumo durável, todos os demais interesses capitalistas puderam ser satisfeitos, naturalmente de forma diferenciada. Prova inequívoca disto é o apoio incondicional e o aplauso unânime e permanente que o empresariado votou à política econômica, que pareceu mesmo ter realizado o verdadeiro milagre de proporcionar tanto lucro a todos".⁽³⁴⁾

Já ingressando nos primeiros anos do chamado "milagre econômico", cabe então retomar a reflexão sobre o significado mais profundo destes acontecimentos, que acompanhamos em seus traços mais gerais. Aqui queremos chamar a atenção para o fato de que, se no período do Plano de Metas se completa a montagem das estruturas produtivas fundamentais, na segunda metade da década dos anos 60 se edificam as demais estruturas mo-

nopolistas, concluindo-se o processo de plena constituição do capitalismo monopolista brasileiro.

Neste sentido, algumas transformações são bastante ilustrativas. Como indicador seguro dos progressos ocorridos nos mecanismos de distribuição, temos as rápidas mudanças que ocorrem no setor financeiro, com destaque para a conglomeração bancária. Como demonstrou Maria da Conceição Tavares, tais mudanças envolvem forte movimento de fusões nos bancos comerciais e nas sociedades de crédito e financiamento (as "financeiras"), bem como a criação de novas instituições, em especial bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. Tudo isso acompanhado da multiplicação de novas agências bancárias e de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários. (35)

No âmbito do aparelho de estado, além da multiplicação dos mais variados órgãos administrativos, merece especial atenção o comportamento das empresas públicas. De um lado, ocorre forte crescimento numérico, sendo criadas 153 novas empresas na década de 60, contra 49 na década de 50. Além disso, esta expansão implica em importantes mudanças qualitativas. Em primeiro lugar passa a prevalecer a mencionada adoção de critérios privados em sua gestão. Por outro lado, proliferam as empresas subsidiárias ou coligadas, originando-se uma série de conglomerados estatais, especialmente em torno das "holdings" do setor produtivo estatal. Assim, enquanto na década dos 50 são criadas apenas seis empresas subsidiárias ou coligadas, na década dos 60 este número sobe a 27. (36)

Este processo de edificação do conjunto das estruturas monopolísticas, que se acelera na década dos 60, permite afirmar que esta década também se constitui momento decisivo da montagem dos contornos estruturais da nova classe média brasileira. A partir de então esta camada se expandi-

rã rapidamente com a própria reprodução e desenvolvimento daquelas estruturas. Assim sendo, cabe notar desde logo que, no Censo de 1970 — com as inevitáveis imprecisões — será retratada pela primeira vez em sua inteireza o perfil da nova classe média brasileira.

Por fim, ainda que rapidamente é preciso situar as mudanças que se processam na estrutura do ensino superior. De um lado, verifica-se um rápido aumento nas vagas, de modo a atender as pressões desta nova classe média em expansão. Assim é que, as 93,2 mil matrículas existentes em 1960, dão lugar a 155,8 mil em 1965, e a 425,5 mil em 1970. (37)

Contudo, tal expansão numérica é acompanhada de uma tendência à privatização do ensino superior, que já se anuncia nos últimos anos da década dos 60 e que será dominante na década dos 70. Suas primeiras manifestações podem ser percebidas ao se atentar para o fato de que, em 1960, o setor público era responsável por 57,2% do total de matrículas em universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior. Em 1970 esta participação já caíra para 49,0%. Assim, a expansão das vagas está ocorrendo mais rapidamente nas universidades e estabelecimentos isolados privados. (38)

4 - MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL: 1950-70

Em seguida tentaremos detectar como as transformações econômicas ocorridas nas décadas dos anos 50 e 60 repercutem na estrutura global e setorial do emprego. Deve ser ressaltado desde logo que, embora amparados nas análises desenvolvidas nos itens anteriores, os comentários a partir de agora são marcadamente descritivos. Eles objetivam a mediação entre os aspectos mais gerais do desenvolvimento capitalista no Brasil e a conformação da nova classe média. Tal mediação constitui, neste estudo, a expansão e modernização do emprego urbano, que será demonstrada neste item. (39)

Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à crescente urbanização da força de trabalho. Segundo os dados dos Censos Demográficos da Fundação IBGE, a participação do emprego não-agrícola no emprego total apresenta a seguinte evolução: 40% em 1950, 45% em 1960 e 55% em 1970; com taxas anuais de crescimento de 3,7% na década dos anos 50 e de 4,8% na década dos anos 60. Em contraste, o emprego agrícola cresce a 1,8% ao ano na década dos anos 50 e a 0,6% na década dos anos 60.

Este baixo dinamismo do mercado de trabalho agrícola reflete a capitalização do campo brasileiro, que reduz o número de trabalhadores necessários à produção, e acelera os fluxos migratórios em direção às cidades. Cabe notar que esta migração rural-urbana só não foi mais intensa devido à existência de fronteiras agrícolas em expansão, que atraem parcelas da mão-de-obra redundante naquelas atividades que se modernizaram. Por outro lado, a expulsão do homem do campo não se deve apenas às transformações que se processam no âmbito da agricultura mercantil. Como é sabido, os fluxos migratórios são engrossados pelos excedentes populacionais gerados nos minifúndios que se dedicam à agricultura de subsistência. (40)

Contudo, nosso interesse maior é com o que se passa com o emprego urbano. Aqui os aspectos decisivos repousam no elevado dinamismo apresentado pelo emprego industrial, na manutenção do nível de emprego na construção civil e no rápido crescimento do emprego no setor terciário. E mais, como apurou Paulo Renato de Souza, há indicações de que este desempenho quantitativo foi acompanhado de um significativo processo de modernização. Isto porque, ao longo das duas décadas, o "emprego organizado" — aquele em que as relações de trabalho estão mais formalizadas — avança em relação ao "emprego não-organizado", ou seja, aquelas situações onde não se impuseram as relações de assalariamento tipicamente capitalistas. (41)

Os indicadores desta evolução se encontram na Tabela nº 1. Observando-se o emprego industrial nota-se que na década dos anos 50 sua taxa anual de crescimento é inferior à dos demais setores. Tal desempenho reflete a já mencionada modernização do setor de bens de consumo não duráveis, que apresentavam elevada participação na estrutura produtiva.

Como observa o estudo do IPARDES, nesta década a produção cresceu a 5,9% ao ano na indústria textil, a 7,2% na de alimentos, a 5,1% na de bebidas e a 10,2% na de fumo. O emprego decresce na indústria textil em 2,5% e na do fumo em 9,5%, tendo sido negativo também o emprego na produção de bebidas. Mas o emprego crescia rapidamente em outros gêneros: mecânica (8,4%), material de transporte (15,4%), material elétrico (13%). Porém, dado o peso relativamente reduzido destes gêneros, este crescimento não foi capaz de elevar significativamente o emprego industrial. (42)

Contudo, na década dos anos 60 as taxas de crescimento são bastante elevadas: 5,2% para o emprego industrial global e 4,4% para o emprego industrial "organizado". Tais taxas se explicam pelas profundas transformações que estão ocorrendo na indústria de transformação, em especial na

TABELA Nº 1

BRASIL: 1950 – 70

ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO URBANO

DISCRIMINAÇÃO	ESTRUTURA DO EMPREGO (%)			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		
	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
Total Não-Agrícola	100	100	100	3,7	4,8	4,3
1. Construção Civil	10	11	11	5,0	4,6	4,8
2. Secundário	27	22	23	1,9	5,2	3,6
2.1 Secundário Organizado	80	87	81	2,9	4,4	3,6
2.2 Secundário Não-Organizado	20	13	19	(2,7)	9,6	3,3
3. Terciário	63	67	66	4,6	4,5	4,5
3.1 Terciário Organizado	65	63	67	4,2	5,0	4,6
3.2 Terciário Não-Organizado	35	37	33	5,3	3,3	4,3

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

segunda metade da década.

Este desempenho do emprego industrial brasileiro ganha maior relevo quando confrontado com o que se passou em outros países capitalistas, em seus períodos decisivos de industrialização: Entre 1841 e 1871, a Inglaterra expandiu seu emprego industrial à taxa de 2,1% ao ano; os Estados Unidos o fizeram a 4,1% ao ano entre 1850 e 1890; e o Japão a 4,2% entre 1872 e 1912.⁽⁴³⁾ Assim, em 1970 os dados globais já revelam um avanço relativo do setor secundário, o que é extremamente significativo se levarmos em conta que os recentes investimentos industriais, pela sua atualidade tecnológica, apresentam elevada participação do capital constante.

Quanto ao emprego na construção civil, suas altas taxas de crescimento asseguram que sua participação no emprego urbano permaneça relativamente constante. No que se refere ao emprego do terciário, chamam atenção tanto suas elevadas taxas anuais de crescimento, como sua forte participação no emprego urbano. Esta performance do terciário, aliado àquele fraco desempenho que o emprego industrial revelou na década dos anos 50, poderia levar à conclusão da presença da anomalia típica de países com reduzido dinamismo do setor industrial, qual seja o "inchamento" do terciário, com o desproporcional crescimento de subempregados, vendedores ambulantes, etc.

Entretanto, em sua tese de doutoramento Paulo Renato de Souza demonstrou justamente o contrário. Ou seja, o traço mais marcante da evolução do setor terciário residiu na sua modernização. Este comportamento já pode ser observado na Tabela nº 1, com o crescimento mais rápido do "emprego organizado" na década dos anos 60 e no acumulado 1950-70. Contudo, maior qualificação é facultada pela Tabela nº 2, que apresenta exclusivamente os dados do "emprego organizado" urbano, desagregados em atividades econômicas.

TABELA Nº 2

BRASIL: 1950 - 70

ESTRUTURA DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA ORGANIZADO

(Continua)

SETORES E ATIVIDADES	ESTRUTURA GLOBAL			ESTRUTURAS PARCIAIS (SUBTOTAL = 100)			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		
	(%)			(%)			(%)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
(A) Não-Agrícola Total	100	100	100				4,0	4,6	4,3
(B) Não-Agrícola Organizado	63	61	63	100	100	100	3,7	4,8	4,3
1. Secundário Organizado	22	19	19	34	31	30	2,9	4,4	3,6
1.1 Indústria de Transformação	19	17	17	89	90	88	3,0	4,1	3,5
1.2 Indústria Extrativa	1	—	—	3	2	2	2,0	3,6	2,8
1.3 Serviços Ind. de Utilidade Pública	2	2	2	8	8	10	2,1	7,0	4,5
2. Terciário Organizado	41	42	44	66	69	70	4,2	5,0	4,6
2.1 Comércio de Mercadorias	10	9	11	25	23	25	3,2	6,2	4,7
Empregadores e Autônomos	4	3	3	42	33	28	0,7	4,4	2,5
Empregados	5	5	7	50	54	62	4,0	7,6	5,8
Não Remunerados	1	1	1	8	13	10	8,3	3,5	5,9
2.2 Comércio de Imóveis, Valores Imobiliários, Crédito e Seguros	2	2	3	4	5	6	5,9	9,1	7,8

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 2
BRASIL: 1950 - 70

ESTRUTURA DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA ORGANIZADO

(Conclusão)

SETORES E ATIVIDADES	ESTRUTURA GLOBAL (%)			ESTRUTURAS PARCIAIS (SUBTOTAL = 100) (%)			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
	2.3 Serviços	5	4	4	12	10	9	2,1	3,9
Alojamento e Alimentação	2	2	2	43	49	54	3,4	4,7	4,8
Higiene Pessoal	1	1	1	13	12	12	1,6	4,4	3,0
Confecção, Reparos Vestuário	1	—	—	21	13	7	(2,8)	(1,6)	(2,2)
Outros Serviços Pessoais	—	—	—	6	5	5	0,6	2,5	1,6
Diversões, Rádio e TV	—	—	—	7	7	7	0,9	4,3	2,6
Reparos, Manutenção Veículos	1	1	1	10	14	15	6,0	4,7	5,3
2.4 Transportes, Comunicações, Armazenagem	10	10	8	25	25	18	4,2	1,6	2,9
2.5 Atividades Sociais Privadas	2	2	3	5	5	7	2,9	9,8	6,3
2.6 Emprego Público	11	11	13	26	27	31	4,6	6,5	5,6
Atividades Sociais Públicas	3	4	6	29	37	45	7,3	8,4	7,9
Administração, Defesa e Segurança	8	7	7	71	63	55	3,4	5,2	4,3
2.7 Profissionais Liberais	1	3	2	3	6	4	12,8	0,2	6,3

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

De imediato, se destaca o emprego público, como a atividade de maior expressão individual do "terciário organizado" e com elevadas taxas anuais de crescimento, expressando a contínua expansão do estado anteriormente apontada. Por outro lado, em seu interior, o componente com maior dinamismo são as atividades sociais (educação, saúde e previdência). Pode-se constatar, ainda, que idêntico dinamismo esteve presente nas atividades sociais privadas. Outra atividade cujas elevadas taxas de crescimento chama a atenção é a de comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito e seguros, o que reflete a intensa geração de empregos por parte do setor financeiro.

Finalmente, cabe mencionar o comportamento apresentado pelo comércio de mercadorias. Esta atividade acompanha o crescimento do emprego urbano e representa a segunda maior atividade do "terciário organizado", quando tomada isoladamente. Porém, mais elevantes são as alterações em sua estrutura de emprego, com os empregados assalariados, já em 1960, superando os empregados e autônomos e os trabalhadores não remunerados. Em 1970 os assalariados representavam 62% do "emprego organizado" desta atividade.

Atende-se agora para o peso do "emprego organizado" no conjunto destas atividades mencionadas - emprego público; atividades sociais privadas; comércio de imóveis, valores mobiliários, créditos e seguros; e assalariados no comércio de mercadorias. Em 1950 e em 1960 elas representavam 20% do emprego urbano global e, em 1970, alcançam os 27%. Em relação ao "terciário organizado", sua participação era de 48% em 1950 e em 1960, e sobe para 60% em 1970. Assim, mais uma vez, se verifica a importância da década dos anos 60 para a apreensão, na sua inteireza, do processo que estamos estudando.

Cabe agora examinar qual o comportamento regional dos aspectos que acompanhamos globalmente a nível nacional. Aqui se acentua o caráter descritivo dos comentários, uma vez que para a maior compreensão das questões envolvidas, faz-se necessário um estudo de economia regional, que foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, dada a relevância desta temática para captar as especificidades regionais da nova classe média, esta necessidade fica aqui registrada, como sugestão, para estudos futuros que pretendemos desenvolver.

Na Tabela nº 3 os dados são desagregados para seis estados selecionados que, em conjunto, englobam algo em torno de dois terços do emprego global, e que apresentam diversos níveis de desenvolvimento econômico. São eles: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Aqui o traço distintivo é que, embora apresentem variados graus de urbanização da força de trabalho, em todos estes estados as taxas de crescimento do emprego urbano são expressivamente superiores às do emprego rural. E mais, se verificam mesmo várias taxas negativas no emprego rural.

Também o comportamento setorial do emprego urbano nos estados selecionados é idêntico àquele verificado em termos nacionais, como se observa na Tabela nº 4. Em primeiro lugar, também se verifica a estabilidade na participação relativa da construção civil no emprego urbano total, como também são igualmente elevadas suas taxas anuais de crescimento.

Quanto ao terciário global - "organizado" e "não organizado" -, em todos os estados analisados já se manifesta em 1970 um certo recuo relativo, num quadro de taxas anuais razoavelmente estacionárias ou arrefecidas ao longo da década dos anos 60, ainda que se mantenham em patamar elevado. Cabe chamar a atenção para o fato de que é no estado de maior desen-

TABELA Nº 3
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 – 70
EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL E URBANO

Discriminação	Emprego Agrícola						Emprego Não-Agrícola					
	Participação no Emprego - Total (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)			Participação no Emprego - Total (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)		
	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
1. Brasil	60	55	45	1,8	0,6	1,2	40	45	55	4,0	4,6	4,3
2. Estados Seleccionados	53	46	36	0,8	(0,1)	0,3	47	54	64	3,6	4,3	4,0
São Paulo	43	33	21	(0,1)	(1,2)	(0,7)	57	67	79	4,2	5,2	4,7
Minas Gerais	68	61	51	0,9	(0,2)	0,4	32	39	49	4,3	3,6	4,0
Rio de Janeiro	20	15	9	(0,7)	(1,8)	(1,3)	80	85	91	2,7	3,6	3,2
Rio Grande do Sul	60	55	47	1,4	0,9	1,2	40	45	53	3,6	4,2	3,9
Bahia	72	70	64	2,0	0,7	1,4	28	30	36	3,4	3,5	3,4
Pernambuco	67	63	53	0,7	(0,5)	0,1	33	37	47	2,5	3,6	3,0
3. Demais Estados	75	70	61	3,1	1,5	2,3	25	30	39	5,3	5,7	5,5

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 4
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 – 70
ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA

(Continua)

Discriminação	Construção Civil					
	Participação no Emprego Urbano (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)		
	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
1. Brasil	10	11	11	5,0	4,6	4,8
2. Estados Seleccionados						
São Paulo	9	10	10	4,8	5,0	4,9
Rio de Janeiro	10	10	11	3,3	4,3	3,8
Minas Gerais	11	12	12	5,2	3,4	4,3
Bahia	14	13	15	2,6	4,9	3,7
Rio Grande do Sul	8	10	10	5,1	4,1	4,6
Pernambuco	8	9	10	4,1	5,0	4,5

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 4
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 – 70
ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA

(Continua)

Discriminação	Secundário Global					
	Participação no Emprego Urbano (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)		
	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
1. Brasil	27	22	23	1,9	5,2	3,6
2. Estados Seleccionados						
São Paulo	35	30	32	2,7	6,0	4,3
Rio de Janeiro	23	18	20	0,3	4,3	2,3
Minas Gerais	24	19	20	1,4	4,2	3,1
Bahia	20	17	17	1,6	3,4	2,5
Rio Grande do Sul	25	20	23	1,2	5,9	3,5
Pernambuco	29	21	21	(0,5)	3,2	1,4

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 4
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 – 70
ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA

(Conclusão)

Discriminação	Terciário Global					
	Participação no Emprego Urbano (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)		
	1950	1960	1970	50/60	60/70	50/70
1. Brasil	63	67	66	4,6	4,5	4,5
2. Estados Seleccionados						
São Paulo	56	60	58	4,9	4,9	4,9
Rio de Janeiro	67	72	70	3,3	3,3	3,3
Minas Gerais	65	69	68	4,9	3,5	4,2
Bahia	65	70	68	4,1	3,2	3,6
Rio Grande do Sul	67	71	68	4,2	3,7	4,0
Pernambuco	64	70	69	3,5	3,5	3,5

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

volvimento industrial — São Paulo —, onde é mais rápido o crescimento do terciário. Por outro-lado, em termos do emprego industrial também se nota que é generalizado seu extraordinário dinamismo na década dos anos 60, com taxas de crescimento sistematicamente superiores às verificadas no terciário. A única exceção é Pernambuco. Na década dos anos 50, as baixas taxas, provavelmente, devem refletir a modernização da indústria dos bens de consumo não duráveis.

No que se refere à modernização do terciário, ela igualmente se manifesta nos estados selecionados, com um avanço generalizado na participação do "emprego organizado". Quanto ao comportamento dos empregados assalariados no comércio de mercadorias, observa-se pela Tabela nº 5, que o fenômeno do assalariamento é característico dos estados mais desenvolvidos. Nos estados de Pernambuco e Bahia os dados sugerem uma reprodução do pequeno comércio. (44)

O segundo destaque refere-se ao crescimento do emprego público, que, também nos estados selecionados, é impulsionado pelas atividades sociais, como se nota pela Tabela nº 6. Em termos gerais, a modernização do emprego no terciário nestes estados, pode ser aferida igualmente através do comportamento daquelas mesmas atividades destacadas em âmbito nacional, ou seja, examinando-se, em conjunto, o desempenho do "emprego organizado" no setor público; nas atividades sociais privadas; no comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito e seguros; e nos assalariados do comércio de mercadorias. É o que ocorre na Tabela nº 7. Nela se verifica, em todos os estados analisados, o crescimento da participação destas atividades, tanto em termos do emprego urbano estadual como em relação ao "emprego organizado" do terciário estadual. Assim se manifesta o mesmo dinamismo detectado globalmente em termos nacionais.

TABELA Nº 5

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 e 1970

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO ORGANIZADO NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS

(Em %)

Discriminação	Empregadores e Autônomos		Empregados Assalariados		Não Remunerados	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970
Brasil	42	28	50	62	8	10
São Paulo	37	19	57	76	6	5
Minas Gerais	50	30	41	62	9	8
Rio de Janeiro	29	13	68	85	3	2
Rio Grande do Sul	39	24	49	67	12	9
Bahia	52	44	41	41	7	15
Pernambuco	45	42	45	40	10	18

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 6
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1950 e 1970
PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO NO EMPREGO URBANO

(Em %)

Discriminação	Emprego Público Total		Atividades Sociais		Administração, Defesa e Segurança	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970
Brasil	11	13	3	6	8	7
São Paulo	8	9	3	4	5	5
Rio de Janeiro	15	16	3	6	12	10
Minas Gerais	9	14	3	8	6	6
Bahia	8	12	2	6	6	6
Rio Grande do Sul	13	16	3	8	10	8
Pernambuco	9	15	3	6	6	9

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

TABELA Nº 7

ESTADOS SELECIONADOS: 1950 – 70

PESOS RELATIVOS DO EMPREGO EM ATIVIDADES SELECIONADAS^(a)
DO TERCIÁRIO ORGANIZADO

(Em %)

Discriminação		Participação no Emprego Urbano Estadual	Participação no Emprego Organizado do Terciário Estadual
São Paulo	1950	17	46
	1960	19	49
	1970	23	60
Rio de Janeiro	1950	27	57
	1960	28	57
	1970	32	66
Minas Gerais	1950	17	43
	1960	17	44
	1970	24	59
Bahia	1950	15	41
	1960	15	41
	1970	21	51
Rio Grande do Sul	1950	24	51
	1960	25	53
	1970	31	62
Pernambuco	1950	16	47
	1960	17	44
	1970	25	55

(a) Emprego Assalariado do Comércio de Mercadorias; Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; Atividades Sociais Privadas; Atividades Sociais Públicas; e Administração Pública, Defesa e Segurança.

FONTE: DEPE-UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados Originais dos Censos Demográficos e Econômicos, F. IBGE.

Impõe-se a conclusão de que o mercado de trabalho urbano no Brasil é bastante dinâmico, refletindo profundas transformações que se processam na estrutura produtiva, nas últimas décadas. Contudo, como já foi assinalado anteriormente, este elevado dinamismo é insuficiente para absorver nossa herança histórica de marginalidade social. E mais, este quadro de marginalidade não só se reproduz, como se amplia e se transforma em questão social urbana que assumirá especial gravidade já na década dos anos 70.

A rápida expansão do mercado de trabalho urbano no Brasil não é capaz de absorver enormes contingentes que imigram do campo para as cidades. Basta atentar para a taxa anual de 5,1%, que atingiu o crescimento da população urbana na década dos anos 60, contra os 4,8% do emprego urbano "organizado" e os 4,6% do emprego urbano total.

Diante deste quadro, fica patente que a enorme herança de marginalidade social não será eliminada pelo mero crescimento econômico. Amplos programas governamentais, especialmente destinados a atender as carências que se acumulam e se reproduzem, são também imprescindíveis. Não é redundante enfatizar entretanto que, em que pese a reprodução da marginalidade e da miséria, o capitalismo brasileiro construiu nos últimos anos um moderno e eficiente aparelho produtivo. Mais ainda, é exatamente esta estrutura produtiva desenvolvida que pode viabilizar uma vigorosa ação social do estado, ao ser capaz de atender as demandas por produção dela decorrentes e ao facultar uma ampla base tributária necessária ao seu financiamento.

Finalmente, se a permanência deste quadro de marginalidade atesta o nosso "atraso", o nascimento e expansão da nova classe média, num outro polo, constitui indicador por excelência da modernidade do capitalismo brasileiro.

NOTAS

- (1) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 89-122, e ainda O Estado Brasileiro e os Limites da "Estatização". in Ensaio de Opinião, vol. 5, Rio de Janeiro, Inúbia, 1977, pp. 14-16; TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre-Docência, Rio de Janeiro, FEA-UFRJ, 1975, mimeo., cap. III; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Considerações sobre a Formação do Capitalismo. Tese de Mestrado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1977, mimeo., cap. III.
- (2) cf. AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 53.
- (3) Idem, p. 10.
- (4) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op. cit., 110; cf. também TAVARES, Maria da Conceição. Op.cit., pp. 115 e segs.
- (5) cf. DRAIBE, Sônia M.. Rumos e Metamorfoses. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1980, mimeo., p.60.
- (6) cf. MARX, Karl. O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, Livro I, Parte Quarta; OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. Op.cit.

- (7) cf. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971 (11ª edição), pp. 110 e segs.; SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 50 e segs.; CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977, pp. 42 e segs.; MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., pp. 72 e segs.
- (8) cf. CANO, Wilson. Op.cit., p. 69
- (9) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., p. 109.
- (10) cf. SAES, Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930). Rio de Janeiro, Vozes, 1975, pp. 38 e segs.
- (11) cf. DRAIBE, Sônia M.. Op.cit., pp. 20-21.
- (12) Idem. pp. 110 e segs.
- (13) Idem, p. 143.
- (14) Idem, pp. 69 e segs.
- (15) Idem, pp. 228 e segs.
- (16) cf. IPEA - Instituto de Planejamento Econômico Social. Indústrias Tradicionais: Um Reexame Crítico. Rio de Janeiro, IPEA/PNPES, 1969;
SOCHACZEWSKI, A. C.. Consideraciones sobre la Raciente Evolución Indus-

trial de Brasil. Santiago, tese, ESCOLATINA, 1970, mimeo.

- (17) cf. DRAIBE, Sônia M.. Op.cit., p. 272.
- (18) cf. MARX, Karl. Op.cit., Livro I, Parte Quarta; BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Valor e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1980, pp. 91 e segs.; MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., pp. 96 e segs.
- (19) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., pp. 117 e segs.; TAVARES, Maria da Conceição. Op.cit., pp. 131 e segs.; LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, Cadernos do IFCH-UNICAMP, 1975, pp. 14 e segs.
- (20) cf. COUTINHO, Luciano G. e Beluzzo, Luiz G. de Mello. Estado Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. in Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Org.: BELLUZZO, Luiz G. de Mello e COUTINHO, Renata R.. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 22-23; cf. também MELLO, João Manuel Cardoso de. O Estado Brasileiro e os Limites da "Estatização". Op.cit.
- (21) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., p. 118.
- (22) cf. COUTINHO, Luciano G. e REICHSTUL, Henri-Philippe. O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. in Martins, Carlos Estevan (org.). Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC-CEBRAP, 1977, pp. 63-64.

- (23) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit. p. 118.
- (24) cf. HYMER, Stephen. Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital (tradução). Rio de Janeiro, Graal, 1978; COUTINHO, Luciano G.. Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho. in Contexto nº 2, São Paulo, HUCITEC, março de 1977.
- (25) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Op.cit., p. 121.
- (26) cf. LESSA, Carlos. Op.cit., pp. 52 e segs.
- (27) Idem, pp. 56 e segs.
- (28) cf. DRAIBE, Sônia M.. Op.cit., pp. 231 a 248.
- (29) cf. LESSA, Carlos. Op.cit., pp. 18 e segs.
- (30) cf. TAVARES, Maria da Conceição. Op.cit., pp. 139 e segs.
- (31) cf. COUTINHO, Luciano G. e REICHSIUL, Henri-Philippe. Op.cit., pp. 68-69.
- (32) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Reflexões sobre a Crise Atual. in Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Op.cit., pp. 145 e segs.; TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise. - Rio

de Janeiro, Tese de Professor Titular, FEA-UFRJ, mimeo., pp. 83 e segs.

- (33) cf. DRAIBE, Sônia M.. Op.cit., p. 263.
- (34) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Op. cit., p. 151.
- (35) cf. TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 223 e segs.
- (36) cf. SEST - Secretaria de Controle das Empresas Estatais. Empresas Estatais no Brasil e o Controle da SEST: Antecedentes e Experiência de 1980. Brasília, 1981.
- (37) cf. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Estatísticas da Educação Nacional 1960-71; citado por CUNHA, Luis Antonio C. R.. A Expansão do Ensino Superior: Causas e Conseqüências. in Debate e Crítica, São Paulo, Hucitec, março de 1975, p. 30.
- (38) Idem, pp. 31-32.
- (39) Para uma análise mais circunstanciada, veja-se SOUZA, Paulo Renato C.. A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1980, mimeo., especialmente o cap. V.

- (40) cf. IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma Política de Emprego para o Paraná. Curitiba, 1983, p. 26. Deve-se registrar que este trabalho contou com a consultoria do Professor Carlos Alonso de Oliveira.
- (41) O emprego nas atividades de bancos, transportes, serviços industriais de utilidade pública, emprego público, atividades sociais privadas e profissionais liberais foi classificado como "organizado" em sua totalidade. O emprego doméstico e o comércio ambulante foi integralmente incluído como "não-organizado". A construção civil foi tomada à parte, não integrando nenhum dos sub-conjuntos. Finalmente, na indústria, no comércio estabelecido e nos serviços, considerou-se como "emprego organizado" aquele englobado pelo Censo Econômico, e como "não-organizado" a diferença entre o Censo Demográfico e o Censo Econômico. "A hipótese é que essa diferença deveria corresponder ao emprego em estabelecimentos não registrados." cf. SOUZA, Paulo Renato C.. Op.cit., p. 141.
- (42) cf. IPARDES - Fundação Edison Vieira. Op.cit., pp. 28-29.
- (43) cf. SOUZA, Paulo Renato C.. Op.cit., p. 147. Cifras de CLARK, C.. Las Condiciones del Progreso Económico. Madrid, Alianza Editorial, 1967.
- (44) cf. SOUZA, Paulo Renato C.. Op.cit., p. 152.

CAPÍTULO II

OS CONTORNOS ESTRUTURAIS DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo, nosso objetivo é traçar os contornos estruturais da nova classe média brasileira, a partir das grandes tendências que as ocupações típicas desse segmento revelam.⁽¹⁾ Será visto o grau de urbanização de tais ocupações, bem como sua distribuição pelas atividades econômicas. A presença de migrantes, os graus de escolaridade e a proporção de trabalhadores com curso superior serão igualmente analisados. Finalmente, a estrutura dos vínculos empregatícios – a participação de assalariados da empresa privada, de funcionários públicos⁽²⁾, de trabalhadores por conta própria – e os rendimentos médios em diversas situações empregatícias completam as características do que chamamos de ocupações típicas da nova classe média brasileira.

Inicialmente, apresentaremos o conjunto de ocupações que selecionamos para esta análise⁽³⁾, situando suas magnitudes em relação à PEA urbana (exclusive proprietários), mas sem a preocupação de uma quantificação rigorosa, uma vez que nosso objetivo aqui é mais qualitativo.⁽⁴⁾

Para que este capítulo não se ressentisse com uma enfadonha análise de cada ocupação em si – o que de certa forma foi inevitável na pesquisa empírica –, tentou-se uma certa agregação funcional das mesmas.

O segmento mais numeroso de trabalhadores em ocupações típicas de classe média está contido nas funções de gestão pública e privada. São os administradores, e sua extensa rede de auxiliares que, em conjunto, superam 12% dos trabalhadores urbanos, em 1970, como se observa no quadro a seguir:

FUNÇÕES DE GESTÃO	% DA PEA URBANA DE 1970
101 - Administradores públicos e privados	2,3
201 - Funções burocráticas ou de escritório	<u>9,1</u>
Subtotal	11,4
300 - Ocupações de supervisão	
301 - Mestres e contramestres (exclusive de obras)	0,3
302 - Mestres de obras	0,3
303 - Outras ocupações de supervisão	<u>0,4</u>
Subtotal	1,0
Total	12,4

O segundo grupo em expressão numérica é composto pelos trabalhadores em ocupações de distribuição, que englobam algo próximo de 10% do emprego urbano e que a seguir são apresentados:

OCUPAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO	% DA PEA URBANA DE 1970
. Transportes e Comunicações	
114 - Ocupações dos transportes	0,1
205 - Agentes dos transportes e das comunicações	<u>0,4</u>
Subtotal	0,5
. Comercialização	
203 - Viajantes e representantes praticistas	1,0
204 - Corretores e compradores	0,4
401 - Trabalhadores do comércio estabelecido	5,3
402 - Vendedores ambulantes	<u>2,2</u>
Subtotal	8,9
Total	9,4

Os trabalhadores em ocupações ligadas às atividades sociais ultrapassam os 7% da PEA urbana, tal como se verifica no próximo quadro:

OCUPAÇÕES DAS ATIVIDADES SOCIAIS	% DA PEA URBANA DE 1970
. Educação	
108 - Professores de 1º grau	3,7
109 - Demais professores e funções auxiliares	1,1
111 - Assistentes e agentes sociais	<u>0,1</u>
Subtotal	4,9
. Saúde	
106 - Médicos e dentistas	0,5
202 - Funções auxiliares de médicos e dentistas	<u>1,4</u>
Subtotal	1,9
. Justiça	
110 - Advogados, afins e funções auxiliares	0,5
Total	7,3

As ocupações típicas de técnicos universitários representam 1% dos trabalhadores urbanos, e são apresentados em seguida:

TÉCNICOS UNIVERSITÁRIOS	% DA PEA URBANA DE 1970
103 - Engenheiros e afins	0,6
104 - Químicos, físicos e afins	0,1
105 - Agrônomos e afins	0,1
107 - Economistas, matemáticos e afins	0,2
Total	1,0

Por fim, há uma série de ocupações típicas das atividades de informação, artes e lazer que, como se verifica no quadro abaixo, envolvem algo próximo de 1% do emprego urbano:

OCUPAÇÕES DE INFORMAÇÃO, ARTES E LAZER	% DA PEA URBANA DE 1970
112 - Escritores, jornalistas e afins	0,1
102 - Bibliotecários, museólogos e programadores	0,1
113 - Artistas, afins e funções auxiliares	0,4
206 - Atletas profissionais e afins	0,1
Total	0,7

Desta forma, o conjunto das ocupações mencionadas englobavam, em 1970, um contingente da ordem de 31% do conjunto dos trabalhadores urbanos. É a partir delas que tentaremos caracterizar o perfil da nova classe média brasileira. Caberia, ainda, considerar as ocupações típicas de Defesa Nacional e Segurança Pública – em torno de 3% da PEA Urbana –, mas que não foram incluídas nos dados brutos fornecidos pelas tabulações especiais.

2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Analisadas em seu conjunto, e sem distinguir a situação empregatícia, ou seja, se relativa a assalariados privados, funcionários públicos ou trabalhadores por conta própria, as ocupações típicas de classe média revelam alguns traços gerais que serão abordados agora, antes de passarmos a um exame mais pormenorizado.

Os trabalhadores destas ocupações estão fortemente concentrados no Comércio de Mercadorias, nas Atividades Sociais, na Prestação de Serviços e na Indústria de Transformação.⁽⁵⁾ Por outro lado, são absolutamente predominantes no Comércio de Mercadorias, nas Atividades Sociais, na Administração Pública e no Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros.⁽⁶⁾

Um dos traços característicos destes trabalhadores nas ocupações típicas é seu elevado grau de urbanização.⁽⁷⁾ De fato, em 1970, 67% dos mesmos trabalhavam em cidades com mais de 50 mil habitantes, contra os 63% verificados para o conjunto da PEA urbana. Este comportamento revela um caráter metropolitano, uma vez que nos centros não metropolitanos sua presença relativa não difere significativamente daquela verificada quanto aos demais trabalhadores urbanos. Já nos centros metropolitanos considerados neste estudo⁽⁸⁾ encontram-se 50% dos trabalhadores nas ocupações típicas de classe média, contra os 47% do conjunto dos trabalhadores urbanos. E mais, é nas "capitais" dos centros metropolitanos que se origina esta superioridade (42% contra 36%), ou seja, quando não considerados os municípios menores que, junto com as capitais, compõem as áreas metropolitanas.⁽⁹⁾

Este forte grau de urbanização está intimamente relacionado com a expresiva presença de trabalhadores migrantes, o que aliás é atributo comum ao conjunto dos trabalhadores urbanos brasileiros. Assim, em 1970,

a grande maioria das ocupações típicas de classe média revelavam em sua composição presença de trabalhadores migrantes na proporção de 50% a 65%. Por outro lado, cerca de 20% a 30% dos trabalhadores migrantes chegaram nos últimos cinco anos anteriores ao censo, sendo que nos centros não metropolitanos foi maior a aluência destes migrantes mais recentes.⁽¹⁰⁾

No que se refere à escolaridade — tomada pela média de anos de estudo — o traço distintivo é marcante homogeneidade nacional, ainda que nos centros metropolitanos ela seja ligeiramente mais elevada.⁽¹¹⁾ Ou seja, em cada ocupação típica de classe média, o grau de escolaridade é bastante uniforme, nas várias regiões, com distintos níveis de desenvolvimento econômico. Idêntico fenômeno se verifica na presença de trabalhadores que cursam o ensino superior, naquelas ocupações onde este atributo é relevante.

O já mencionado caráter metropolitano também se manifesta na conformação de uma estrutura de vínculos empregatícios característica, e que, igualmente, se origina nas capitais das metrópoles.⁽¹²⁾ Em outras palavras, se observarmos em cada ocupação, a estrutura vigente nas capitais das metrópoles, teremos uma idéia bastante aproximada do que se passa com a mesma no conjunto dos municípios com mais de 50 mil habitantes.⁽¹³⁾ Esta estrutura é decisiva para a caracterização da nova classe média assalariada e massificada, distinta da antiga e restrita classe média brasileira de profissionais liberais, trabalhadores autônomos e altos funcionários. Tanto que, nos centros metropolitanos, é maior o nível de assalariamento privado nas ocupações típicas de classe média. Nos centros de maior desenvolvimento econômico, como a Grande São Paulo, esta característica implica na menor presença do emprego público.

Nos centros não metropolitanos, a contrapartida do menor grau de assalariamento privado, normalmente, é o peso maior do emprego público. Contudo, nas ocupações em que se destacam os trabalhadores por conta própria, são estes, obviamente, os que "resistem" ao assalariamento.

Observação interessante é que, em 1970, apenas entre os vendedores ambulantes e entre os advogados, afins e funções auxiliares predominavam os trabalhadores por conta própria. Cabe a ressalva, entretanto, que nesta última ocupação os funcionários públicos passam a ser predominantes nas metrópoles do Norte-Nordeste e nas cidades grandes e médias do Nordeste.

Cabe mencionar, nas cidades grandes e médias dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (exclusive as capitais) a conformação de uma estrutura de vínculos empregatícios bastante próxima ao padrão metropolitano, ou seja, com elevado grau de assalariamento privado. O contrário ocorre nas metrópoles do Norte-Nordeste.

Finalmente, a última das características mais gerais diz respeito aos rendimentos médios auferidos nas ocupações típicas da classe média, os quais refletem as distintas formas de inserção dos trabalhadores deste segmento nas atividades privadas e públicas, especialmente em suas hierarquias, bem como as diferentes capacidades de reivindicação. Aqui cabe privilegiar as posições relativas destes trabalhadores, ou seja, a situação de cada ocupação em relação às demais ocupações típicas.⁽¹⁴⁾

Entre parênteses, deixaremos o exame dos rendimentos médios das distintas situações empregatícias para quando analisarmos mais adiante os grupos funcionais dentro das ocupações típicas de classe média. Entretanto, é preciso ressaltar desde logo que o desempenho revelado pelo conjun-

to dos trabalhadores nestas ocupações é determinado pelos assalariados privados. Ou seja, o comportamento dos rendimentos médios dos assalariados privados explica e conforma o comportamento dos rendimentos médios do agregado assalariados privados, funcionários públicos e trabalhadores por conta própria.

Fechando o parênteses, nota-se que a estrutura de rendimentos torna-se mais complexa à medida em que se elevam os rendimentos médios. Isto é, nas ocupações de rendimentos médios mais elevados é frequente a inversão de suas posições relativas ao longo dos agregados regionais, sugerindo diversidade na composição destas ocupações nos vários agregados.

Por outro lado, se nas ocupações dos estratos com rendimentos inferiores se verifica grande estabilidade de suas situações, mesmo quando se comparam regiões com distintos níveis de desenvolvimento econômico, o mesmo não ocorre nas ocupações dos estratos com rendimentos superiores. Tanto que a situação relativa destas últimas ocupações é melhor nos centros de menor desenvolvimento econômico, e nos centros mais desenvolvidos as disparidades são menos acentuadas. O que revelaria a crescente desqualificação e massificação que acompanha o desenvolvimento capitalista, que tendencialmente redundam na maior homogeneização, no contexto de uma estrutura social fortemente estratificada por classes, camadas e regiões.

Melhor dizendo, este processo se desenvolve, simultaneamente, através da qualificação e desqualificação dos trabalhos e dos trabalhadores. Ou seja, constantemente surgem novas ocupações ou novas especialidades, que requerem trabalhadores mais qualificados e, num primeiro momento, melhor remunerados. Contudo, o desenvolvimento capitalista manifesta a tendência de promover a simplificação das tarefas, através de sua decomposição, sistematização e automação, ao mesmo tempo que estimula a expansão da oferta

de trabalhadores aptos. As duas ordens de fatores criam a tendência ao rebaixamento das remunerações.⁽¹⁵⁾ Obviamente, tal processo de desqualificação e massificação também ocorre nas demais ocupações já existentes. Com o que torna-se nítida a tendência ao estreitamento das diferenças salariais, ainda que, pela constante reiteração de novos requisitos de trabalho qualificado, a estrutura ocupacional e de rendimentos permaneça complexa e em constante diversificação.

Antes de passarmos ao exame mais detalhado do perfil dos trabalhadores de classe média, é válido ressaltar que o alcance deste estudo encontra-se limitado pelo fato de nossa análise basear-se apenas no comportamento revelado pelas próprias ocupações. Ou seja, para maior compreensão do fenômeno é necessário observar também as características das atividades econômicas que empregam tais trabalhadores. O que não é nosso propósito aqui. Fica porém registrada mais uma sugestão para estudos futuros.

de trabalhadores aptos. As duas ordens de fatores criam a tendência ao rebaixamento das remunerações.⁽¹⁵⁾ Obviamente, tal processo de desqualificação e massificação também ocorre nas demais ocupações já existentes. Com o que torna-se nítida a tendência ao estreitamento das diferenças salariais, ainda que, pela constante reiteração de novos requisitos de trabalho qualificado, a estrutura ocupacional e de rendimentos permaneça complexa e em constante diversificação.

Antes de passarmos ao exame mais detalhado do perfil dos trabalhadores de classe média, é válido ressaltar que o alcance deste estudo encontra-se limitado pelo fato de nossa análise basear-se apenas no comportamento revelado pelas próprias ocupações. Ou seja, para maior compreensão do fenômeno é necessário observar também as características das atividades econômicas que empregam tais trabalhadores. O que não é nosso propósito aqui. Fica porém registrada mais uma sugestão para estudos futuros.

3 - TRABALHADORES EM FUNÇÕES DE GESTÃO

Como foi visto, o contingente mais numeroso dos trabalhadores de classe média encontram-se em funções de gestão. Embora cerca de 30% dos administradores se encontrem na Indústria de Transformação, o traço distintivo destes profissionais reside em sua larga disseminação por todas as atividades econômicas. Coerentemente, a ampla gama de trabalhadores em funções burocráticas ou de escritório revelam idêntico grau de disseminação. O que reflete as exigências das modernas estruturas organizacionais, que predominam tanto na iniciativa privada quanto no aparelho estatal. Tanto que, em seu conjunto, administradores e seus auxiliares mais próximos têm presença destacada tanto na Indústria de Transformação, como na Administração Pública, no Comércio, Corretagem e Serviços Financeiros e nas Atividades Sociais, Públicas e Privadas.

Os trabalhadores em ocupações de supervisão, tal como foram definidos na pesquisa, estão mais voltados para a administração da produção, e com isso sua presença é mais localizada. Os mestres e contramestres, exclusive de obras, se concentram na Indústria de Transformação. Os mestres de obras, na Construção Civil. Apenas nas outras ocupações de supervisão, pela sua maior amplitude, se verifica uma certa disseminação, embora estejam mais concentrados na Administração Pública e na Indústria de Transformação.

De um modo geral, os trabalhadores em funções de gestão revelam um elevado grau de urbanização. De fato, em 1970, encontravam-se em cidades com mais de 50 mil habitantes 79% dos administradores de empresas e públicos; 73% dos trabalhadores em funções burocráticas ou de escritório; 72% dos mestres e contramestres (exclusive de obras); 73% dos mestres de obras; e 64% dos trabalhadores em outras ocupações de supervisão. Desta forma, a presença dos mesmos em cidades grandes e médias é significativamente superior àquela verificada para o conjunto dos trabalhadores urba-

nos, que foi de 63%.

Passemos agora ao exame de cada uma das ocupações que compõem o grupo de trabalhadores em funções de gestão.

Em termos nacionais, a estrutura de vínculos empregatícios dos administradores revela que os assalariados privados são largamente predominantes (em torno de 80% do conjunto destes profissionais), os trabalhadores por conta própria são irrelevantes, e os demais se encontram no emprego público. Os administradores sofrem um corte regional típico: as capitais das metrópoles conformam o padrão metropolitano, onde é mais acentuado o predomínio dos assalariados privados. Por outro lado, o grau de assalariamento privado avança com o respectivo nível de desenvolvimento econômico. (16)

Em comparação com os demais trabalhadores de classe média, os administradores se encontram na franja do primeiro escalão de rendimentos médios, em todos os níveis de agregação regional. Onde não revelam flutuações muito bruscas, destacando-se a melhora de posição nas metrópoles do Norte-Nordeste, e nas cidades grandes e médias do Nordeste. Por outro lado, os dados sugerem que entre os administradores os assalariados privados são melhor remunerados que os funcionários públicos, nos centros economicamente mais desenvolvidos. Já, nos menos desenvolvidos, os funcionários se encontram em melhor posição.

Entre os trabalhadores em funções burocráticas ou de escritório verifica-se uma estrutura de vínculos empregatícios bastante parecida à dos administradores: em torno de 70%, são assalariados privados e o restante é composto de funcionários públicos. No que se refere aos rendimentos médios, encontram-se no penúltimo escalão (49), e os dados sugerem que

os funcionários públicos estão sempre em melhor situação que os assalariados privados.

Entre os mestres e contramestres (exclusive de obras) os assalariados privados representam algo próximo de 95%, sendo numericamente irrelevantes tanto os trabalhadores por conta própria como os funcionários públicos. Encontra-se no terceiro escalão de rendimentos médios, apresentando bruscas oscilações regionais e há indicações de uma situação sempre mais favorável aos assalariados privados.

Entre os mestres de obras, 70% são assalariados privados, mais de 20% são trabalhadores por conta própria e os demais são funcionários públicos. Os mestres de obras constituem a única modalidade deste grupo de trabalhadores em funções de gestão a respeito das quais cabe um comentário em relação à sua escolaridade, não pomenorizada até agora. Merece destaque o fato de que, em todos os níveis de agregação regional, a escolaridade dos trabalhadores por conta própria é superior à dos assalariados privados. Quanto aos rendimentos médios, também os mestres de obras se incluem no terceiro escalão, apresentando pequenas oscilações regionais. Entre eles, os trabalhadores por conta própria ocupam sempre posição mais destacada e os assalariados privados e os funcionários públicos ocupam alternadamente a segunda posição ao longo dos agregados regionais.

Por fim, entre os trabalhadores em outras ocupações de supervisão os funcionários públicos são predominantes (53%), os trabalhadores por conta própria são irrelevantes e os demais se encontram na situação de assalariados privados. Estão situados no terceiro escalão de rendimentos médios e suas oscilações regionais são pouco acentuadas. Por outro lado, os dados sugerem que nestas outras ocupações de supervisão os assalariados privados sempre ocupam posição superior à dos funcionários públicos.

Tentando resumir, verifica-se que no conjunto dos trabalhadores em funções de gestão os assalariados privados são francamente predominantes. Entre os mais destacados em termos de rendimentos médios estão os administradores, sendo que aqueles que se encontram na situação assalariados privados são melhor remunerados que os funcionários públicos; nos centros mais desenvolvidos. Já nos centros de menor desenvolvimento a situação se inverte e o perfil dos administradores é semelhante àquele dos trabalhadores situados nos escalões inferiores (funções burocráticas ou de serviços), onde os funcionários públicos estão em posição mais favorável que os assalariados privados. Finalmente, entre os trabalhadores que se encontram nos escalões intermediários (ocupações de supervisão), a posição de destaque fica com os trabalhadores por conta própria, no caso dos mestres de obras, e com os assalariados privados nos mestres e contramestres (exclusive de obras) e nas outras ocupações de supervisão.

4. TRABALHADORES EM OCUPAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Os trabalhadores de classe média que ocupam funções de distribuição formam o segundo grupo em expressão numérica, e estão envolvidos com os Transportes e Comunicações e com a Comercialização. Ao contrário dos trabalhadores em funções de gestão, anteriormente examinados, revelam uma grande especialização e estão fortemente concentrados em termos de atividades econômicas. Na atividade de Transportes e Comunicações encontra-se a parcela mais expressiva dos trabalhadores em ocupações dos transportes, bem como dos agentes dos transportes e das comunicações. Isto decorre tanto da própria definição de ocupações na pesquisa, como do fato de que esta atividade econômica já está bastante diferenciada das demais.

Quanto aos trabalhadores nas ocupações de comercialização, os viajantes e representantes praticistas se concentram no Comércio de Mercadorias e na Indústria de Transformação; os corretores e compradores se concentram no Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; e tanto os trabalhadores do comércio estabelecido como os vendedores ambulantes encontram-se, fundamentalmente, no Comércio de Mercadorias.

Os trabalhadores em funções de Transporte e Comunicações estão entre os que apresentam taxas mais elevadas de urbanização: nas cidades grandes e médias se encontram 80% dos trabalhadores em ocupações dos transportes, e 76% dos agentes dos transportes e das comunicações. Nas ocupações de Comercialização, apenas duas revelam igual nível de urbanização: os viajantes e representantes praticistas (83%) e os corretores e compradores (84%). O mesmo não ocorre com os trabalhadores do comércio estabelecido (62%) — cuja presença nas cidades grandes e médias é inferior àquela verificada para o conjunto dos trabalhadores urbanos, de 63%—, e também com os vendedores ambulantes (65%).

A seguir examinaremos as características de cada uma destas ocupações.

Em termos nacionais, os trabalhadores em ocupações dos transportes revelam uma estrutura de vínculos empregatícios em que os assalariados privados são mais de 75%, é muito reduzida a presença de trabalhadores por conta própria e os demais se encontram no emprego público. Em relação às demais ocupações de classe média, os trabalhadores em ocupações dos transportes ocupam a faixa inferior do primeiro escalão de rendimentos médios. Seu comportamento é distinto do típico, ou seja, revelam melhor posição relativa nos centros de maior desenvolvimento econômico. Por outro lado, os dados sugerem que nesta ocupação os assalariados privados são melhor remunerados que os funcionários públicos nos centros mais desenvolvidos, e a situação se inverte nos menos desenvolvidos.

Na ocupação de agentes dos transportes e das comunicações, os trabalhadores por conta própria são irrelevantes, os assalariados privados superam os 50% e os demais são funcionários públicos. Entretanto, em vários dos níveis de agregação regional adotados na pesquisa os funcionários públicos assumem o predomínio em relação às outras situações empregatícias. Esta ocupação se encontra no penúltimo escalão (4º) de rendimentos médios, e há indicações de que os funcionários públicos são melhor remunerados que os assalariados privados.

Entre os viajantes e representantes praticistas predominam os assalariados privados (próximo de 80%) e os demais se encontram na situação de trabalhadores por conta própria. Nestas ocupações cabe uma observação adicional, a respeito da instrução dos trabalhadores. Cabe assinalar que os assalariados privados revelam escolaridade superior àquela dos trabalhadores por conta própria. Os viajantes e representantes praticistas ocupam o

segundo escalão de rendimentos médios, sendo que os trabalhadores por conta própria sempre são melhor remunerados que os assalariados privados.

Em termos nacionais, a estrutura de vínculos empregatícios dos corretores e compradores revela o predomínio dos assalariados privados (próximos de 50%) e o restante dos trabalhadores nesta ocupação se encontra, fundamentalmente, na situação de trabalhadores por conta própria. Entretanto, em vários agregados não metropolitanos o predomínio passa aos trabalhadores por conta própria. No se refere à escolaridade dos corretores e compradores, é notável a superioridade dos assalariados privados em relação aos trabalhadores por conta própria. Os corretores e compradores estão localizados no segundo escalão de rendimentos médios, sendo estável sua posição relativa em todos os níveis de agregação regional adotados na pesquisa. Nos centros de maior desenvolvimento econômico os trabalhadores por conta própria são melhor remunerados que os assalariados privados, mas estas posições se invertem nos centros menos desenvolvidos.

Nos trabalhadores do comércio estabelecido, os assalariados privados revelam um predomínio absoluto (acima de 95%), sendo irrelevantes tanto a presença de funcionários públicos como a de trabalhadores por conta própria. Esta ocupação se encontra no último escalão de rendimentos médios e, diante do fato de que os assalariados privados são praticamente exclusivos, não cabem comparações com as demais situações.

Por último, entre os vendedores ambulantes predominam os trabalhadores por conta própria (75%) e os demais se encontram na situação de assalariados privados. Neste caso, os assalariados privados revelam escolaridade superior à dos trabalhadores por conta própria. Os vendedores ambulantes estão situados no último escalão de rendimentos médios, e os trabalhadores por conta própria sempre são melhor remunerados que os assalaria-

dos privados.

Em resumo, no grupo de ocupações de distribuição os assalariados privados só não são absolutamente predominantes entre os agentes dos transportes e das comunicações, e entre os vendedores ambulantes. Nos primeiros, o predomínio é repartido entre os assalariados privados e os funcionários públicos e, nos vendedores ambulantes, ele cabe aos trabalhadores por conta própria. Nas ocupações de transportes e comunicações, entre os trabalhadores melhor situados em termos de rendimentos médios (ocupações dos transportes) os assalariados privados são melhor remunerados. Já nos estratos inferiores (agentes dos transportes e das comunicações), posição mais favorável cabe aos funcionários públicos. Nas ocupações de comercialização os trabalhadores por conta própria são sempre melhor remunerados, à exceção feita aos trabalhadores do comércio estabelecido, onde os empregados assalariados são praticamente exclusivos, não permitindo comparações.

5 - OCUPAÇÕES DAS ÁREAS SOCIAIS

Os trabalhadores de classe média das áreas sociais, tomados em seu conjunto, encontram-se concentrados em três atividades: nas Atividades Sociais — públicas e privadas —, na Administração Pública e na Prestação de Serviços.

Na área de Educação, tanto os professores de 1º grau como os demais professores, e funções auxiliares se encontram nas Atividades Sociais. Já os assistentes e agentes sociais, além das Atividades Sociais, se encontram também na Administração Pública.

Na área de Saúde, os médicos e dentistas se dividem entre a Prestação de Serviços e as Atividades Sociais, e os trabalhadores em funções auxiliares de médicos e médicos e dentistas se concentram apenas nas Atividades Sociais.

Por fim, na área de Justiça, os advogados, afins e funções auxiliares se encontram na Administração Pública e na Prestação de Serviços.

No que se refere ao grau de urbanização, são nestas áreas sociais que se encontram duas ocupações com maior presença em cidades pequenas: os professores de 1º grau e os advogados, afins e funções auxiliares. Em cada ocupação das áreas sociais, a proporção de trabalhadores que se encontram em cidades com mais de 50 mil habitantes é a seguinte: professores de 1º grau, 40%; demais professores e funções auxiliares, 70%; assistentes e agentes sociais, 82%; médicos e dentistas, 75%; funções auxiliares de médicos e dentistas, 72%; e advogados, afins e funções auxiliares, 41%.

Passemos agora aos comentários sobre cada uma das ocupações das áreas sociais.

Entre os professores de 1º grau predominam os funcionários públicos (em torno de 80%), sendo que, em termos nacionais, os assalariados privados se aproximam de 15%, e os trabalhadores por conta própria não atingem 5%. Os professores de 1º grau se encontram no penúltimo escalão de rendimentos médios, e os dados sugerem que os funcionários públicos são sempre melhor remunerados, se comparados com as demais situações empregatícias.

Quanto aos demais professores e funções auxiliares, também se destacam os funcionários públicos (aproximadamente 60%). Os assalariados privados representam algo em torno de 30%, e os trabalhadores por conta própria são inferiores a 10%. Os trabalhadores nestas ocupações participam do segundo escalão de rendimentos médios, e também entre eles há indicações de que os funcionários públicos são sempre melhor remunerados. Por outro lado, os dados sugerem maior presença de trabalhadores com curso superior entre os funcionários públicos.

Em termos nacionais, entre os assistentes e agentes sociais predominam os funcionários (por volta de 55%), sendo que os trabalhadores por conta própria são irrelevantes, e os demais se encontram na situação de assalariados privados. Entretanto, em vários dos níveis de agregação regional adotados, inclusive entre os agregados metropolitanos, o predomínio passa para os assalariados privados. Os assistentes e agentes sociais fazem parte do terceiro escalão de rendimentos médios, sendo que, nos centros mais desenvolvidos, os funcionários públicos estão melhor situados. Em vários centros de menor desenvolvimento econômico, os assalariados privados também ocupam a posição mais destacada, sem claro predomínio de uma das duas situações.

A estrutura nacional de vínculos empregatícios dos médicos e dentistas revela o predomínio apenas relativo dos funcionários públicos (em torno dos 45%). Os trabalhadores por conta própria se aproximam dos 40% e os assalariados privados atingem 15%. Porém, em vários dos níveis de agregação regional adotados o predomínio passa aos trabalhadores por conta própria, inclusive em alguns agregados metropolitanos. Entre os médicos e dentistas, os assalariados privados revelam maior escolaridade que os trabalhadores por conta própria, da mesma forma que a maior proporção de trabalhadores com curso superior. Os médicos e dentistas se encontram no primeiro escalão de rendimentos médios, ocupando posição de destaque em relação às demais ocupações de classe média. Nos centros metropolitanos, os trabalhadores por conta própria estão melhor situados. Já nos demais centros a melhor remuneração fica com os assalariados privados. Os funcionários públicos sempre ocupam a segunda ou a última posição em relação às outras situações empregatícias.

Em termos nacionais, os assalariados privados predominam entre os trabalhadores em funções auxiliares de médicos e dentistas (aproximadamente 55%). É irrelevante a presença de trabalhadores por conta própria, e os demais trabalhadores são funcionários públicos. Contudo, esta estrutura também se altera em vários dos níveis de agregação regional adotados, inclusive entre os agregados metropolitanos, com o predomínio dos funcionários públicos. Os trabalhadores nestas ocupações estão no penúltimo escalão de rendimentos médios, e os funcionários públicos são sempre melhor remunerados.

Finalmente, entre os advogados, afins, e funções auxiliares predominam trabalhadores por conta própria (aproximadamente 50%) e os assalariados privados e os funcionários públicos se situam em idêntica faixa de 25%. Os trabalhadores por conta própria possuem escolaridade superior à dos

assalariados privados, bem como maior proporção de trabalhadores com curso superior. Os trabalhadores nestas ocupações encontram-se no primeiro escalão de rendimentos médios, na segunda posição de destaque. Em termos de melhor remuneração, não se configura uma tendência nítida, alternando-se as vantagens tanto dos trabalhadores por conta própria como dos assalariados privados. Os funcionários públicos ocupam sempre a segunda ou última colocação em relação às outras situações empregatícias.

Tentando resumir, entre os trabalhadores das áreas sociais é bastante forte a presença de funcionários públicos. Em duas ocupações seu predomínio é exclusivo: nos professores de 1º grau e nos demais professores e funções auxiliares. Em outras três, dividem seu predomínio, nos vários níveis de agregação regional adotados, com outras situações empregatícias: nos assistentes e agentes sociais e nos trabalhadores em funções auxiliares de médicos e dentistas, o predomínio é compartilhado com os assalariados privados; bem como nos médicos e dentistas, com os trabalhadores por conta própria. Os funcionários públicos só não revelam presença destacada entre os advogados, afins e funções auxiliares, sendo que nestas ocupações os trabalhadores por conta própria são predominantes.

No que se refere aos rendimentos médios, os funcionários públicos sempre são melhor remunerados entre os professores de 1º grau, demais professores e funções auxiliares, e entre os trabalhadores em funções auxiliares de médicos e dentistas. Nos assistentes e agentes sociais a primeira posição é compartilhada com os assalariados privados, nos centros não metropolitanos. Já quanto aos médicos e dentistas e entre os advogados, afins e funções auxiliares, o destaque é maior para os trabalhadores por conta própria e, em vários agregados, também para os assalariados privados.

6 - OCUPAÇÕES DE TÉCNICOS UNIVERSITÁRIOS

Os trabalhadores em ocupações de técnicos universitários revelam um certo grau de disseminação pelas atividades econômicas, sendo que para todos eles a presença na Administração Pública merece um certo destaque. Por ordem de importância, os engenheiros e afins se concentram na Indústria de Transformação, na Prestação de Serviços, na Construção Civil e na Administração Pública. Os químicos, físicos e afins na Indústria de Transformação, Atividades Sociais, Comércio de Mercadorias e Administração Pública. Os agrônomos e afins nas Atividades Sociais, Prestação de Serviços e Administração Pública. Por fim, os economistas, matemáticos e afins na Prestação de Serviços, Indústria de Transformação, Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros e na Administração Pública.

No que se refere ao grau de urbanização, encontram-se em cidades grandes e médias 83% dos engenheiros e afins, 75% dos químicos, físicos e afins, 63% dos agrônomos e afins (com índice idêntico ao da PEA urbana) e 87% dos economistas, matemáticos e afins.

A seguir examinaremos as características de cada uma destas ocupações.

Entre engenheiros e afins predominam os assalariados privados (em torno de 60%). Os trabalhadores por conta própria se aproximam de 10% e os demais se encontram no emprego público. Esta estrutura nacional de vínculos empregatícios, entretanto, não se mantém nas cidades grandes e médias do Nordeste, onde os funcionários públicos se revelam predominantes. Nestas ocupações os trabalhadores por conta própria possuem escolaridade superior à dos assalariados privados, bem como maior proporção de trabalhadores com curso superior. Os engenheiros e afins se localizam no primeiro escalão de rendimentos médios, e os trabalhadores por conta própria sempre se encontram em melhor posição. A segunda posição fica com os assalariados priva-

dos, exceção feita à Grande São Paulo, onde esta posição secundária é assumida pelos funcionários públicos.

Nos químicos, físicos e afins, os assalariados privados são predominantes em termos nacionais (aproximadamente 65%) e o restante dos trabalhadores é constituído por funcionários públicos. Esta estrutura de vínculos empregatícios sofre variações regionais, com o predomínio dos funcionários públicos em vários agregados. Os trabalhadores nestas ocupações participam do primeiro escalão de rendimentos médios e os assalariados privados sempre são melhor remunerados.

Os agrônomo e afins apresentam uma estrutura nacional de vínculos empregatícios tal que os funcionários públicos são predominantes (próximos de 70%), os assalariados privados perfazem 20% e os trabalhadores por conta própria 10%. Embora esta estrutura apresente algumas variações regionais, elas não afetam o predomínio dos funcionários públicos. Em termos nacionais, os assalariados privados apresentam escolaridade superior àquela verificada entre os trabalhadores por conta própria. Entretanto, ao longo dos vários níveis de agregação regional adotados as posições se igualam ou se alteram entre as duas situações empregatícias. Por outro lado, os trabalhadores por conta própria revelam maior proporção de trabalhadores com curso superior, à exceção do agregado demais metrópoles do Centro-Sul. Os agrônomo e afins encontram-se no primeiro escalão de rendimentos médios e, embora não se configure uma tendência nítida, em boa parte dos níveis de agregação regional adotados a situação mais favorável cabe aos trabalhadores por conta própria, sendo que os funcionários públicos oscilam entre a segunda e a última colocação.

Finalmente, entre os economistas, matemáticos e afins os assalariados privados são predominantes (em torno de 60%), os trabalhadores por

conta própria se aproximam dos 10% e os demais se encontram no emprego público. Esta estrutura nacional de vínculos empregatícios não se mantém nas cidades médias e grandes do Norte e Centro-Oeste, onde predominam os funcionários públicos. Em termos nacionais, nestas ocupações, os trabalhadores por conta própria revelam escolaridade superior à dos assalariados privados, sendo que esta situação se inverte em alguns agregados não metropolitanos. Por outro lado, a proporção de trabalhadores com ensino superior geralmente é maior entre os trabalhadores por conta própria, quando se trata de agregados metropolitanos. Nos agregados não metropolitanos a situação se inverte. Os economistas, matemáticos e afins participam do primeiro escalão de rendimentos médios, com supremacia dos trabalhadores por conta própria e, nos centros mais desenvolvidos, a segunda posição cabe aos funcionários públicos.

Em resumo, nota-se que entre os trabalhadores em ocupações de técnicos universitários se destacam os assalariados privados, embora também sejam relevantes os funcionários públicos. Os funcionários públicos são predominantes apenas entre os agrônomos e afins. Nas demais ocupações o domínio cabe aos assalariados privados, embora com variações regionais que se traduzem pela supremacia dos funcionários públicos em alguns agregados. Contudo, embora não seja significativa a presença de trabalhadores por conta própria, em geral é esta a situação empregatícia melhor remunerada. Ela só não se destaca entre os químicos, físicos e afins, onde sobressaem os assalariados privados.

7 - TRABALHADORES EM OCUPAÇÕES DE INFORMAÇÃO, ARTES E LAZER

Ainda que com diversos graus de disseminação pelas atividades econômicas, os trabalhadores em ocupações de Informação, Artes e lazer possuem em comum, uma presença relevante na atividade de Prestação de Serviços. Por ordem de importância, os escritores, jornalistas e afins se concentram na Indústria de Transformação (Indústria Cultural) e na Prestação de Serviços; os bibliotecários, museólogos e programadores nas Atividades Sociais, Prestação de Serviços, Indústria de Transformação e Administração Pública; os artistas, afins e funções auxiliares, na Prestação de Serviços; e os atletas profissionais e afins na Prestação de Serviços e Atividades Sociais.

A presença de trabalhadores nestas ocupações em cidades grandes e médias é de 92% entre escritores, jornalistas e afins (a mais elevada de todas as ocupações), de 85% entre bibliotecários, museólogos e programadores, de 66% entre artistas, afins e funções auxiliares e de 69% entre os atletas profissionais e afins.

Seguem-se comentários sobre cada uma destas ocupações.

Entre os escritores, jornalistas e afins predominam os assalariados privados (superam os 80%) e os demais se encontram, fundamentalmente, no emprego público. Os trabalhadores nestas ocupações estão situados na última faixa do primeiro escalão de rendimentos médios, sendo que nos centros mais desenvolvidos os assalariados privados são melhor remunerados, e nos demais a supremacia cabe aos funcionários públicos.

Em termos nacionais, os assalariados privados predominam entre os bibliotecários, museólogos e programadores (aproximadamente 55%) e o restante dos trabalhadores se constitui de funcionários públicos. Contudo, em vários agregados, inclusive metropolitanos, o predomínio cabe aos funcio-

nários públicos. Os trabalhadores nestas ocupações participam do terceiro escalão de rendimentos médios, e os dados sugerem que os assalariados privados sempre se encontram em situação mais favorável.

Os artistas, afins e funções auxiliares revelam uma estrutura de vínculos empregatícios em que os assalariados privados são predominantes (em torno de 55%), os trabalhadores por conta própria superam os 35% e os funcionários públicos não atingem 10%. Os assalariados privados possuem escolaridade maior que a dos trabalhadores por conta própria, com exceção da Grande São Paulo e cidades médias de São Paulo e Rio de Janeiro. Tais ocupações estão localizadas no penúltimo escalão de rendimentos médios, sendo que os funcionários públicos são melhor remunerados nos centros mais desenvolvidos. Nos demais, esta supremacia é compartilhada com os trabalhadores por conta própria. Os assalariados privados sempre se encontram na última colocação.

Por fim, entre os atletas profissionais e afins os assalariados privados são exclusivos e participam do terceiro escalão de rendimentos médios.

Resumindo, entre os trabalhadores em ocupações de Informação, Artes e Lazer é generalizado o predomínio dos assalariados privados. Apenas entre os bibliotecários, museólogos e programadores tal predomínio é compartilhado com os funcionários públicos. Esta destacada posição dos assalariados privados também se revela em termos dos rendimentos médios. Eles ocupam a primeira posição, com exclusividade, em se tratando de bibliotecários, museólogos e programadores e de atletas profissionais e afins. No caso dos escritores, jornalistas e afins, os que são assalariados privados dividem a supremacia com os funcionários públicos, nos centros menos desenvolvidos. Os assalariados privados apenas não se destacam entre os ar-

tistas, afins e funções auxiliares, onde sobressaem os funcionários públicos. Já nos centros menos desenvolvidos, também ganham relêvo os trabalhadores por conta própria no que se refere aos rendimentos médios auferidos.

NOTAS

- (1) Para tanto, vamos nos apoiar no "Anexo Estatístico" à esta dissertação, que é o próprio relatório da pesquisa realizada para sua elaboração e que se compõe, basicamente, de um conjunto de tabelas comentadas em detalhe.

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir dos dados censitários da Fundação IBGE, com destaque para duas tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970, solicitadas pelo INPLS/IPIA e cedidas por este órgão ao Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, do DEPE - UNICAMP.

Como não se dispõe, para outros censos decenais, de equivalente elenco de dados desagregados, a caracterização da nova classe média brasileira será tentada a partir deste corte em 1970. Em que pese a ausência de séries de dados, que possibilitassem evidenciar a evolução das características analisadas, cremos que em boa medida esta lacuna pode ser superada. Isto porque, como foi visto no capítulo anterior, o censo de 1970 é um elemento privilegiado para nosso estudo, pelo fato de refletir, pela primeira vez em sua plenitude, os resultados numéricos daqueles processos que explicam o surgimento e expansão da nova classe média brasileira. Por outro lado, o próprio nível de desagregação dos dados disponíveis facilita a apreensão das tendências mais gerais da evolução deste segmento, ao propiciar as comparações em regiões com distintos níveis de desenvolvimento econômico.

- (2) Na situação empregatícia de funcionários públicos estão englobados apenas os servidores da Administração Pública. Os trabalhadores em empresas estatais de economia mista estão incluídos na situação assalariados privados.

- (3) Para uma descrição mais pormenorizada destas ocupações consultar o Anexo Estatístico, pp. 5-13.
- (4) cf. Anexo Estatístico, pp. 30-41.
- (5) Idem, p. 25.
- (6) Idem, pp. 24 e 29.
- (7) Idem, pp. 43-45 e 58-66.
- (8) Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Belém e Brasília.
- (9) Entre as metrópoles consideradas, tal procedimento se faz necessário na Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre e Grande Recife.
- (10) cf. Anexo Estatístico, pp. 121-133.
- (11) Idem, pp. 109-120.
- (12) Idem, pp. 67-88.
- (13) Cabe notar que neste estudo o conjunto destes municípios grandes e médios também é chamado de agregado Brasil Urbano.
- (14) cf. Anexo Estatístico, pp. 89-108.
- (15) cf. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

- (16) A seguir, sempre que não forem feitas ressalvas pertinentes, este padrão metropolitano estará subentendido.

CONCLUSÃO

A DÉCADA DOS ANOS 70: EXPANSÃO E CRISE

1 - INTRODUÇÃO

A realidade brasileira contemporânea é marcada pelo intenso ritmo de desenvolvimento retomado no final dos anos 60 e que se estende até os primeiros anos da década dos 70. Como é sabido, as conseqüências do estilo deste crescimento — tido por alguns como "milagroso", por outros como "selvagem" e cujos contornos procuramos delinear no Capítulo I — interferem em todos os aspectos da nossa complexa situação nacional. Aqui vamos nos deter apenas nas transformações que são objeto deste trabalho.

2 - MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

Tomando-se a década dos anos 70 em seu conjunto, as indicações mais gerais sobre a evolução da estrutura ocupacional da PEA apontam no sentido da rápida expansão do emprego urbano naquelas atividades mais modernas.

Embora não se disponha de estimativas mais circunstanciadas sobre o comportamento do "emprego não organizado"⁽¹⁾, é possível afirmar que no Censo Demográfico de 1980 sua dimensão relativa não tenha se elevado. É óbvio que um dos efeitos da forte recessão que se verificou na economia brasileira foi precisamente destruir "empregos organizados" nas atividades produtivas e de serviços e, simultaneamente, estimular a multiplicação do "emprego não organizado", que busca garantir níveis mínimos de sobrevivência, diante da inexistência de mecanismos institucionais de proteção ao desempregado e sua família. Entretanto, os dados do Censo de 1980 ainda estão impregnados dos reflexos da forte expansão anterior à recessão. Isto porque, embora em crise desde 1974-75, a economia mantém níveis razoáveis de atividade e a recessão se precipita apenas no início da década dos anos 80.⁽²⁾

De fato, é no período compreendido entre 1981 e 1983 que a economia brasileira sofre o mais grave retrocesso de que se tem registro.⁽³⁾ Nesse período, o Produto Interno Bruto apresentou taxas negativas de crescimento em dois anos, com uma queda acumulada superior a 6%. O forte declínio na renda média por habitante fez com que em 1983 seu nível regressasse ao de 1976. O setor industrial foi especialmente afetado, verificando-se entre 1981 e 1983 uma redução de 20% em sua atividade, sendo que a indústria de bens de capital foi a primeira e a mais duramente penalizada pela recessão. Este péssimo desempenho acumulou capacidade ociosa em níveis indesejados, e provocou forte aumento no desemprego, que não se limitou à indústria. Contudo, este cenário sombrio não é contemplado pelo

Censo Demográfico de 1980. Assim sendo, para nossos objetivos imediatos, vamos discutir a evolução do emprego na década de 1970 trabalhando com os dados globais da PEA, e admitindo que o "emprego não organizado" não avançou sobre o "emprego organizado".

O primeiro aspecto a ser ressaltado refere-se à rápida aceleração da urbanização da força de trabalho. De fato, em 1980 o emprego urbano já representava 70% do emprego global, com a elevada taxa de crescimento de 6,4% anuais ao longo da década dos anos 70. O emprego global cresce a 4,0% ao ano e o emprego agrícola apresenta uma queda anual de 0,3%, ao contrário das décadas anteriores em que se declínio era apenas relativo. Por outro lado, tal expansão do emprego urbano se apoia nas mesmas bases já verificadas no período 1950-70: no elevado dinamismo do setor industrial, na manutenção do nível de emprego na construção civil — que, em volume, representa a metade do emprego industrial — e no rápido crescimento do emprego nas atividades modernas do setor terciário. Este desempenho conforma uma determinada estrutura do emprego, tal como se verifica na Tabela nº 8, a seguir apresentada.

O extraordinário desempenho do emprego industrial, com um crescimento de 7,8% ao ano, além de refletir o vigoroso ritmo da acumulação de capital na expansão recente, indica a própria "juventude" do capitalismo brasileiro. Nos países de capitalismo maduro, a partir de um certo estágio de desenvolvimento, o emprego industrial começa a decrescer em termos relativos, por força da mais rápida expansão do setor terciário. Tanto que, nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores industriais no emprego urbano era de 45,6% em 1820, sobe para 51,1% em 1880 e a partir daí cai sistematicamente atingindo 33,0% em 1970.⁽⁴⁾

TABELA Nº 8

BRASIL: 1960 – 1980

ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO URBANO

Discriminação	Estrutura do Emprego (%)			Taxa Anual de Crescimento (%)	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
Total Não-Agrícola	100	100	100	4,8	6,4
Construção Civil	11	11	11	4,6	6,3
Secundário	22	23	26	5,2	7,8
Terciário	67	66	63	4,5	5,9

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

No que toca o setor terciário, o comportamento dos dados da PEA global indica que na década de 1970 prosseguiu aquela modernização do emprego que vem ocorrendo desde as décadas anteriores é o que pode ser vislumbrado na Tabela nº 9. Nota-se ali que no item Comércio de Mercadorias aumenta sensivelmente a proporção de empregados assalariados, com uma taxa anual de crescimento da ordem de 7,5%. No Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros, o emprego cresceu à elevada taxa de 8,5% ao ano.

O emprego público, ainda que tenha sofrido pequeno recuo relativo continua apresentando grande destaque e, no seu interior, as Atividades Sociais revelam maior dinamismo. Tal desempenho também se manifesta nas Atividades Sociais Privadas, que inclusive apresentam maiores taxas de crescimento (9,0% ao ano).

Em conjunto, os empregados assalariados do Comércio de Mercadorias, os trabalhadores do Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros, os funcionários públicos e os trabalhadores em Atividades Sociais Privadas passam a representar, em 1980, 28% do emprego urbano, contra os 27% de 1970. No que se refere ao setor terciário, a participação destes trabalhadores de atividades melhor estruturadas passa de 41% em 1970, para 44% em 1980. Este desempenho é melhor qualificado atentando-se para o fato de que ele se processa num quadro de recuo relativo do emprego do setor terciário, que representava 66% do emprego urbano em 1970 e caiu para 63% em 1980. Com isso é reforçada a suposição de que prosseguiu firme a modernização do emprego no terciário.

Em termos regionais, os dados apontam para uma reprodução desta performance nacional, tal como ocorreu nas décadas de 1950 e de 1960. É o que se passa com a urbanização da força de trabalho, como se verifica na

TABELA Nº 9

BRASIL: 1970 e 1980

PEA NÃO-AGRÍCOLA POR SETORES E ATIVIDADES

(Em %)

SETORES E ATIVIDADES	Estrutura Global		Estruturas Parciais (Subtotais = 100)		Taxas Anuais de Crescimento
	1970	1980	1970	1980	
Total Não-Agrícola	100	100			6,4
(1) Construção Civil	11	11			6,3
(2) Secundário	23	26	100	100	7,8
(2.1) Indústria de Transformação	21	24	91	91	7,9
(2.2) Indústria Extrativa	1	1	5	3	3,7
(2.3) Serviços Ind. de Utilidade Pública	1	1	4	6	10,0
(3) Terciário	66	63	100	100	5,9
(3.1) Comércio de Mercadorias	14	14	22	22	6,0
Empregadores e Autônomos	6	5	45	36	3,6
Empregados	8	9	54	62	7,5
Não Remunerados	—	—	1	2	11,7
(3.2) Comércio de Imóveis, Val. Mob., Crédito, Seguros	3	3	4	5	8,5
(3.3) Serviços	23	24	35	38	6,8
Alojamento e Alimentação	3	3	12	13	7,9
Higiene Pessoal	1	1	4	3	4,0
Confecção, Reparos Vestuário	4	1	18	3	(4,9)
Diversões, Rádio e TV	1	—	3	2	2,6
Reparos, Manutenção Veículos	2	3	10	13	9,5
Domésticos Remunerados	11	9	48	36	3,7
Outros	1	4	5	15	18,7
Serviços Técnico-Profissionais	-0- ^(*)	2	-0-	9	-0-
Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas	-0-	1	-0-	6	-0-
(3.4) Transporte, Comunicações, Armazenagem	8	6	12	10	3,8
(3.5) Atividades Sociais Privadas	3	4	5	6	9,0
(3.6) Emprego Público	13	12	20	19	5,1
Atividades Sociais Públicas	6	6	45	50	6,2
Administração, Defesa e Segurança	7	6	55	50	4,1
(3.7) Profissionais Liberais	2	-0- ^(*)	2	-0-	-0-
(3.8) Organizações Internacionais e Representações Estrangeiras	-0-	—	-0-	—	-0-

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

(*) Os dados sugerem que houve alteração na classificação.

Tabela nº 10. Nota-se ali que, embora com diversos graus de urbanização do emprego, em todos os estados selecionados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco) — e também no conjunto dos demais estados —, as taxas de crescimento do emprego urbano são extraordinariamente superiores às mesmas taxas do emprego agrícola.

Quanto ao emprego industrial, nota-se pela Tabela nº 11 que, em todos os estados selecionados, eleva-se sua participação no emprego urbano, com a correspondente retração relativa do emprego do setor terciário. A modernização do emprego no setor terciário, a nível regional, também pode ser inferida a partir do desempenho daquelas atividades melhor estruturadas, tal como se procedeu, nesta mesma conclusão, na análise a nível nacional. Ou seja, através do exame do comportamento revelado pelos empregados assalariados do Comércio de Mercadorias, pelos trabalhadores do Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros, pelos funcionários públicos e pelos trabalhadores em Atividades Sociais Privadas.

No Comércio de Mercadorias, em todos os estados examinados, aumenta significativamente a participação dos empregados assalariados, tal como se verifica na Tabela nº 12, a seguir apresentada. O comportamento do emprego público indica um ligeiro recuo de sua participação no emprego urbano, embora ela permaneça em níveis destacados. Como se nota na Tabela nº 13, esta retração relativa origina-se principalmente na Administração Pública, Defesa e Segurança, revelando certa estabilidade nas Atividades Sociais.

Finalmente, na Tabela nº 14 é apresentada, para cada um dos Estados destacados, a participação no emprego urbano que é atingida pelo conjunto de trabalhadores destas atividades do terciário que foram ressaltadas, ou seja, Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; empregados assalariados do Comércio de Mercadorias; Atividades Sociais

TABELA Nº 10
BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1970 E 1980
EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL E URBANO

(Em %)

Discriminação	Emprego Agrícola			Emprego Não-Agrícola		
	Participação no Emprego Total		Taxa Anual de Crescimento	Participação no Emprego Total		Taxa Anual de Crescimento
	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80
1. Brasil	45	30	(0,3)	55	70	6,4
2. Estados Seleccionados	36	22	(0,7)	64	78	6,3
São Paulo	21	12	(0,9)	79	88	6,9
Minas Gerais	51	33	(1,1)	49	67	6,5
Rio de Janeiro	9	5	(2,1)	91	95	4,8
Rio Grande do Sul	47	29	(1,3)	53	71	6,7
Bahia	64	50	0,2	36	50	6,0
Pernambuco	53	40	0,3	47	60	5,5
3. Demais Estados	61	44	0,1	39	56	7,8

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

TABELA Nº 11

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1970 E 1980

PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO
EMPREGO URBANO

(Em %)

Discriminação	Secundário ⁽¹⁾		Terciário	
	1970	1980	1970	1980
1. Brasil	23	26	66	63
2. Estados Seleccionados				
São Paulo	32	35	58	56
Rio de Janeiro	20	21	70	69
Minas Gerais	20	21	68	64
Bahia	17	18	68	67
Rio Grande do Sul	23	27	68	63
Pernambuco	21	22	69	67

(1) Exclusive construção civil.

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

TABELA Nº 12

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1970 E 1980

PEA – CONDIÇÃO DE EMPREGO NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS

(EM %)

Discriminação	Empregadores e Autônomos		Empregados Assalariados		Não Remunerados	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Brasil	45	36	54	62	1	2
São Paulo	39	31	59	67	1	2
Minas Gerais	45	33	54	66	1	1
Rio de Janeiro	31	28	67	71	2	1
Rio Grande do Sul	38	27	60	71	2	2
Bahia	58	49	41	49	1	2
Pernambuco	58	51	41	47	1	2

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

TABELA Nº 13

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: 1970 E 1980

PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO NO EMPREGO URBANO

(EM %)

Discriminação	Emprego Público Total		Atividades Sociais		Administração, Defesa e Segurança	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Brasil	13	12	6	6	7	6
São Paulo	9	8	4	4	5	4
Minas Gerais	14	12	8	7	6	5
Rio de Janeiro	16	13	6	6	10	7
Rio Grande do Sul	16	13	8	7	8	6
Bahia	12	12	6	6	6	6
Pernambuco	15	13	6	6	9	7

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

TABELA Nº 14

ESTADOS SELECIONADOS: 1970 E 1980

PESO RELATIVO DA PEA DE ATIVIDADES SELECIONADAS^(a)
DO TERCIÁRIO

(Em %)

Discriminação	Participação no Emprego Urbano Estadual	
	1970	1980
São Paulo	23	25
Minas Gerais	24	27
Rio de Janeiro	32	31
Rio Grande do Sul	31	30
Bahia	21	27
Pernambuco	25	28

(a) Empregados assalariados do Comércio de Mercadorias; Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; Atividades Sociais Privadas; Atividades Sociais Públicas; Administração Pública, Defesa e Segurança.

FONTE: F. IBGE, *Censos Demográficos*.

Privadas; Atividades Sociais Públicas; e Administração Pública, Defesa e Segurança. Como se observa na referida tabela, a participação relativa destas atividades no emprego urbano revela um leve recuo apenas nos estados de Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Nos demais, ela se eleva significativamente. Este desempenho assume sua real dimensão se recordarmos o generalizado avanço na participação do emprego industrial, com a retração relativa do emprego no setor terciário.

Em resumo, o vigoroso desenvolvimento capitalista do final da década dos anos 60 a meados da década dos anos 70 impulsionou transformações que vinham se processando de forma não linear ao longo das décadas dos anos 50 e 60. De acordo com nosso objeto de estudo, cabe destacar uma das resultantes deste processo, qual seja, a rápida modernização do emprego urbano.

É certo, que a forma assumida por este mesmo desenvolvimento reforçou enormemente o caráter excludente do capitalismo brasileiro, agravando a concentração da renda e da riqueza, e a expansão da miséria urbana.⁽⁵⁾ Entretanto, seria muito equivocada não detectar o simultâneo impulso à mobilidade e ascensão sociais que, por assim dizer, vão tornar mais nítidos os novos contornos da sociedade que vem sendo moldada desde a década dos anos 50. A expansão da nova classe média brasileira é um dos indicadores privilegiados deste processo, e ela será objeto de nossas preocupações no próximo item.

3 - EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES DE CLASSE MÉDIA

Embora não se disponha, para o censo de 1980, da mesma riqueza de dados com os quais foi possível contar no censo de 1970, pode-se sustentar, à luz dos processos mais gerais vividos pela economia brasileira nas últimas décadas, que no interior da classe média brasileira prosperou o segmento moderno de assalariados urbanos. Ou seja, surgiu a nova classe média, a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista, ao se expandirem brutalmente o assalariamento, diversificação e massificação da força de trabalho. Assim, mesmo trabalhando nas ocupações típicas de classe média, com os dados globais da PEA – ou seja, sem distinguir situações empregatícias – tomamos seu desempenho como indicador seguro da performance apresentada, na última década, pela nova classe média. Tal procedimento se justifica, à parte as considerações mais conceituais, visto que o próprio predomínio do assalariamento se manifestou amplamente já no censo de 1970, como já foi comprovado.⁽⁶⁾ O rápido crescimento da nova classe média brasileira na década de 1970 nos é também revelado pelos dados da expansão das ocupações típicas de classe média, tal como se verifica na Tabela nº 15, apresentada em seguida.

A primeira observação cabível é que, em conjunto, as ocupações de classe média saltam de 31% do emprego urbano em 1970, para 36% em 1980. Este desempenho traduz uma das imposições do próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista, que acentua o traço característico do processo capitalista de valorização, qual seja, o de tornar redundante, e de forma crescente, o trabalho vivo imediato – aquele diretamente voltado para a produção de mercadorias – e expandir relativamente o trabalho em funções de gestão, comercialização, planejamento, etc.

Em segundo lugar, refletem estes dados uma das faces do caráter excludente imprimido ao desenvolvimento recente, uma vez que é tão somente nas Ocupações em Atividades Sociais que se registra um recuo relativo de

TABELA Nº 15

BRASIL: 1970 E 1980

EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES TÍPICAS DE CLASSE MÉDIA

(Em %)

Discriminação	Taxa Anual de Crescimento	Participação na PEA Urbana	
		1970	1980
FUNÇÕES DE GESTÃO		12,4	15,0
101 - Administradores Públicos e Privados	11,2	2,3	3,5
201 - Funções Burocráticas ou de Escritório	7,9	9,1	10,4
301 - Mestres e Contramestres (Exclusive de Obras)	11,8	0,3	0,5
302 - Mestres de Obras	7,9	0,3	0,3
303 - Outras Ocupações de Supervisão	0,7	0,4	0,3
OCUPAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO		9,4	11,8
114 - Ocupações dos Transportes	5,7	0,1	0,1
205 - Agentes dos Transportes e das Comunicações	4,6	0,4	0,4
203 - Viajantes e Representantes Pracistas	1,4	1,0	0,6
204 - Corretores e Compradores	8,1	0,4	0,5
401 - Trabalhadores do Comércio Estabelecido	11,3	5,3	8,3
402 - Vendedores Ambulantes	5,0	2,2	1,9
OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES SOCIAIS		7,3	6,6
108 - Professores de 1º Grau	2,3	3,7	2,5
109 - Demais Professores e Funções Auxiliares	9,8	1,1	1,6
111 - Assistentes e Agentes Sociais	9,4	0,1	0,1
106 - Médicos e Dentistas	7,0	0,5	0,5
202 - Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas	6,2	1,4	1,3
110 - Advogados, Afins e Funções Auxiliares	6,8	0,5	0,6
TÉCNICOS UNIVERSITÁRIOS		1,0	1,9
103 - Engenheiros e Afins	10,0	0,6	1,0
104 - Químicos, Físicos e Afins	4,6	0,1	0,1
105 - Agrônomos e Afins	10,1	0,1	0,1
107 - Economistas, Matemáticos e Afins	21,4	0,2	0,7
OCUPAÇÕES EM INFORMAÇÃO, ARTES E LAZER		0,7	0,9
112 - Escritores, Jornalistas e Afins	8,5	0,1	0,1
102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores	12,3	0,1	0,1
113 - Artistas, Afins e Funções Auxiliares	8,6	0,4	0,6
206 - Atletas Profissionais e Afins	17,2	0,1	0,1
TOTAL		30,8	36,2

FONTE: F. IBGE, Censos Demográficos.

sua participação no emprego urbano. Esta retração decorre basicamente da reduzidíssima taxa de crescimento do emprego de professores de 1º grau: na década dos anos 70 eles crescem à taxa de 2,3% ao ano, contra os 6,4% de expansão do emprego urbano, ainda que este desempenho possa ter sido parcialmente compensado pelo aumento das horas trabalhadas. Em todos os demais agregados funcionais adotados no capítulo II verifica-se que se eleva a participação dos mesmos no conjunto do emprego urbano. Entretanto, examinando o que se passa no interior de cada agregado, emergem algumas observações adicionais. Assim, nas funções de gestão, o crescimento em relação ao emprego urbano é generalizado entre as ocupações respectivas com exceção dos trabalhadores em outras ocupações de supervisão. Tal comportamento expressa fundamentalmente, a permanência relevada pelas tarefas administrativas. Ou seja, que tais tarefas se expandem em função do próprio desenvolvimento capitalista, e que isto se dá em todas as atividades, sejam elas voltadas para a produção de mercadorias ou para os serviços de apoio, sejam elas privadas ou públicas. Entretanto, este crescimento vigoroso do emprego em funções de gestão, por sua vez, abre a possibilidade de ser acelerada a difusão da mecanização e informatização de uma ampla gama de tarefas administrativas e burocráticas, em busca de maior racionalização do trabalho.

O comportamento apresentado pelas ocupações de distribuição sugere que ocorreram importantes transformações nos meios de distribuição. Por um lado, observa-se, nas ocupações ligadas aos transportes e às comunicações, um recuo relativo do emprego de trabalhadores de classe média, numa década em que estas atividades passaram por importantes progressos. Por outro lado, entre as ocupações de comercialização, cai o emprego de profissionais itinerantes (viajantes e representantes praticistas e vendedores ambulantes), e cresce o emprego de "vendedores de gabinete" e balconis

tas (corretores e compradores e de trabalhadores do comércio estabelecido). Tal desempenho provavelmente indica que as estruturas dos modernos departamentos de comercialização já prevalecem sobre vendedores individuais.

Os técnicos universitários revelam elevado dinamismo, que é generalizado entre as ocupações respectivas com exceção dos químicos, físicos, e afins.⁽⁷⁾ Por fim, nas ocupações em informação, artes e lazer verificam-se elevadas taxas de crescimento em todas as ocupações, ainda que elas contemplem menor contingente de trabalhadores de classe média.

4 - A CRISE E SUAS IMPLICAÇÕES

Afirmamos, no segundo tópico desta conclusão, que a crise de meados dos anos 70 — e a recessão do início dos anos 80 — não teve efeitos ponderáveis sobre os dados do Censo Demográfico de 1980, naquilo que nos interessa mais de perto. Agora é necessário discutir, além das implicações relativas aos registros estatísticos e censitários, os graves questionamentos que impõem a presente crise. Isto porque, tal como se verificou na crise que se sucedeu ao período de implementação do Plano de Metas, a maneira como ela for enfrentada determinará, em grande medida, a própria natureza do desenvolvimento futuro. Em especial, a crise torna necessário revalidar os pactos dominantes anteriores ou a definição de novos pactos, de tal forma a se configurar uma específica orientação à política econômica. Melhor dizendo, uma política capaz de definir a dominância de determinadas atividades ou setores econômicos, e estabelecer uma particular relação entre o capital e o trabalho.

Frente ao estilo de crescimento do período 1968/74, a presente crise recoloca grandes questões, que já se apresentaram na crise anterior, só que agora atualizadas e agravadas por força do próprio desenvolvimento. Em particular, nos referimos ao conjunto de problemas criados pelo caráter excludente e antipopular assumido pelo capitalismo brasileiro, bem como às injunções impostas ao exercício da plena soberania nacional. Neste sentido, a correta avaliação do momento que a sociedade brasileira atravessa requer a compreensão da gravidade da crise em que ela está mergulhada.

Para que esta crise seja compreendida em sua plenitude é necessário captar tanto a sua natureza — crise de um capitalismo monopolista (tardio) plenamente constituído —, quanto o momento em que ela se manifesta — ou seja, simultaneamente à terceira grande crise vivida pelo capitalismo mundial.

Assim, o capitalismo brasileiro já conta não apenas com uma estrutura produtiva adequada à acumulação do capital – onde predomina a empresa oligopólica – mas também já criou todas as demais estruturas constitutivas do capitalismo monopolista. Estas dizem respeito, particularmente, à uma desenvolvida órbita financeira de valorização do capital, e à predominância de aparelhos estatais de regulação da concorrência intercapitalista e das relações entre o capital e o trabalho, bem como ao decisivo papel assumido pelo Estado dentro do próprio processo de acumulação do capital.

Irrompendo a crise, a órbita financeira e se transforma no refúgio seguro do capital excedente, que resiste à desvalorização. Por outro lado, a ação regulatória do Estado se revela frágil para arbitrar a penalização dos interesses capitalistas dominantes e para articular uma nova frente de acumulação.⁽⁸⁾ Daí a longa duração e profundidade de seus efeitos, que são magnificados pela justaposição de uma crise mundial com as dimensões da atual, num país com posição subordinada frente à correlação de forças vigente no cenário internacional. Porém, é a própria gravidade, desta crise que aponta para a gestação de uma nova revolução industrial, sob o signo da informática, da engenharia genética, das novas fontes energéticas e dos novos materiais.

Entretanto, esta é a perspectiva a médio prazo do capitalismo em geral. No que diz respeito à nossa realidade presente, esta crise assume vários outros significados. Um deles é que ela expõe com brutal crueza todas as nossas iniquidades. Ela expõe, nas palavras de João Manuel,

"todas as chagas – as do privilégio e da exclusão social, as da dependência e da cidadania sufocada – que procuramos mascarar com o desenvolvimento econômico rápido e com a mobilidade social es-

trutural; ou que tratamos simplesmente de cobrir com o silêncio imposto pela ditadura aberta ou pelo autoritarismo mais ou menos velado."⁽⁹⁾

No que se refere mais de perto ao nosso objeto de estudo, importa destacar que esta crise se faz sentir com toda crueldade sobre trabalhadores de baixa renda, desempregados e miseráveis, mas ela também traz consigo

"o drama dos remediados, o desespero cotidiano diante de um modo de vida que se vai revelando cada vez mais falso, as ilusões da ascensão contínua e do consumo quase ilimitado que se vão dissipando pouco a pouco e abrindo caminho para o medo. Vivida num ambiente urbano e metropolitano que erodiu velhas instituições e antigas redes de solidariedade, a crise fragmenta, particulariza, estilhaça a sociabilidade capitalista, a individualização privada perde todos os seus freios, a violência instala-se e, com ela, a barbárie social."⁽¹⁰⁾

Contudo, esta crise possui ainda um outro significado. Ela coloca o Brasil diante do dilema de deixar passivamente a destruição de suas estruturas produtivas mais modernas com a conseqüente desagregação social, ou aceitar o desafio de buscar enérgicamente uma saída que lhe assegure um futuro lugar no rol das nações civilizadas. A alternativa da regressão econômica e do apodrecimento social terminará por se impor plenamente, caso o Estado brasileiro continue a submeter-se e a submeter a Nação à lógica do capital financeiro, que vem gerindo a economia mundial de modo a preservar-se da crise.

Antes de proseguirmos, convém deixar mais claro o que entendemos, no caso, por lógica do capital financeiro.⁽¹¹⁾ Um de seus elementos

mais decisivos está associado aos constrangimentos derivados da dívida externa brasileira, e que expressam os interesses dos banqueiros privados internacionais, tutelados pelo FMI. Na ótica de nossos credores, a situação do mercado financeiro internacional e da nossa dívida em particular, recomenda que nosso nível de endividamento seja contido, com vistas à perspectiva de uma progressiva redução do mesmo. Para tanto, é exigido de imediato a drástica retração nos novos empréstimos e o pagamento regular dos juros relativos às operações já efetuadas.

Isto só é possível caso se obtenha crescentes superávits na Balança Comercial. Desta imposição resultam as recomendações do FMI, várias delas já contempladas pela política econômica brasileira antes mesmo da solicitação oficial de auxílio àquele organismo. Sua orientação mais geral é atingir os níveis mais elevados possíveis de exportação e reduzir as importações ao mínimo. Neste sentido, a redução do consumo interno de artigos exportáveis combina-se com a busca de uma maior competitividade internacional. Para atender a esta exigência é promovida a contenção e o encarecimento do crédito interno, o arrocho salarial e o corte no gasto público, sendo que a retração da demanda interna é, ainda, apresentada como um corolário do combate à inflação.

Em síntese, a dívida externa é paga através da geração de saldos crescentes na Balança Comercial que, pela magnitude dos mesmos e pelo imediatismo desejado, só podem ser obtidos pela via recessiva.

Outro elemento definidor da mencionada lógica do capital financeiro está intimamente relacionado com este primeiro, e é o caráter eminentemente financeiro assumido pela dívida pública interna.

As origens desta estreita vinculação entre a dívida pública interna e a dívida externa remontam ao período de fácil e barato crédito internacional, em que os rápidos ingressos de divisas e a forte expansão das reservas internacionais – num quadro de política monetária restritiva – impunham a ampliação da venda de títulos públicos, para recolher a liquidez resultante da conversão das divisas em cruzeiros.

Esta solidariedade original e a rápida expansão das dívidas externas e interna, reforçam a elevação da taxa de juros vigente no mercado financeiro doméstico, que é o mesmo no qual o governo oferece seus títulos. Para que estes títulos públicos sejam rapidamente absorvidos, sua remuneração aos tomadores deve ser permanentemente atrativa. Esta necessidade de oferecer crescentes ágios, aliada à aceleração inflacionária que eleva os índices da correção monetária – a que estão sujeitos tais títulos – termina por conferir caráter financeiro ao endividamento público. Ou seja, a partir de certo momento, a dívida pública cresce baseada em si mesma, uma vez que o orçamento fiscal permanece equilibrado ou superavitário. Lança-se um volume crescente de novos títulos públicos, para resgatar os títulos antigos que vencem, e para enfrentar os encargos cada vez maiores da dívida.

Esta situação é a fonte de uma série de distúrbios que explicam a crise das finanças públicas, que vai estreitando cada vez mais o raio de manobra para o exercício da política econômica.

Surge aqui um terceiro elemento fundamental para captarmos a referida lógica financeira, qual seja, a forma de inserção dos bancos domésticos nesta rede de relações financeiras. De um lado, estes bancos são avalistas de uma parcela dos empréstimos contraídos no exterior (em moedas fortes), e repassados (em cruzeiros) às empresas tomadoras. Desta for

ma, os bancos domésticos que intermediaram tais operações são co-responsáveis perante os credores internacionais, o que os torna bastante vulneráveis à crise cambial. De outro lado, são estes bancos que absorvem os títulos públicos e os colocam no mercado secundário, captando os saldos das empresas superavitárias. Entre estas empresas aplicadoras estão inúmeras indústrias e empresas dos serviços, demonstrando que a órbita financeira não diz respeito somente aos bancos. Entretanto, estes se encontram no centro vital da imensa ciranda especulativa, que é a própria síntese da lógica financeira do capital em tempos de crise.

Assim, as aplicações em títulos financeiros se revelam mais atrativas que os investimentos em ativos produtivos, pois a correção monetária oferece proteção contra os efeitos da inflação e os juros positivos asseguram a desejada rentabilidade. E mais, no caso dos títulos públicos, os riscos são minimizados pela própria garantia oferecida pelo tesouro.

Desta forma, a lógica financeira que acabou por se impor plenamente na crise, particularmente em sua dimensão especulativa, é extremamente solidária com a recessão. Assim, violá-la e submetê-la constitui pré-requisito para uma orientação alternativa de política econômica, que não se conforme com a exaustão da economia, que culminará na precipitação de uma crise financeira global, com a insolvência e quebradeira generalizada, inclusive entre as próprias instituições financeiras.

Porém, mesmo que se consiga escapar da recessão econômica e sejamos capazes de acompanhar as transformações do capitalismo neste final de século, sérios desafios persistem para construir uma saída que não realmente o caráter profundamente excludente do desenvolvimento recente. Ou seja, não basta simplesmente promover a atualização do capitalismo brasileiro, e persistir no mais cínico descaso em relação à política social. Pois, caso isto venha ocorrer, as conseqüências serão brutais para os que vivem de

seu trabalho. Para se ter uma idéia aproximada destas implicações é suficiente atentar para o fato de que as atuais transformações tecnológicas trazem consigo a mais completa difusão da automação e informatização do trabalho. Elas não se restringem à órbita da produção, onde há tempos já vêm afetando a vida dos operários, mas envolvem profundas alterações no funcionamento das áreas administrativas, financeira, de distribuição, comercialização, planejamento, engenharia, etc. Aqui também será levado ao paroxismo a decomposição das tarefas, a rotinização crescente do trabalho, sua completa automação e a rápida supressão de postos de serviço. Isto num país que nem mesmo assegura condições satisfatórias de sobrevivência à ampla maioria dos trabalhadores que se encontram empregados, além de não possuir nenhum mecanismo de proteção ao trabalhador desempregado, e de não oferecer nenhuma perspectiva de incorporação a cerca de 40 milhões de brasileiros.

Assim, se para o proletariado e para os miseráveis esta saída conservadora aponta para a manutenção de seu desespero, ela também angustia a nova classe média, com a perspectiva da ociosidade forçada, da frustração de suas carreiras e do progressivo esvaziamento da sua razão de ser.

Entretanto, existe uma saída potencial para a crise capaz de impor importantes condicionamentos à lógica cega da acumulação do capital, e de abrir caminho para progressivas transformações, ao criar condições básicas para a contínua elevação dos níveis de cidadania. Isto porque,

"o avanço no domínio da natureza e a desnecessidade crescente do trabalho vivo, podem levar ao desemprego estrutural ou lazer degradado, mas simultaneamente abrem espaço para uma enorme diminuição da jornada de trabalho e criação de tempo livre, que pode ser a base de criação de uma nova individualidade mais rica, mais humana."⁽¹²⁾

Esta saída alternativa implica, num primeiro momento e fundamentalmente, no enérgico revigoramento dos gastos sociais do Estado, fazendo retroceder seus absurdos níveis de privatização. Contudo, para que os poderosos interesses enquistados no Estado abram mão de seus privilégios, e cedam espaço para uma orientação socialmente abrangente às políticas públicas, é necessário que a eles se contraponha um amplo arco de alianças das forças populares, que assegure a implementação das necessárias e profundas reformas.

Aqui os desafios são enormes, pois:

"numa sociedade industrial de massas marcada por uma extraordinária heterogeneidade, há problemas inéditos e difíceis para cimentar um sistema de alianças sociais e políticas em que se apóie a construção do futuro. Não é difícil ver que operários, trabalhadores agrícolas, os assalariados de classe média e os 'marginalizados' da cidade e do campo são, todos, despossuídos e oprimidos e que este conjunto de interesses dá o suporte básico capaz de impulsionar a mudança. No entanto, não se pode desconhecer as profundas contradições no seio do povo criadas por este capitalismo herdeiro da escravidão e servo do monopolismo: há um fosso entre o universo operário e o da 'nova classe média', entre o mundo do trabalho e o mundo da 'marginalidade', entre a cidade e o campo, entre a metrópole e a cidade, entre as regiões desenvolvidas e as atrasadas. Como pensar a fusão destes interesses comuns mas sujeitos a tantas diferenças e oposições?"⁽¹³⁾

Esta questão não só permanece em aberto, como ainda coloca outras. Pois, se é na moderna democracia de massas que estes desafios podem

ser melhor enfrentados, surge a indagação de quais os sujeitos políticos aptos para enfrentá-los. Ou seja, como e quando se constituirão modernos partidos de massa no Brasil? E mais, como se democratizará o acesso aos poderosos meios de comunicação de massa, e a educação em todos os níveis, bem como aos demais bens culturais? Penso que a presente crise coloca à nossa reflexão crítica e responsável um complexo conjunto de questões, e que a temática da nova classe média fornece um ângulo como porâneo e rico para esta discussão. Esta mesma temática que nos levou a eleger o objeto deste estudo como um passo inicial, que pretendemos retomar, aprofundar e desenvolver em futuros trabalhos.

NOTAS

- (1) cf. Capítulo I, nota 44.
- (2) cf. COUTINHO; Luciano G. e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974-1981. in Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Org.: BELLUZZO, Luiz G. de Mello e COUTINHÔ, Renata R.. São Paulo, Brasiliense, 1982; SERRA, Jôse. A Crise Recente. in Revista de Economia Política, Jul./Set./1982, São Paulo, Brasiliense.
- (3) Para o que se segue devo registrar e agradecer a contribuição de Luiz Eduardo Alves de Assis, cujas reflexões sobre o período constam de sua dissertação de mestrado, em conclusão e ainda inédita.
- (4) cf. IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma Política de Emprego para o Paraná. Curitiba, 1983, p. 10.
- (5) especialmente cf. TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, A. Carlos (org.). A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; CAMARGO, Cândido Procópio F. e outros. São Paulo, 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976.
- (6) cf. Capítulo II.
- (7) Aqui se fazem necessárias algumas ressalvas à extraordinária taxa de crescimento apresentada pelos economistas, matemáticos e afins. O exame dos dados mais desagregados sugere que, se de um lado esta taxa ex-

pressa uma efetiva expansão do emprego em algumas das profissões envolvidas - como economistas e analistas de sistema - ela também é resultado, em grande medida, de uma alteração na condição dos profissionais de contabilidade. Ou seja, há indicações de que uma expressiva parcela destes profissionais se encontravam, no censo de 1970, em funções burocráticas ou de escritório, na situação de técnicos de contabilidade. Já no censo de 1980, passam à condição de contadores, e devem ser incluídos entre os profissionais universitários. Isto, mediante a obtenção do componente registro profissional, antes da exigência de diploma de curso superior em Ciências Contábeis, ou efetivamente cumprindo tal requisito.

- (8) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Estado Brasileiro e os Limites da "Estatização". in Ensaios de Opinião, vol. 5, Rio de Janeiro, Inúbia, 1977, pp. 14-16.
- (9) Idem. Prefácio a BELLUZZO, Luiz G. de Mello. O Senhor e o Unicórnio. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 14.
- (10) Idem, p. 16.
- (11) especialmente cf. BACHA, Edmar. Prólogo para a Terceira Carta. in FMI x BRASIL. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil, São Paulo, 1983; também cf. a Introdução de MELLO, João Manuel Cardoso de e BELLUZZO, Luiz G. de Mello.
- (12) cf. AURELIANO, Liana Maria. Conferência proferida no Encontro de Informática, Palácio de Convenções do Anhembi, São Paulo, 1984. Comunicação ao painel sobre o Controle da Informática pelo Estado, p. 14.

- (13) cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio a' BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Op.cit., pp. 20-21.

BIBLIOGRAFIA

- AURELIANO, Liana Maria. No limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. Conferência proferida no Encontro de Informática, Palácio de Convenções do Anhembi, São Paulo, 1984. Comunicação ao painel sobre o controle da informação pelo Estado, mimeo.
- BACHA, Edmar. Prólogo para a Terceira Carta. in FMI x BRASIL. A Armadilha da Recessão. São Paulo, Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- BARAN, Paul A. e Sweeney, Paul M. El Capital Monopolista (tradução). Argentina, Siglo XXI, 1972 (4ª edição).
- BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Valor e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BERLE JR., Adolf A. e MEANS, Gardiner C. A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. e outros. São Paulo, 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo Difel, 1977.

COUTINHO, Luciano G.. Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho.
in Contexto, nº 2, São Paulo, Hucitec, março de 1977.

_____, e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Estado, Sistema Financeiro e Forma
de Manifestação da Crise: 1919-1974. in Desenvolvimento Capitalista no
Brasil. Org.: BELUZZO, Luiz G. de Mello e COUTINHO, Renata R.. São Pau-
lo, Brasiliense, 1982.

_____, e _____. Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974-1981. in
Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Org.: BELLUZZO, Luiz G. de Mello e
COUTINHO, Renata R.. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____, e REICHSTUL, Henri-Philippe. O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo.
in Estado e Capitalismo no Brasil. Org.: MARTINS, Carlos Estevam. São
Paulo, Hucitec-Cebrap, 1977.

DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses. Tese de Doutorado, Campinas,
IFCH-UNICAMP, 1980, mimeo.

FUNDAÇÃO IBGE. Indicadores Sociais para as Áreas Urbanas. Rio de Janeiro,
1977.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editôra Nacio-
nal, 1971 (11ª edição).

HILFERDING, Rudolf. El Capital Financiero (tradução). Madrid, Tecnos, 1973.

HYMER, Stephen. Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital
(tradução). Rio de Janeiro, Graal, 1978.

HOBSON, John A. A Evolução do Capitalismo Moderno (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

IPARDES - Fundação Edison Vieira. Estudos para uma Política de Emprego para o Paraná. Curitiba, 1983.

IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social. Indústrias Tradicionais: Um Reexame Crítico. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1969.

LENINE, V. I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (tradução) São Paulo, Alfa-Omega, 1979, Obras Escolhidas, Tomo I.

LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, Cadernos do IFCH-UNICAMP, 1975.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____, O Estado Brasileiro e os Limites da "Estatização". in Ensaio de Opinião, vol. 5, Rio de Janeiro, Inúbia, 1977.

_____, Prefácio a BELLUZZO, Luiz G. de Mello - O Senhor e o Unicórnio. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso de e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Reflexões sobre a Crise Atual. in Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Org.: BELLUZZO, Luiz G. de Mello e COUTINHO, Renata R.. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____, e _____. Introdução a FMI x BRASIL. A Armadilha da Recessão. São Paulo, Fórum Gazeta Mercantil, 1983.

MILLS, C. Wright. A Nova Classe Média (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Estatística da Educação Nacional 1960-71, citado por CUNHA, Luis Antonio C. R.. A Expansão do Ensino Superior: Causas e Consequências. in Debate e Crítica, São Paulo, Hucitec, março de 1975.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. Considerações sobre a Formação do Capitalismo. Tese de Mestrado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1977, mimeo.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (2ª edição).

SAES, Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1920). Rio de Janeiro, Vozes, 1975.

SALM, Cláudio L.. Escola de Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SEST - Secretaria de Controle das Empresas Estatais. Empresas Estatais no Brasil e o Controle da SEST: Antecedentes e Experiência de 1980. Brasília, 1981.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Orígens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SERRA, José. A Crise Recente. in Revista de Economia e Política, jul./set./82, São Paulo, Brasiliense.

SOCHACZEWSKI, A. C.. Consideraciones sobre la Reciente Evolución Industrial de Brasil. Santiago, Tese, Ecolatina, 1976, mimeo.

SOUZA, Paulo Renato C.. A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1980, mimeo.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre-Docência, Rio de Janeiro, FEA-UFRJ, 1975, mimeo.

_____. Ciclo e Crise. Tese de Professor-Titular, Rio de Janeiro, FEA-UFRJ, 1979. mimeo.

_____, Apresentação a HOBSON, John A. A Evolução do Capitalismo Moderno (tradução). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____, e BELLUZZO, Luiz G. de Mello. O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional. in Temas de Ciências Humanas, nº 9, São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, A. Carlos (org.). A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

**INSTITUTO DE ECONOMIA
DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

WALDIR JOSÉ DE QUADROS

A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: 1950 – 1980

ANEXO ESTATÍSTICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Paulo Renato Costa Souza.

CAMPINAS

1985

BIBLIOTECA CENTRAL

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	2
1.1 - APRESENTAÇÃO	4
1.2 - AS FONTES DOS DADOS	14
2 - ANÁLISE DOS DADOS DA "TABULAÇÃO ESPECIAL - PEA GLOBAL	21
2.1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM SEU CONJUNTO	22
2.2 - DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM SEU CONJUNTO, POR ATIVIDADES ECONÔMICAS	26
2.3 - DETALHAMENTO DA ANÁLISE A NÍVEL DE CADA OCUPAÇÃO PESQUISADA ...	30
3 - ANÁLISE DOS DADOS DA "TABULAÇÃO ESPECIAL - PEA AMOSTRA URBANA" ..	42
3.1 - ABRANGÊNCIA DA TABULAÇÃO	43
3.2 - ANÁLISE DAS ESTRUTURAS GLOBAIS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM CADA SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA	47
3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS TRABALHADORES DAS OCUPAÇÕES PESQUISA- DAS	58
3.4 - ESTRUTURA REGIONAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS	67
3.5 - ANÁLISE DO RENDIMENTO MÉDIO DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS	89
3.6 - ANÁLISE DA ESCOLARIDADE DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS	109
3.7 - CARACTERÍSTICAS MIGRATÓRIAS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS	121

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como seu objeto o estudo do comportamento de um conjunto de ocupações típicas do emprego urbano em atividades não ligadas diretamente à produção de mercadorias.

Como primeiro passo, construiu-se uma tipologia das ocupações a serem pesquisadas, mediante seleção e agrupamento das ocupações encontradas no Censo Demográfico e classificadas segundo os critérios do IBGE.

Nesta tipologia são contempladas, em sua totalidade, as Ocupações Administrativas (exceto os proprietários), as Ocupações Técnicas, Científicas e Assemelhadas e as Ocupações do Comércio e Atividades Auxiliares. Das ocupações típicas da Indústria e da Construção Civil, incluiu-se apenas os postos de chefia e supervisão e, nas Ocupações dos Transportes e das Comunicações, apenas os profissionais mais qualificados, tais como oficiais, aviadores, técnicos, etc.

Nas Ocupações da Prestação de Serviços, procurou-se minimizar a presença do "emprego não organizado"⁽¹⁾ – ou seja, aquele em que não se impuseram as relações de assalariamento tipicamente capitalistas –, não se considerando os empregados domésticos remunerados, camareiros, atendentes, lavadeiras, engraxates, etc. Com o mesmo propósito foi excluído o contingente de ocupações mal definidas ou não declaradas, de trabalhadores braçais

(1) Vide Capítulo II, p.

sem especificação, etc.

Esta tipologia é a seguir apresentada.

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
<u>100 - TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS</u>	
101 - ADMINISTRADORES DE EMPRESAS E PÚBLICOS	
. Membros do poder Legislativo.	021
. Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos e Administradores de empresas estatais, paraestatais e de economia mista.	021
. Membros do Corpo Diplomático.	021
. Administradores e Diretores de empresas do Comércio de Valores e Cias. de Seguros.	022
. Administradores e Diretores de empresas agropecuárias, florestais, extrativas vegetais e pesqueiras.	023
. Administradores e Diretores de empresas de extração mineral.	024
. Administradores e Diretores de empresas da indústria de transformação.	024
. Administradores e Diretores de empresas de construção.	024

(continua)

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
(continuação)	
. Administradores e Diretores de empresas de comércio.	024
. Administradores e Diretores de empresas de transporte e comunicações.	024
. Administradores e Diretores de serviços de hospedagem.	024
. Outros Administradores e Diretores de empresas privadas.	024
102 - BIBLIOTECÁRIOS, MUSEÓLOGOS E PROGRAMADORES	
. Bibliotecários e Museólogos	042
. Programadores	043
103 - ENGENHEIROS E AFINS	
. Engenheiros	101
. Arquitetos e Urbanistas	102
. Agrimensores e Topógrafos	103
. Desenhistas e Cartógrafos	104
104 - QUÍMICOS, FÍSICOS E AFINS	
. Farmacêuticos	111
(continua)	

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
(continuação)	
. Químicos	112
. Físicos	113
. Geólogos	114
. Astrônomos	115
105 - AGRÔNOMOS E AFINS	
. Agrônomos	121
. Veterinários	122
. Naturalistas	123
106 - MÉDICOS E DENTISTAS	
. Médicos	130
. Dentistas	131
107 - ECONOMISTAS, MATEMÁTICOS E AFINS	
. Economistas	142
. Matemáticos, Atuários e Estatísticos	143
. Contadores	144
. Sociólogos	145

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
108 - PROFESSORES DE 1º GRAU	
. Professores de ensino de 1º Grau	151
109 - DEMAIS PROFESSORES E FUNÇÕES AUXILIARES	
. Professores de ensino de 2º Grau	152
. Professores de ensino superior	153
. Professores de ensino não especificado	154
. Inspetores de ensino e técnicos de educação	155
. Inspetores de alunos	156
110 - ADVOGADOS, AFINS E FUNÇÕES AUXILIARES	
. Advogados e defensores públicos	163
. Tabeliães e oficiais de registro	164
111 - ASSISTENTES E AGENTES SOCIAIS	
. Assistentes Sociais	172
. Agentes Sociais	173
112 - ESCRITORES, JORNALISTAS E AFINS	
. Escritores e jornalistas	181
. Redatores	040
. Intérpretes e tradutores	041

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
113 - ARTISTAS, AFINS E FUNÇÕES AUXILIARES	
. Escultores e Pintores	191
. Músicos e compositores	192
. Bailarinos e coreógrafos	193
. Locutores e comentaristas de rádio e TV	194
. Decoradores e cenógrafos	195
. Cinegrafistas	196
. Fotógrafos	197
. Operadores de rádio e televisão	198
. Operadores cinematográficos	919
114 - OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES	
. Aviadores Civis	711
. Oficiais da marinha mercante	721
<u>200 - OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS ESPECIALIZADAS</u>	
201 - FUNÇÕES BUROCRÁTICAS OU DE ESCRITÓRIO	
. Tesoureiros e caixas	033
. Ocupações auxiliares de estatística, matemática e análise de sistema, economia, ciências contábeis e administração, técnicos de contabilidade.	036
(continua)	

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
(continuação)	
. Almojarifes e armazenistas	037
. Datilógrafos	038
. Taquígrafos	039
. Operadores de apuração mecânica	044
. Auxiliares de escritório e de administração geral	045
. Escrivães de escritório	165
202 - FUNÇÕES AUXILIARES DE MÉDICOS E DENTISTAS	
. Parteiros diplomados	132
. Massagistas	133
. Enfermeiros diplomados	134
. Enfermeiros não diplomados	135
. Protéticos	136
. Operadores de raios "X" e ortopedistas	137
. Farmacêuticos práticos	138
. Laboratoristas	139
203 - VIAJANTES E REPRESENTANTES PRACISTAS	
. Pracistas e viajantes comerciais	621
. Representantes comerciais	622
. Propagandistas	623

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
204 - CORRETORES E COMPRADORES	
. Corretores de seguros	631
. Corretores de imóveis	632
. Corretores de títulos e valores	633
. Outros agentes corretores	634
. Compradores	635
205 - AGENTES DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES	
. Agentes de estrada de ferro	741
. Comissários de bordo	712
. Inspetores e despachantes nos transportes	761
. Agentes postais e telegráficos	771
. Telegrafistas e radiotelegrafistas	773
. Telefonistas	774
. Vendedores de selos	776
. Guarda-fios	777
206 - ATLETAS PROFISSIONAIS E AFINS	
. Atletas profissionais	831
. Atletas	832
. Juizes de esportes	833
. Técnicos de esportes	834

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
<u>300 - OCUPAÇÕES DE SUPERVISÃO</u>	
301 - MESTRES E CONTRAMESTRES (Exclusive de Obras)	
. Mestres e contramestres (exclusive de obras)	571
302 - MESTRES DE OBRAS	
. Mestres de obras	511
303 - OUTRAS OCUPAÇÕES DE SUPERVISÃO	
. Capatazes	913
. Apontadores	914
. Inspetores	915
. Fiscais	918
<u>400 - OUTRAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS DOS SERVIÇOS</u>	
401 - TRABALHADORES DO COMÉRCIO ESTABELECIDO	
. Açougueiros	611
. Balconistas e vendedores	613
402 - VENDEDORES AMBULANTES	
. Vendedores ambulantes	612
(continua)	

OCUPAÇÕES	CÓDIGO IBGE
(continuação)	
. Vendedores de Jornais e Revistas	614
403 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE HIGIENE PESSOAL	
. Barbeiros e cabelereiros	821
. Manicures e Pedicuros	822
404 - COZINHEIROS E GARÇONS	
. Cozinheiros	811
. Garçons	812
405 - PORTEIROS, VIGIAS, SERVENTES e ASCENSORISTAS	
. Porteiros, vigias e serventes, guardas e vigias de organizações particulares.	911
. Ascensoristas	921

1.2 - AS FONTES DOS DADOS

O estudo aqui desenvolvido beneficiou-se enormemente do acesso a duas tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970, solicitadas ao IBGE pelo INPES/IPEA e cedidas ao Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, do DEPE-UNICAMP.

A primeira destas tabulações apresenta a PEA de 1970 distribuída por ocupações funcionais e por atividades econômicas, tal como se encontra no Censo Demográfico. A novidade é que nesta tabulação especial as atividades econômicas estão bem mais detalhadas. Contudo, as informações referem-se exclusivamente ao número de trabalhadores em cada situação, sem outras qualificações. A seguir, tal tabulação será denominada "Tabulação Especial - PEA BLOBAI" e seu resumo encontra-se no "Apêndice Estatístico nº 1", Quadro I, ao final deste relatório.

Como na outra tabulação especial não estão contemplados os proprietários e as ocupações de Defesa Nacional e Segurança Pública, aqui irá se isolar tais dados de forma a homogeneizar a abrangência de ambas.

A segunda tabulação especial contempla uma amostra do Brasil urbano, englobando cada um dos 116 municípios brasileiros que em 1970 contavam com população superior a 50 mil habitantes. Neste estudo, ela será denominada "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA".

Nesta tabulação, originalmente foram excluídas da PEA as ativida-

des de Agropecuária e Extrativa Vegetal e Animal, bem como os proprietários empregadores e as ocupações de Defesa Nacional e Segurança Pública. O saldo foi denominado PEA TOTAL, que é detalhado por ocupações segundo a classificação adotada pelo IBGE.

Os dados referem-se não só ao número de trabalhadores em cada ocupação, mas incluem informações relativas ao rendimento médio, escolaridade e migração. Por outro lado, elas são fornecidas tanto a nível do conceito PEA TOTAL, como também segundo a condição empregatícia do trabalhador, ou seja, se o mesmo é Empregado-Assalariado Privado ou Trabalhador por Conta Própria. Contudo, não são fornecidas informações individualizadas a respeito dos Trabalhadores Familiares em Remuneração (que podem ser excluídos, tomando-se apenas os trabalhadores que declararam rendimentos) e dos Funcionários Públicos⁽²⁾ (que devem ser obtidos por "resíduo").

Seguindo a metodologia do Censo Demográfico, não são apresentados dados sobre o desemprego, sendo que os trabalhadores desempregados estão distribuídos pelas respectivas ocupações e situações empregatícias.

Para a presente análise, os 116 municípios abrangidos pela "Tabela Especial - PEA AMOSTRA URBANA" foram agregados segundo os critérios apresentados a seguir.

(2) O conceito Funcionário Público não engloba os trabalhadores em Empresas Estatais de economia mista, que estão incluídos no conceito Empregados Assalariados Privados.

A - TOTAL DAS METRÓPOLES, incluindo:

- . Grande São Paulo
- . Grande Rio de Janeiro
- . Grande Porto Alegre
- . Grande Recife
- . Belo Horizonte
- . Salvador
- . Fortaleza
- . Curitiba
- . Belém
- . Brasília

A.1 - METRÓPOLE DO CENTRO-SUL, incluindo:

- . Grande São Paulo
- . Grande Rio de Janeiro
- . Grande Porto Alegre
- . Curitiba

A.1.1 - GRANDE SÃO PAULO

A.1.2 - GRANDE RIO DE JANEIRO

A.1.3 - DEMAIS METRÓPOLES DO CENTRO-SUL, incluindo:

- . Grande Porto Alegre
- . Curitiba

A.2 - METRÓPOLES DO NORTE-NORDESTE, incluindo:

- . Grande Recife
- . Salvador
- . Fortaleza
- . Belém

B - CAPITAIS DAS METRÓPOLES, incluindo:

- | | |
|------------------|-------------|
| . São Paulo | . Recife |
| . Rio de Janeiro | . Fortaleza |
| . Porto Alegre | . Salvador |
| . Curitiba | . Belém |
| . Belo Horizonte | . Brasília |

C - CIDADES GRANDES DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, incluindo:

- | | |
|-------------------------|-----------------------|
| . Santo André | . São José dos Campos |
| . Campinas | . Mogi das Cruzes |
| . Santos | . Bauru |
| . Ribeirão Preto | . Nova Iguaçu |
| . São Bernardo do Campo | . Duque de Caxias |
| . Sorocaba | . São Gonçalo |
| . Jundiaí | . Niterói |
| . Piracicaba | . Petrópolis |
| . São Caetano do Sul | . Campos |
| . Osasco | . São João do Meriti |
| . Guarulhos | |

D - CIDADES MÉDIAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, incluindo:

- | | |
|-------------------------|-------------|
| . São José do Rio Preto | . Diadema |
| . São Vicente | . Rio Claro |
| . Taubaté | . Americana |

(continua)

(continuação)

- . Araçatuba
- . Presidente Prudente
- . Mauá
- . Araraquara
- . Marília
- . Franca
- . Limeira
- . São Carlos
- . Barretos
- . Carapicuíba
- . Guaratinguetá
- . Nilópolis
- . Volta Redonda
- . Barra Mansa
- . Nova Friburgo
- . Teresópolis

E - CIDADES GRANDES E MÉDIAS DO SUL, incluindo:

- . Londrina
- . Pelotas
- . Santa Maria
- . Canoas
- . Caxias do Sul
- . Florianópolis
- . Lages
- . Ponta Grossa
- . Joinville
- . Bagé
- . Novo Hamburgo
- . Criciúma
- . Maringá
- . Rio Grande
- . Blumenau
- . Cachoeira do Sul
- . Passo Fundo
- . Uruguaiana
- . Tubarão
- . São Leopoldo
- . Itajaí
- . Paranaguá

F - CIDADES GRANDES E MÉDIAS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO, incluindo:

- . Juiz de Fora
- . Governador Valadares
- . Vitória
- . Teófilo Otoni
- . Uberlândia
- . Uberaba
- . Montes Claros
- . Cachoeiro do Itapemirim
- . Divinópolis
- . Barbacena
- . Sete Lagoas
- . Poços de Caldas

G - CIDADES GRANDES E MÉDIAS DO NORDESTE, incluindo:

- . São Luiz
- . Natal
- . Maceió
- . João Pessoa
- . Teresina
- . Jaboatão
- . Olinda
- . Campina Grande
- . Feira de Santana
- . Parnaíba
- . Alagoinhas
- . Aracaju
- . Caruaru
- . Vitória da Conquista
- . Itabuna
- . Ilhéus
- . Sobral
- . Jequié
- . Mossoró
- . Juazeiro do Norte
- . Guaranhuns
- . Paulista

H - CIDADES GRANDES E MÉDIAS DO NORTE E CENTRO-OESTE, incluindo:

- . Goiânia
- . Anápolis
- . Manaus
- . Cuiabá
- . Campo Grande
- . Macapá
- . Santarém

I - TOTAL BRASIL URBANO, contêmplando toda a amostra e agregando

(B + C + D + E + F + H).

A partir da tipologia das ocupações e da agregação dos municípios, foram processados os dados a "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA". O resultado são três conjuntos de tabelas relativas aos conceitos PEA TOTAL, Empregados Assalariados Privados e Trabalhadores por Conta Própria, e que compõem o "Apêndice Estatístico nº 2", apresentado ao final deste relatório.

2 - ANÁLISE DOS DADOS DA "TABULAÇÃO ESPECIAL - PEA GLOBAL"

Cabe agora discutir a expressão quantitativa deste elenco de ocupações que serão estudadas. Para tanto, serão utilizados os dados da "Tabulação Especial - PEA GLOBAL", relativa ao Censo Demográfico de 1970, e os dados do Censo Demográfico de 1980.

Os dados da referida tabulação foram compatibilizados com os critérios adotados no Censo Demográfico de 1980 para a classificação das atividades econômicas, tal como se apresenta no "Apêndice Estatístico nº 1", Quadro II, ao final deste relatório. A análise que se segue tem como suporte estes dados de 1970 e 1980, já compatibilizados; e a tabulação especial será usada para qualificações adicionais.

2.1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM SEU CONJUNTO

Para se estabelecer os contornos mais gerais do universo de ocupações pesquisadas, irá se reportar às Tabelas nº 1 e nº 2, que se encontram ao final deste item.

Pela Tabela nº 1 observa-se que em termos da PEA, excluídos os proprietários empregadores, a participação das ocupações pesquisadas atinge 20% em 1970 e 30% em 1980. Tomando-se apenas as atividades não-agrícolas, tal participação se eleva a 37% em 1970 e a 43% em 1980. Tais dados já conferem uma idéia inicial sobre a importância relativa destas ocupações.

Buscando compor um quadro mais completo, cabem aqui algumas considerações à margem da análise das tabelas em questão. Tais observações referem-se às ocupações que não estão contempladas neste estudo.

Pelos dados do Censo Demográfico de 1980, nota-se que a PEA RURAL representa 30% da PEA TOTAL, sempre excluídos os proprietários. As ocupações urbanas que também não foram consideradas atingem, em conjunto, 40% da PEA TOTAL e 57% da PEA URBANA. Sua composição é a seguinte: trabalhadores diretamente envolvidos com a produção de mercadorias, com os transportes e comunicações e com a construção civil, representando 25% da PEA TOTAL e 36% da PEA URBANA. Ocupações da Defesa Nacional e Segurança Pública, atingindo 1,5% da PEA TOTAL e 2% da PEA URBANA. Os serviços domésticos e pessoais tendencialmente "não organizados", significando 7,5% da PEA TOTAL e 11% da PEA URBANA. Por último, os trabalhadores que não declaram sua ocupação ou com ocupação mal definida, os braçais sem especificação, etc., que representam 6% da PEA TOTAL e 8% da PEA URBANA.

Isolando-se estes dois últimos contingentes de trabalhadores, o que se observa é que as ocupações pesquisadas superam, em 1980, as demais ocupações urbanas tendencialmente pertencentes ao "emprego organizado". Em termos de PEA URBANA tal preponderância é de 43% contra 38%. Só para melhor ilustrar, a situação em 1970 era ligeiramente desfavorável para as ocupações pesquisadas, na proporção de 37% contra 39% da PEA URBANA.

TABELA Nº 1

BRASIL – 1970 e 1980

PARTICIPAÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS NA PEA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

(Em %)

Atividades	PEA Total		PEA Urbana		Indústria de Transformação		Ind. Extrativa Mineral e Serv. Ind. de Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio de Mercadorias		Transportes e Comunicações		Prestação de Serviços (Inclusive Profissionais Liberais)		Atividades Sociais		Adm. Pública Defesa Nacional e Segurança Pública		Com. Imóveis, Val. Mob., Crédito e Seguros, Não Englobadas, Mal Definidas, Não Declaradas	
	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	(*) 70	80	70	80	(*) 70	80	(*) 70	80
Ocupações																						
Pea (-) Proprietários	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total das Ocupações Pesquisadas	20	30	37	43	24	27	24	32	10	12	89	86	17	20	23	30	87	90	43	49	41	73
100	5	8	10	12	5	7	6	10	2	3	4	6	2	4	4	7	57	49	11	14	6	15
200	7	9	12	13	11	11	11	13	3	4	18	10	11	12	6	8	19	27	22	24	29	49
300	1	1	1	1	2	2	2	3	3	3	—	—	1	1	—	—	—	—	2	2	—	1
400	7	12	14	17	6	7	5	6	2	2	67	70	3	3	13	15	11	14	8	9	6	8

FONTE: Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II

(*) Observar desdobramento das atividades na Tabela nº 1.A

TABELA Nº 2

BRASIL – 1970 e 1980

DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS POR ATIVIDADES ECONÔMICA

DISCRIMINAÇÃO	(Em %)	
	1970	1980
Total das Ocupações Pesquisadas	100,0	100,0
Indústria de Transformação	13,4	14,3
Ind. Extrativa Mineral e Serviços Ind. de Utilidade Pública	1,4 ⁽¹⁾	1,7
Construção Civil	2,9	3,0
Comércio de Mercadorias	24,3	26,2
Transportes e Comunicações	3,6	2,8
Prestação de Serviços (Inclusive Profissionais Liberais)	15,1 ⁽²⁾	16,4
Atividades Sociais	22,4	21,4
Adm. Pública, Defesa Nacional e Segurança Pública	8,7 ⁽³⁾	6,8
Com. Imóveis, Val. Mob., Crédito e Seguros; Não Englobadas, Mal Definidas, Não Declaradas	8,2 ⁽⁴⁾	7,4

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II*

Desdobramento das Atividades com Base no Apêndice Estatístico nº 1, Quadro I:

(1) Extração Mineral: 0,3%; Serv. Ind. de Util. Pública: 1,1%

(2) Prestação de Serviços: 10,6%; Profissões Liberais: 4,5%

(3) Adm. Pública: 7,9%; Defesa Nacional e Seg. Pública: 0,8% (as ocupações típicas não estão incluídas)

(4) Com. Imóveis, Val. Imobiliários, Crédito e Seguros = 6,6%; Não Englobadas, Mal Definidas, Não Declaradas = 1,6%.

2.2 - DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM SEU CONJUNTO, POR ATIVIDADES ECONÔMICAS

Prosseguindo, irá se desdobrar a análise para o plano das atividades econômicas. Aqui uma ressalva é necessária, e refere-se ao fato de que, em termos das ocupações agregadas em grupos, (100, 200, 300 e 400) só é possível obter-se uma idéia aproximada das magnitudes envolvidas em comparações entre 1970 e 1980. E isto porque, como se verá mais à frente, em algumas ocupações ocorreram alterações nos critérios de enquadramento nas atividades econômicas.

Isto posto, verifica-se pela Tabela nº 2 que em quatro das nove atividades econômicas consideradas se concentram de 75% (em 1970) a 78% (em 1980) dos trabalhadores pesquisados. Tais atividades, por ordem decrescente de importância são: Comércio de Mercadorias, Atividades Sociais, Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais) e Indústria de Transformação.

Pela Tabela nº 1 pode observar-se o peso relativo das ocupações pesquisadas, em termos da PEA de cada uma das atividades econômicas. Assim, nota-se que tais ocupações representam algo próximo de 90% do conjunto dos trabalhadores empregados nas Atividades Sociais e no Comércio de Mercadorias. Cabe ressaltar que nas Atividades Sociais destacam-se as ocupações mais qualificadas do Grupo 100 - Técnicos, Administrativos e Profissionais e, secundariamente, as do Grupo 200 - Ocupações Não-manuais Especializadas. Já no comércio de Mercadorias, o relevo cabe às ocupações menos qualificadas do grupo 400 - Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

As atividades de Prestação de Serviços e as Profissões Liberais, que no Censo de 1980 estão englobadas, podem ser separadas com o auxílio da "Tabulação Especial-PEA GLOBAL", tal como se apresenta na Tabela nº 1 A.

O que se observa nesta tabela é que as ocupações pesquisadas não possuem uma participação expressiva na atividade de Prestação de Serviços, ao contrário do que ocorre com as Profissões Liberais onde abrangem quase a totalidade dos trabalhadores envolvidos. Contudo, é necessário se ressaltar que a preponderância, nas Profissões Liberais, das ocupações do Grupo 200 - Ocupações Não-manuais Especializadas, reflete a forte presença de trabalhadores em funções burocráticas ou de escritório (em 1970, 55% dos trabalhadores da atividade em pauta). Tais trabalhadores devem ser, em sua expressiva maioria, trabalhadores temporários de que as empresas lançam mão para usufruirmos de remunerações inferiores ou para não incorrerem nos encargos de uma contratação permanente. Assim, a classificação tradicional de Profissões Liberais cabe basicamente às ocupações do Grupo 100 - Técnicos, Administrativos e Profissionais. Deve-se alertar desde já que na "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA" este ajuste já está implícito.

Quanto à Indústria de Transformação, o que se observa é a crescente participação dos trabalhadores não diretamente envolvidos com a produção, sendo que as ocupações aqui pesquisadas já ultrapassam um quarto dos trabalhadores empregados pela atividade.

Embora fora deste conjunto de atividades econômicas mais expressivas em termos da concentração dos trabalhadores pesquisados, duas qualificações adicionais são pertinentes.

A primeira delas refere-se ao fato de que a atividade Administração Pública está agregada à atividade de Defesa Nacional e Segurança Pública, cujas ocupações típicas não estão contempladas nos dados tabulados, o que distorce a análise. Isolando-se a Administração Pública, tal como na Tabela nº 1 A, nota-se a natural preponderância das ocupações pesquisadas. Embora se destaquem as ocupações do Grupo 200 - Ocupações Não-manuais Especializadas, apenas as do Grupo 300 - Ocupações de Supervisão são pouco expressivas, o que se explica pela própria natureza destas mesmas ocupações.

A segunda qualificação resulta do isolamento da atividade Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros, onde também é expressiva a preponderância das ocupações pesquisadas, com destaque para aquelas do Grupo 200 - Ocupações Não-manuais Especializadas.

Finalmente, um último exame da tabela nº 1 revela que, à exceção do Comércio de Mercadorias, em todas as atividades se nota um crescimento da participação das ocupações pesquisadas, ao longo da década de 1970. Nota-se, também, que é na Construção Civil onde esta participação é mais baixa.

TABELA Nº 1A

BRASIL – 1970

PARTICIPAÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS NA PEA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SELECIONADAS

(Em %)

Atividades Ocupações	Prestação de Serviços	Profissões Liberais	Administração Pública	Comércio Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros
PEA (-) Proprietários	100	100	100	100
Total das Ocupações Pesquisadas	17	97	72	89
100	2	33	19	13
200	2	61	37	64
300	—	—	3	1
400	13	3	13	11

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 1 Quadro I*

2.3 - DETALHAMENTO DA ANÁLISE A NÍVEL DE CADA OCUPAÇÃO PESQUISADA

Desdobrando a análise em termos das ocupações tomadas individualmente, cabe destacar, logo de início, sete das 28 ocupações aqui pesquisadas. Em 1970 elas representam 76% do conjunto dos trabalhadores em questão, e 77% em 1980, o que significa, respectivamente, 28% e 33% do conjunto dos trabalhadores urbanos.

Como se observa na Tabela nº 3, tais ocupações são: 101 - Administradores de Empresas e Públicos; 108 - Professores de 1º Grau; 109 - Demais Professores e Funções Auxiliares; 201 - Funções Burocráticas e de Escritório; 401 - Trabalhadores do Comércio Estabelecido; 402 - Vendedores Ambulantes; e, 405 - Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas.

A seguir irá se apresentar a distribuição por atividade econômica de cada uma das ocupações, bem como suas taxas de crescimento ao longo da década de 1970, tal como se observa na Tabela nº 4.

Iniciando-se por aquelas ocupações anteriormente destacadas, nota-se que na 101 - Administradores de Empresas e Públicos, a taxa de crescimento na década de 1970 é de 11,2% anuais, significativamente superior àquela verificada para o conjunto dos trabalhadores urbanos, que atingiu 6,4% ao ano. Verifica-se, ainda, que ao lado de uma maior concentração na Indústria de Transformação (em torno de 30% destes profissionais) esta ocupação está presente com certa relevância em quase todas as atividades.

Uma outra ocupação que, como era de se esperar, apresenta um comportamento bastante próximo a este é a 201 - Funções Burocráticas ou de Escritório. A discrepância que se nota na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais) deve-se à já mencionada inclusão de trabalhadores temporários.

Os administradores e seus subordinados mais próximos, que em conjunto compõem o grosso do universo burocrático dos gabinetes e escritórios, representam algo superior a 30% dos trabalhadores pesquisados. Crescem na década de 1970 a taxas superiores ao conjunto dos trabalhadores urbanos e estão disseminados por todas as atividades econômicas. Entre estas se destaca a Indústria de Transformação, seguida da Administração Pública; do Comércio de Mercadorias; do Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; e das Atividades Sociais.

Outro sub-conjunto relevante é o formado pelos professores e seus auxiliares, obviamente concentrados nas Atividades Sociais.

A ocupação 108 - Professores de 1º Grau chama a atenção por suas baixas taxas de crescimento, que provocam uma sensível queda em sua participação relativa. Ao contrário, a ocupação 109 - Demais Professores e Funções Auxiliares cresce a taxas superiores ao conjunto dos trabalhadores urbanos. Porém, como consequência do desempenho dos primeiros, a participação conjunta de ambos no âmbito das ocupações pesquisadas cai de 13% em 1970 para 9% em 1980.

As outras três ocupações destacadas pertencem ao setor menos qualificado de trabalhadores do Grupo 400 - Outras Ocupações Seleccionadas dos

Serviços. Em conjunto, em 1970 representam 32% dos trabalhadores pesquisados e, em 1980, atingem 36%. Duas delas, a 401 - Trabalhadores do Comércio Estabelecido e a 402 - Vendedores Ambulantes, dizem respeito fundamentalmente ao Comércio de Mercadorias, e apenas a segunda apresenta taxas de crescimento inferiores às do conjunto dos trabalhadores urbanos. A terceira, 405 - Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas estão concentrados na Indústria de Transformação; Prestação de Serviços; Atividades Sociais e Administração Pública.

Passa-se agora à caracterização das demais ocupações, iniciando-se por aquelas do Grupo 100 - Técnicos, Administrativos e Profissionais. Entre estas, delinea-se um sub-conjunto formado por seis ocupações em que predomina a formação universitária, representando algo próximo de 7% do conjunto das ocupações pesquisadas.

Em primeiro lugar irá se examinar as três mais tradicionais. Os profissionais da ocupação 103 - Engenheiros e Afins, se concentram na Indústria de Transformação, na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais), na Construção Civil e na Administração Pública. Sua taxa de crescimento na década de 1970 é significante superior à do conjunto dos trabalhadores urbanos. Recorrendo-se à "Tabulação Especial - PEA GLOBAL", nota-se que, em 1970, é considerável a presença de Profissionais Liberais (em torno de 15% destes profissionais).

Na ocupação 106 - Médicos e Dentistas, como era de se esperar, ocorre uma concentração na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais) e nas Atividades Sociais. Em 1970, é a ocupação em que é maior a participação de Profissionais Liberais, que se situa na faixa de 45% dos Médicos e

Dentistas. Suas taxas de crescimento, embora não estejam entre as mais elevadas, superam as do conjunto dos trabalhadores urbanos.

A outra das profissões universitárias mais tradicionais é a 110 - Advogados, Afins e Funções Auxiliares, que se concentram na Administração Pública e na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais). Também é elevada a presença de Profissionais Liberais, sendo que em 1970 cerca de 30% se encontravam nesta situação. Suas taxas de crescimento são ligeiramente superiores às verificadas para a PEA urbana, excluídos os proprietários empregadores.

Das demais profissões universitárias, uma se destaca por não revelar uma presença significativa de profissionais liberais e por apresentar taxas de crescimento inferiores ao conjunto dos trabalhadores urbanos. É a 104 - Químicos, Físicos e Afins, que se concentram na Indústria de Transformação, nas Atividades Sociais, no Comércio de Mercadorias e na Administração Pública. Chama atenção, também, o fato de ser a única das profissões universitárias a apresentar relevante presença no Comércio de Mercadorias.

A ocupação 105 - Agrônomos e Afins, se concentra nas Atividades Sociais, na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais) e na Administração Pública. Em 1970, acima de 15% se encontravam na situação de Profissionais Liberais. Suas taxas de crescimento na década de 1970 são bastante elevadas.

Finalmente, a última destas profissões universitárias é a 107 - Economistas, Matemáticos e Afins, que chama a atenção por suas extraordinárias taxas de crescimento. Contudo, se tais taxas refletem nitidamente a expansão

de algumas das profissões envolvidas, tais como Economistas e Analistas de Sistema, em grande parte elas são resultado de uma alteração na condição dos profissionais de contabilidade. Ou seja, os dados desagregados sugerem que uma expressiva parcela destes profissionais, que em 1970 estavam na situação de Técnicos de Contabilidade (ocupação 201 - Funções Burocráticas ou de Escritório), passam em 1980 à condição de Contador. E isto, ou mediante a obtenção do registro profissional antes da exigência de diploma de curso superior em Ciência Contábeis, ou efetivamente cumprindo tal requisito. Os profissionais da ocupação 107 se concentram na Prestação de Serviços (inclusive Profissões Liberais); na Indústria de Transformação; no Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; e, na Administração Pública. Em 1970, mais de 20% de seus membros se encontram na situação de Profissionais Liberais.

Por fim, breves comentários a respeito das demais ocupações.

A 102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores, apresentam taxas de crescimento bastante elevadas e está concentrada nas Atividades Sociais, Prestação de Serviços, Indústria de Transformação e Administração Pública.

A 111 - Assistentes e Agentes Sociais também revela grande dinamismo na década de 1970, estando concentrada, pela sua própria natureza, nas Atividades Sociais e na Administração Pública.

Os Escritores, Jornalistas e Afins (ocupação 112) se concentram na Indústria de Transformação (Indústria Cultural) e na Prestação de Serviços, com elevadas taxas de crescimento.

Os Artistas, Afins e Funções Auxiliares (ocupação 113) encontram-se, fundamentalmente, na condição de Prestação de Serviços. Sua expressão também é significativa.

Na ocupação 114 - Ocupações dos Transportes, por sua própria conceituação, os trabalhadores concentram-se nos Transportes e Comunicações. O destaque fica com suas taxas de crescimento, inferiores às do conjunto dos trabalhadores urbanos.

A seguir irá se caracterizar as demais ocupações do Grupo 200 - Ocupações Não-Manuais Especializadas. Em geral, tais ocupações se encontram bastante concentradas em termos das atividades econômicas, como decorrência de sua própria natureza.

A 202 - Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas se concentra nas Atividades Sociais, uma vez que, ao contrário dos Médicos e Dentistas, não participam das Profissões Liberais. Como destaque, apresentaram taxas negativas de crescimento ao longo da década de 1970.

Os Viajantes e Representantes Pracistas (ocupação 203) também apresentam baixas taxas de crescimento, ainda que positivas. Tal desempenho reflete taxas negativas no agregado Comércio de Mercadorias e Prestação de Serviços. Por outro lado, cresceu sua concentração na Indústria de Transformação.

Os Corretores e Compradores (ocupação 204), obviamente, se concentram no Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros e revelam bastante dinamismo, com elevadas taxas de crescimento.

Os agentes dos Transportes e das Comunicações (ocupação 205), embora estejam naturalmente concentrados na atividade homônima, revelam em 1980 uma maior disseminação. Apresentam baixas taxas de crescimento.

Por fim, os Atletas Profissionais e Afins (ocupação 206) se concentram na Prestação de Serviços e Atividades Sociais, destacando-se por suas elevadas taxas de crescimento.

No Grupo 300 - Ocupações de Supervisão, apenas a ocupação 303 - Outras Ocupações de Supervisão é mais desconcentrada, embora com presença mais marcante na Administração Pública e na Indústria de Transformação. Como destaque, chama atenção sua baixíssima taxa anual de crescimento.

A ocupação 301 - Mestres e Contramestres (exclusive de Obras) se concentra na Indústria de Transformação, ainda que em 1980 ganhe algum relevo a atividade Indústria Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Apresenta as maiores taxas de crescimento de seu Grupo.

Os Mestres de Obras (ocupação 302) naturalmente se concentram na Construção Civil e crescem a taxas superiores às do conjunto dos trabalhadores urbanos.

Para encerrar, restam duas ocupações do Grupo 400 - Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços. A ocupação 403 - Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal, obviamente, se concentra na atividade de Prestação de Serviços, apresentando baixas taxas de crescimento.

Os Cozinheiros e Garçons (Ocupação 404) embora também estejam pre-

dominantemente concentrados na Prestação de Serviços, revelam presença significativa nas Atividades Sociais. Suas taxas de crescimento superam as do conjunto dos trabalhadores urbanos.

TABELA Nº 3

BRASIL – 1970 e 1980

38

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

OCUPAÇÕES	1970	1980
100	26,6	26,6
101	6,1	8,1
102	0,2	0,3
103	1,8	2,2
104	0,2	0,1
105	0,2	0,2
106	1,4	1,2
107	0,5	1,6
108	10,0	5,8
109	3,1	3,6
110	1,4	1,3
111	0,2	0,2
112	0,2	0,2
113	1,2	1,3
114	0,1	0,1
Outras	—	0,4
200	33,4	31,0
201	24,5	24,2
202	3,6	3,1
203	2,8	1,5
204	1,1	1,1
205	1,3	0,9
206	0,1	0,2
300	2,8	2,5
301	0,9	1,2
302	0,7	0,7
303	1,2	0,6
400	37,2	39,9
401	14,3	19,2
402	5,8	4,4
403	2,3	1,5
404	3,1	2,9
405	11,7	11,9
TOTAL DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS	100,0	100,0

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II*

BRASIL — 1970 e 1980

**DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO**
(Em %)

(Continua)

Atividades Ocupações	PEA Urbana			Indústria de Transformação			Ind. Extrativa Mineral e Serv. Ind. de Utilidade Pública			Construção Civil		
	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual
100	100	100	8,1	10	-0-	-0-	1	2	12,7	3	3	9,6
101	100	100	11,2	29	31	11,8	3	3	10,7	3	4	14,8
102	100	100	12,3	17	16	11,9	2	2	15,8	1	1	9,9
103	100	100	10,0	26	27	10,7	7	8	11,9	27	19	6,2
104	100	100	4,6	42	36	2,8	4	9	13,1	1	1	5,4
105	100	100	10,1	4	9	19,8	1	1	17,0	2	-	(5,0)
106	100	100	7,0	1	1	14,0	-	-	-	-	-	-
107	100	100	21,4	20	22	22,9	2	3	25,7	2	3	23,4
108	100	100	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
109	100	100	9,8	-	1	26,6	-	-	-	-	-	-
110	100	100	6,8	2	2	11,1	-	1	13,8	-	1	9,8
111	100	100	9,4	4	7	16,1	1	2	13,8	1	1	15,8
112	100	100	8,5	82	49 ⁽¹⁾	-0-	-	-	-	-	-	-
113	100	100	8,6	3	5	13,8	-	-	-	-	-	-
114	100	100	5,7	-	4	30,6	1	1	14,3	-	1	34,5
200	100	100	7,3	18	-0-	-0-	2	2	8,7	2	3	9,7
201	100	100	7,9	18	20	8,8	3	3	8,8	3	4	10,0
202	100	100	6,2	11	2 ⁽²⁾	-0-	1	-	(2,2)	1	-	(7,9)
203	100	100	1,4	41	52	4,0	-	-	-	-	-	-
204	100	100	8,1	6	10	14,2	-	-	-	1	2	19,6
205	100	100	4,6	4	10	14,4	1	2	12,3	1	1	10,5
206	100	100	17,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
300	100	100	7,1	36	36	7,1	4	7	13,9	30	28	6,2
301	100	100	11,8	87	63	8,4	3	10	28,2	3	1	1,8
302	100	100	7,9	1	2	12,0	1	1	11,9	92	91	7,7
303	100	100	0,7	19	19	0,2	7	9	2,9	13	7	(4,5)
400	100	100	8,8	10	9	8,5	1	1	8,7	1	2	8,5
401	100	100	11,3	5	5	12,0	-	-	-	-	-	-
402	100	100	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
403	100	100	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
404	100	100	7,4	4	8	14,6	1	1	14,1	1	2	16,9
405	100	100	8,3	23	21	6,9	2	2	8,6	4	4	7,8
TOTAL	100	100	8,1	14	-0-	-0-	1	2	10,3	3	3	8,5

FONTE: Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II

(1) Indústria de Transformação + Prestação de Serviços — 1970: 11 349, 1980: 25 901, Taxa Anual: 8,6%

(2) Indústria de Transformação + Prestação de Serviços + Atividades Sociais — 1970: 189 113, 1980: 356 055, Taxa Anual: 6,5%

TABELA Nº 4

BRASIL — 1970 e 1980

DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
(Em %)

(Continua)

Atividades Ocupações	Comércio de Mercadorias			Transportes e Comunicações			Prestação de Serviços (Inclu- sive Profissões Liberais)			Atividades Sociais		
	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual
100	4	7	13,2	2	2	10,0	11	-0-	-0-	55	-0-	-0-
101	16	19	13,0	6	5	9,1	6	9	16,1	10	9	9,9
102	2	2	15,3	2	4	21,1	15	18	14,4	32	34	12,6
103	1	1	13,3	3	4	12,3	17	27	15,0	3	2	7,1
104	16	15	3,8	1	-	(1,1)	6	5	3,7	13	23	10,6
105	1	5	26,1	-	-	-	18	26	14,3	13	31	20,0
106	-	-	-	-	-	-	45	(5)	-0-	50	94(5)	-0-
107	8	8	22,2	3	4	26,1	22	30	25,2	5	5	21,8
108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	2,3
109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99	96	9,5
110	-	1	10,5	1	1	9,4	28	37	9,9	2	2	10,7
111	-	1	23,3	2	1	7,6	1	2	24,2	73	65	8,1
112	1	1	7,7	1	1	(0,6)	8	42(1)	-0-	1	2	17,2
113	3	2	5,3	-	-	-	90	88	8,3	1	2	18,2
114	-	1	38,0	96	85	4,4	1	3	17,6	-	1	23,0
200	15	-0-	-0-	7	-0-	-0-	11	-0-	-0-	14	-0-	-0-
201	13	11	6,6	5	4	6,8	13	14	9,0	9	14	13,2
202	3	3	4,5	-	-	-	9	1(2)	-0-	71	91(2)	-0-
203	54	14(3)	-0-	-	1	5,2	3	32(3)	-0-	-	-	-
204	9	5	2,9	2	2	7,8	1	7(6)	-0-	-	1	23,0
205	1	4	16,6	80	56(4)	-0-	1	8(4)	-0-	2	6	14,3
206	-	-	-	-	-	-	99	1(7)	-0-	1	96(7)	-0-
300	2	3	11,4	6	6	8,0	3	5	14,3	3	2	(0,2)
301	1	2	20,3	3	11	26,7	2	8	31,6	-	1	27,2
302	-	-	-	1	1	6,9	-	-	-	1	1	4,4
303	4	9	9,0	11	2	(13,4)	5	6	1,6	8	4	(5,3)
400	49	53	9,7	2	1	3,5	22	21	8,3	8	8	9,4
401	82	82	11,4	-	-	-	12	12	11,8	-	-	-
402	100	100	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
403	-	-	-	-	-	-	99	99	3,1	-	1	11,1
404	1	2	19,9	1	1	5,6	75	64	5,6	13	18	10,9
405	6	8	11,8	5	3	3,8	17	24	12,1	21	22	9,0
TOTAL	24	-0-	-0-	4	-0-	-0-	15	-0-	-0-	22	-0-	-0-

FONTE: Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II

(3) Comércio de Mercadorias (+) Prestação de Serviços — 1970: 90 174, 1980: 83 945, Taxa Anual: (0,7)%

(4) Transp. e Comunicações + Prestação de Serviços — 1970: 59 040, 1980: 73 275, Taxa Anual: 2,2%

(5) Prestação de Serviços + Atividades Sociais — 1970: 73 557, 1980: 143 902, Taxa Anual: 6,9%

(6) Prestação de Serviços + Comércio Imóveis, etc. — 1970: 52 021, 1980: 109 319, Taxa Anual: 7,7%

(7) Prestação de Serviços + Atividades Sociais — 1970: 6 256, 1980: 29 676, Taxa Anual: 16,8%

TABELA Nº 4

BRASIL – 1970 e 1980

DISTRIBUIÇÃO DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
(Em %)

(Conclusão)

Atividades Ocupações	Adm. Pública, Defesa Nacional e Segurança Pública			Com. Imóv., Val. Mob. Crédito e Seguros; Não Englobadas, Mal Definidas, Não Declaradas		
	70	80	Tx. Anual	70	80	Tx. Anual
100	9	8	6,8	5	5	10,3
101	12	7	6,3	15	13	9,6
102	19	14	8,8	10	9	10,5
103	13	10	7,4	3	2	3,3
104	15	10	0,6	2	1	(2,0)
105	57	25	1,4	4	3	5,5
106	4	4	7,9	—	1	7,7
107	19	10	13,6	19	15	17,9
108	—	—	—	—	—	—
109	1	3	27,4	—	—	—
110	64	52	4,7	3	3	8,5
111	16	19	11,1	2	2	9,9
112	5	4	6,8	2	1	2,9
113	2	2	7,4	1	1	14,2
114	2	4	16,3	—	—	—
200	14	11	4,7	17	—0—	—0—
201	17	13	4,7	19	17	6,5
202	3	3	3,3	1	—	(2,0)
203	—	—	—	2	1	(8,9)
204	—	1	18,6	81	72(6)	—0—
205	7	8	6,4	3	5	10,4
206	—	2	—	—	1	—
300	13	9	2,9	3	4	12,0
301	1	3	20,9	—	1	18,0
302	4	4	7,3	—	—	—
303	27	28	0,8	6	16	11,4
400	4	3	5,6	3	2	3,7
401	—	—	—	1	1	(3,0)
402	—	—	—	—	—	—
403	1	—	(4,0)	—	—	—
404	3	3	7,7	1	1	10,6
405	13	10	5,6	9	6	4,2
TOTAL	9	7	5,4	8	—0—	—0—

FONTE: Apêndice Estatístico nº 1, Quadro II

3 - ANÁLISE DOS DADOS DA "TABULAÇÃO ESPECIAL - PEA AMOSTRA URBANA"

3.1 - ABRANGÊNCIA DA TABULAÇÃO

Antes de se iniciar propriamente a análise em pauta, é necessário que se delimite claramente o alcance destes dados.

Uma primeira noção a esse respeito é obtida pela confrontação da tabulação que aqui será utilizada — e que engloba apenas os municípios que em 1970 contavam com uma população superior a 50 mil habitantes —, com a "Tabulação Especial — PEA GLOBAL", que contempla a totalidade dos municípios. Esta comparação é feita na Tabela nº 5.

Para a elaboração desta tabela, tomou-se da "Tabulação Especial — PEA GLOBAL" apenas as atividades urbanas, excluindo-se a Agricultura, Pecuária e Silvicultura; a Extração Vegetal; e a Caça e Pesca. Da "Tabulação Especial — PEA AMOSTRA URBANA" considerou-se os dados relativos ao conceito PEA TOTAL. Com isto homogeneizou-se a abrangência das duas tabulações, como se evidencia pela extrema coerência no comportamento dos dados.

Observa-se na referida tabela que, em 1970, 67% do conjunto de trabalhadores das ocupações pesquisadas já se encontravam trabalhando em cidades médias e grandes, dispondo-se de maiores informações qualitativas a seu respeito.

As ocupações menos cobertas pela "Tabulação Especial — PEA AMOSTRA URBANA", são: 108 — Professores de 1º Grau (40%) e 110 — Advogados, Afins e Funções Auxiliares (41%), o que é extremamente coerente face à forte presença destes profissionais no grande número de pequenos municípios brasileiros.

Outra informação relevante, a respeito do significado dos dados que serão utilizados neste estudo, é dada pelo exame da estrutura interna da "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA", apresentada na Tabela nº 6.

Como ali se verifica, existe uma diferença entre a soma dos Empregados Assalariados Privados com os Trabalhadores por Conta Própria em relação aos trabalhadores contemplados no conceito PEA TOTAL. Como já foi mencionado, tal diferença decorre do fato de que no conceito PEA TOTAL incluem-se ainda os Funcionários Públicos e os Trabalhadores Familiares sem Remuneração, sendo que para estas situações a tabulação não oferece informações individualizadas.

Uma vez que procurou-se minimizar a presença de ocupações típicas do "emprego não-organizado", onde os Trabalhadores Familiares sem Remuneração seriam mais frequentes e expressivos, aquela diferença pode ser tomada como uma indicação do grau de relevância do Emprego Público.

Com efeito, as ocupações que apresentam as maiores diferenças (superiores ou iguais a 55%), pela ordem decrescente, são: 108 - Professores de 1º Grau, 105 - Agrônomos e Afins, 109 - Demais Professores e Funções Auxiliares e 111 - Assistentes e Agentes Sociais, todas, reconhecidamente, com expressiva presença de funcionários públicos em sua composição.

Numa faixa inferior de diferenças, entre 55% e 40%, encontram-se: 303 - Outras Ocupações de Supervisão, 205 - Agentes dos Transportes e das Comunicações, 102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores, 106 - Médicos e Dentistas e 202 - Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas.

TABELA Nº 5

BRASIL – 1970

NÚMERO DE TRABALHADORES POR OCUPAÇÃO, NAS DUAS
TABULAÇÕES ESPECIAIS

OCUPAÇÕES	A Tabulação Especial "PEA GLOBAL" (Atividades Urbanas)	B Tabulação Especial "PEA-Amostra Urbana"	Participação B em A (%)
100	1 516 304	925 542	61
101	348 566	275 509	79
102	11 294	9 616	85
103	103 143	85 965	83
104	10 194	7 661	75
105	9 487	5 976	63
106	77 513	57 820	75
107	27 989	24 300	87
108	571 930	230 943	40
109	175 942	123 773	70
110	83 100	34 045	41
111	9 733	8 000	82
112	12 702	11 705	92
113	69 528	46 060	66
114	5 183	4 169	80
200	1 909 552	1 410 656	74
201	1 399 848	1 016 308	73
202	207 748	149 482	72
203	159 414	131 980	83
204	63 425	52 998	84
205	72 857	55 565	76
206	6 260	4 323	69
300	156 955	107 707	69
301	50 583	36 371	72
302	40 814	29 661	73
303	65 558	41 675	64
400	2 126 239	1 381 343	65
401	814 868	505 638	62
402	334 076	217 135	65
403	134 309	84 791	63
404	177 186	114 819	65
405	665 800	458 960	69
Total das Ocupações Pesquisadas	5 709 050	3 825 248	67

FONTE: Apêndices Estatísticos nº 1 e nº 2.

TABELA Nº 6

BRASIL – 1970

ESTRUTURA INTERNA DA "TABULAÇÃO ESPECIAL – PEA AMOSTRA URBANA"

OCUPAÇÕES	A Empregados Assalariados	B Trabalhadores por Conta Própria	C "PEA TOTAL"	D $1 - \frac{(A+B)}{C}$, Em %
100	423 298	83 829	925 542	45
101	216 740	—	275 509	21
102	5 130	8	9 616	47
103	53 473	9 058	85 965	27
104	4 832	415	7 661	32
105	1 219	470	5 976	72
106	8 688	22 272	57 820	46
107	14 479	2 605	24 300	30
108	32 658	6 113	230 943	83
109	35 853	8 953	123 773	64
110	8 403	16 088	34 045	28
111	3 603	—	8 000	55
112	9 627	538	11 705	13
113	25 410	17 248	46 060	7
114	3 183	61	4 169	22
200	987 024	65 706	1 410 656	25
201	735 116	15 102	1 016 308	26
202	82 095	4 478	149 482	42
203	102 767	28 399	131 980	1
204	34 152	17 673	52 998	2
205	28 571	54	55 565	48
206	4 323	—	4 323	—
300	74 862	6 878	107 707	24
301	34 495	325	36 371	4
302	20 727	6 506	29 661	8
303	19 640	47	41 675	53
400	1 006 261	218 127	1 381 343	11
401	486 758	9 298	505 638	2
402	53 332	161 073	217 135	1
403	37 662	45 131	84 791	2
404	100 329	801	114 819	12
405	328 180	1 824	458 960	28
Total das Ocupações Pesquisadas	2 491 445	374 540	3 825 248	25

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

3.2 - ANÁLISE DAS ESTRUTURAS GLOBAIS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, EM CADA SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA

A seguir irá se apresentar as características mais estruturais e globais das ocupações, tanto no que se refere ao conceito PEA TOTAL como para as duas situações de que se dispõe de dados qualitativos individualizados (Trabalhadores Assalariados Privados e Trabalhadores por Conta Própria).

Para tanto, serão construídas as estruturas das ocupações para cada situação, ou seja, as ocupações serão caracterizadas apenas no universo composto pela situação em que se encontram. Por outro lado, são considerados apenas os dados globais, isto é, os dados relativos ao total Brasil Urbano. Estas estruturas globais das ocupações se encontram nas Tabelas nº 7 (conceito PEA TOTAL), nº 8 (conceito Trabalhadores Assalariados Privados) e ~~nº 9 (conceito Trabalhadores Assalariados Privados)~~ e nº 9 (conceito Trabalhadores por Conta Própria).

Deve-se registrar aqui que as comparações entre as situações serão realizadas posteriormente.

Irã se iniciar o exame das referidas tabelas pela distribuição dos trabalhadores por ocupações, em cada situação.

Em termos do conceito, PEA TOTAL, nota-se que cinco ocupações concentram 65% dos trabalhadores aqui pesquisados. São elas: 201 - Funções Burocráticas ou de Escritório (26,6%), 401 - Trabalhadores do Comércio Esta-

belecido (13,2%) 405 – Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas (12,0%), 101 – Administradores de Empresas e Públicos (7,2%) e 108 – Professores de 1º Grau (6,0%).

No que se refere aos Trabalhadores Assalariados Privados a concentração é ainda maior, com as cinco primeiras ocupações englobando 75,1% dos trabalhadores pesquisados. São elas: 201 – Funções Burocráticas ou de Escritório (29,5%), 401 – Trabalhadores do Comércio Estabelecido (19,6%), 405 – Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas (13,2%), 101 – Administradores de Empresas e Públicos (8,7%) e 203 – Viajantes e Representantes Pracistas (4,1%).

O que se observa até aqui é que as quatro ocupações mais numerosas são as mesmas, tanto no conceito PEA TOTAL como entre os Trabalhadores Assalariados Privados, sendo inclusive idêntica a ordem em que se encontram nas duas situações. Tal comportamento sugere que, em termos do número dos trabalhadores, os Trabalhadores Assalariados privados conformam a estrutura do conjunto dos trabalhadores. Tal influência é coerente com o peso relativo dos mesmos pois, como se verifica na Tabela nº 6, no conjunto eles representam 65% do conceito PEA TOTAL.

Por outro lado, nota-se que entre as cinco ocupações mais numerosas os administradores e seus auxiliares mais diretos compõem o segmento mais expressivo, seguido por ocupações menos qualificadas do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Nos Trabalhadores por Conta Própria, as cinco ocupações numericamente mais importantes concentram 73,4% dos trabalhadores pesquisados, sendo

elas: 402 – Vendedores Ambulantes (43,0%), 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal (12,1%), 203 – Viajantes e Representantes Pracistas (7,6%), 106 – Médicos e Dentistas (6,0%) e 204 – Corretores e Compradores (4,7%).

Percebe-se, assim que nenhuma destas ocupações coincide com as anteriormente apontadas e que o grau de concentração também é bastante elevado. Por outro lado, é ainda maior a presença de trabalhadores menos qualificados do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços, que juntos atingem algo em torno de 55% dos Trabalhadores por Conta Própria pesquisados.

Passa-se agora para o estudo do rendimento médio das ocupações, por situação.

Em termos do conceito PEA TOTAL nota-se que, salvo algumas exceções, configura-se grosso modo uma estrutura formada de três escalões: o primeiro deles, como era de se esperar, composto pelas ocupações do Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais; o segundo pelas ocupações do Grupo 200 – Ocupações Não-Manuais Especializadas e pelas ocupações do Grupo 300 – Ocupações de Supervisão; e, o terceiro pelas ocupações do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Para se compor o escalão de rendimentos médios mais elevados, deve ser tomado o Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais, à exceção das ocupações 108 – Professores de 1º Grau (cujos rendimentos estão na mesma faixa das ocupações do último escalão) e 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares (que se incluem no escalão de rendimentos intermediários). Por outro lado, deve-se introduzir as ocupações 203 – Viajantes e Represen-

tantes Pracistas e 204 – Corretores e Compradores.

Observando-se os rendimentos médios dos Trabalhadores Assalariados Privados, nota-se uma estrutura exatamente idêntica à verificada para a PEA TOTAL, inclusive no que se refere aos ajustamentos necessários. Desta forma, manifesta-se aqui a mesma influência dos trabalhadores assalariados privados na conformação da estrutura do conjunto dos trabalhadores, já verificada quando do exame da concentração dos trabalhadores.

No que se refere aos Trabalhadores por Conta Própria, o que se verifica é que, salvo alguns ajustes no 1º escalão, manifesta-se uma estrutura de quatro escalões que acompanha nítidamente o próprio agrupamento das ocupações que foi adotado na construção da tipologia das mesmas. Os referidos ajustes envolvem a ocupação 108 – Professores de 1º Grau, que passa para o último escalão de rendimentos, e as ocupações 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares e 113 – Artistas, Afins e Auxiliares, que se incluem no terceiro escalão, junto com as ocupações do Grupo 300 – Ocupações de Supervisão.

Em seguida irá se estudar o comportamento das ocupações no que diz respeito à escolaridade, que aqui se expressa em termos de média de anos de estudo.

Em termos gerais, verifica-se que também neste caso se manifesta, em todas as situações, uma estrutura de quatro escalões que acompanha o próprio agrupamento de ocupações da tipologia adotada, salvo alguns ajustes.

No que se refere ao conceito PEA TOTAL, os ajustes se localizam na passagem da ocupação 113 – Artistas, Afins e Ocupações Auxiliares para o

segundo escalão, e da ocupação 302 -- Mestres de Obras para o último.

Quanto aos Trabalhadores Assalariados Privados, os ajustes necessários são exatamente os mesmos, mais uma vez manifestando sua influência determinante no comportamento do conjunto dos trabalhadores.

No âmbito dos Trabalhadores por Conta Própria os ajustes são: as ocupações 113 -- Artistas, Afins e Funções Auxiliares e 114 -- Ocupações dos Transportes passam para o segundo escalão. A ocupação 201 -- Funções Burocráticas ou de Escritório, sugestivamente, se incluem no escalão de maior nível de escolaridade. Finalmente, a ocupação 303 -- Outras Ocupações de Supervisão se deslocam para o último escalão.

Outro elemento qualitativo, ainda relativo à escolaridade, diz respeito à proporção de trabalhadores que possuem curso superior. E aqui, o traço comum a todas as situações é que, salvo os costumeiros ajustes, se conforma uma estrutura de três escalões, com o primeiro deles se distanciando bastante dos demais.

Este escalão com maior presença de trabalhadores com curso superior, naturalmente, é composto por ocupações do Grupo 100 -- Técnicos, Administrativos e Profissionais. O último escalão, que se caracteriza pela ausência (em termos estatísticos) de trabalhadores com curso superior é formado, fundamentalmente, com as ocupações do Grupo 400 -- Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Mais uma vez se manifesta o mesmo comportamento, tanto no conceito PEA TOTAL como entre os trabalhadores Assalariados Privados. Em ambos, os

ajustes no primeiro escalão envolvem as ocupações 108 – Professores de 1º Grau e 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares, que se deslocam para o escalão intermediário.

Embora se mantendo no primeiro escalão, algumas ocupações chamam a atenção pela menor presença de trabalhadores com ensino superior. São elas: a 101 – Administradores de Empresas e Públicos, a 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores, a 112 – Escritores, Jornalistas e Afins e a 114 – Ocupações dos Transportes.

O escalão intermediário é composto pelo Grupo 200 – Ocupações Não-manuais Especializadas e pelo Grupo 300 – Ocupações de Supervisão, que se encontram praticamente na mesma faixa.

A estrutura dos Trabalhadores por Conta Própria, embora próxima a estas, apresenta algumas diferenças. Na conformação do primeiro escalão, além de serem necessários os mesmos ajustes das situações examinadas anteriormente, a ocupação 114 – Ocupações dos Transportes também cai para o escalão intermediário.

Por outro lado, este escalão intermediário se compõe basicamente das ocupações do Grupo 200 – Ocupações Não-manuais Especializadas, uma vez que, à exceção da ocupação 302 – Mestres de Obras, nas demais também não existem (estatisticamente) trabalhadores com ensino superior.

Abrindo-se um parênteses, verificou-se que nos aspectos relativos ao rendimento médio, média de anos de estudo e trabalhadores com curso superior, grosso modo, as estruturas acompanham de perto o agrupamento das ocu-

pações adotado para a definição da tipologia empregada neste estudo. Surge nitidamente um escalão superior composto por ocupações do Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais, e um último ou inferior formado pelas ocupações do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Na faixa intermediária, que em algumas situações se desdobra em duas, encontram-se as ocupações do Grupo 200 – Ocupações Não-Manuais Especializadas e do Grupo 300 – Ocupações de Supervisão.

Tudo isso, obviamente, com ajustes pontuais em algumas ocupações localizadas.

Outro aspecto qualitativo diz respeito à questão migratória. Em primeiro lugar tem-se, simplesmente, a proporção de trabalhadores migrantes presentes no conjunto dos trabalhadores de cada ocupação.

No conceito PEA TOTAL verificam-se elevados índices, como um atributo comum a todas as ocupações. Nos Trabalhadores Assalariados Privados e nos Trabalhadores por Conta Própria o fenómeno é idêntico, sendo que nos primeiros os índices se apresentam relativamente próximos aos do conceito PEA TOTAL, e os índices dos Trabalhadores por Conta Própria são ligeiramente superiores. Em termos gerais, o grosso das ocupações se inclui na elevada faixa de 50% a 65% de trabalhadores migrantes.

Por fim, tem-se a proporção de migrantes mais recentes, que se expressa pelos que chegaram nos últimos cinco anos (em relação a 1970). No conceito PEA TOTAL o grosso das ocupações se encontra na faixa de 20% a 30% de migrantes com até cinco anos, no conjunto dos migrantes. O mesmo ocorre com

os trabalhadores Assalariados Privados, embora os índices sejam ligeiramente superiores.

Nos trabalhadores por Conta Própria a faixa é inferior, ocorrendo uma maior frequência entre 15% e 20%.

TABELA Nº 7

"BRASIL-URBANO" – 1970

ESTRUTURA DAS OCUPAÇÕES – CONCEITO: PEA TOTAL

OCUPAÇÕES	Número de Trabalhadores (%)	Rendimento Médio (Índice)	Anos de Estudo (Índice)	Trabalhadores com Ensino Superior (%)	Trabalhadores Migrantes (%)	Proporção de Migrantes com (0 - 5) Anos (%)
100	24,2	199	157	31	56	26
101	7,2	233	128	14	60	23
102	0,3	185	159	26	52	22
103	2,3	307	175	54	57	30
104	0,2	298	212	99	64	28
105	0,2	295	211	97	65	35
106	1,5	396	220	98	60	19
107	0,6	305	199	76	54	21
108	6,0	63	159	3	48	31
109	3,2	160	177	50	56	27
110	0,9	375	220	94	54	15
111	0,2	141	177	50	56	25
112	0,3	232	160	28	58	21
113	1,2	104	88	3	59	27
114	0,1	304	139	13	68	31
200	36,9	92	111	2	52	26
201	26,6	83	116	2	49	26
202	3,9	69	91	5	60	25
203	3,4	151	99	2	60	25
204	1,4	181	108	4	58	20
205	1,5	73	88	1	55	25
206	0,1	107	91	2	51	55
300	2,8	108	71	1	64	21
301	0,9	120	71	1	66	19
302	0,8	113	59	1	72	22
303	1,1	95	79	3	58	22
400	36,1	42	52	—	61	31
401	13,2	43	65	—	56	34
402	5,7	45	39	—	61	28
403	2,2	53	56	—	63	24
404	3,0	41	43	—	72	32
405	12,0	37	44	—	63	30
Total das Ocupações Pesquisadas	100,0	100	100	8	57	27

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

TABELA Nº 8

"BRASIL-URBANO" – 1970

ESTRUTURA DAS OCUPAÇÕES – CONCEITO: EMPREGADOS ASSALARIADOS

OCUPAÇÕES	Número de Trabalhadores (%)	Rendimento Médio (Índice)	Anos de Estudo (Índice)	Trabalhadores com Ensino Superior (%)	Trabalhadores Migrantes (%)	Proporção de Migrantes com (0 - 5) Anos (%)
100	17,0	243	157	25	58	26
101	8,7	256	135	12	61	24
102	0,2	255	174	19	52	25
103	2,2	331	186	51	59	33
104	0,2	345	230	99	61	30
105	0,1	358	229	97	69	43
106	0,4	426	241	98	62	24
107	0,6	334	216	75	54	24
108	1,3	63	170	3	44	31
109	1,4	152	186	40	56	30
110	0,3	402	238	90	54	16
111	0,1	147	190	48	57	31
112	0,4	253	174	27	58	23
113	1,0	107	96	2	57	29
114	0,1	360	154	13	68	32
200	39,6	94	119	1	51	29
201	29,5	85	123	1	49	29
202	3,3	69	94	3	61	29
203	4,1	157	109	2	59	26
204	1,4	185	122	4	55	23
205	1,1	72	93	—	54	26
206	0,2	114	99	2	51	55
300	3,0	122	75	1	67	22
301	1,4	129	77	1	66	19
302	0,8	114	61	—	74	23
303	0,8	119	88	2	62	26
400	40,4	43	59	—	61	34
401	19,6	46	72	—	55	34
402	2,1	42	52	—	57	35
403	1,5	49	64	—	62	29
404	4,0	44	46	—	73	33
405	13,2	39	46	—	66	34
Total das Ocupações Pesquisadas	100,0	100	100	5	57	30

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 9

"BRASIL-URBANO" – 1970

ESTRUTURA DAS OCUPAÇÕES – CONCEITO: TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

OCUPAÇÕES	Número de Trabalhadores (%)	Rendimento Médio (Índice)	Anos de Estudo (Índice)	Trabalhadores com Ensino Superior (%)	Trabalhadores Migrantes (%)	Proporção de Migrantes com (0 - 5) Anos (%)
100	22,4	223	212	58	57	19
101	—	—	—	—	—	—
102	—	195	254	50	—	—
103	2,4	310	236	69	57	18
104	0,1	227	254	97	68	12
105	0,1	275	257	98	64	34
106	6,0	330	264	97	61	17
107	0,7	290	248	76	56	15
108	1,6	37	164	2	46	21
109	2,4	76	167	17	53	19
110	4,3	313	279	99	53	13
111	—	—	—	—	—	—
112	0,2	201	198	36	66	12
113	4,6	89	103	3	63	25
114	—	141	120	7	61	32
200	17,5	143	131	3	61	18
201	4,0	156	177	2	50	17
202	1,2	94	110	5	64	16
203	7,6	134	116	3	65	21
204	4,7	157	121	4	63	14
205	—	176	130	—	41	—
206	—	—	—	—	—	—
300	1,8	108	75	1	69	17
301	0,1	78	77	—	60	13
302	1,7	110	75	1	70	18
303	—	52	59	—	66	13
400	58,3	40	49	—	63	24
401	2,5	47	62	—	63	21
402	43,0	37	44	—	63	25
403	12,1	46	66	—	64	20
404	0,2	43	49	—	72	20
405	0,5	31	41	—	62	25
Total das Ocupações Pesquisadas	100,0	100	100	14	61	22

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS TRABALHADORES DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

No ítem anterior foram estabelecidas as características estruturais globais das ocupações em questão. Agora é o momento de se iniciar o estudo de seu comportamento regional.

Irã se começar pela análise da distribuição regional dos trabalhadores contemplados na "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA", ou seja daqueles que trabalham nos municípios que, em 1970, possuíam população igual ou superior a 50 mil habitantes, tal como se apresenta na Tabela nº 10.

Esta tabela refere-se ao conceito "PEA total", isto é, abrange o conjunto dos trabalhadores, sem distinguir suas situações empregatícias. O estudo do comportamento regional das diferentes situações empregatícias será realizado no próximo ítem.

No universo aqui examinado, o traço distintivo reside na elevada concentração dos trabalhadores nas Metrôpoles consideradas neste estudo (Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Belém e Brasília). Tal concentração atinge a 74% do conjunto dos trabalhadores em questão, destacando-se as Metrôpoles do Centro-Sul, em especial a Grande São Paulo (27%) e a Grande Rio de Janeiro (23%).

Caso se considere apenas as Capitais das Metrôpoles, ou seja, não se inclua os demais municípios que integram a Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre e Grande Recife, o índice de concentração é de 62%.

Por outro lado, agregando-se às Capitais das Metrôpoles as Cidades Grandes e as Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro atinge-se a expressiva cifra de 83% dos trabalhadores contemplados na referida tabulação especial.

Outras observações mais detalhadas poderiam ser feitas a respeito dos trabalhadores que compõem este segmento mais urbano das ocupações pesquisadas. Contudo, em vez de se prosseguir na análise deste segmento em si, parece ser mais relevante situá-lo no universo global do conjunto dos trabalhadores. Ou seja, inseri-lo na PEA Urbana Global, que abrange o conjunto dos municípios brasileiros, tal como é feito na Tabela nº 11. Para sua elaboração, os dados da Tabela nº 10 foram ponderados pelos índices de cobertura da "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA", obtidos da Tabela nº 5.

Com isto, torna-se possível confrontar os índices de concentração regional das ocupações pesquisadas com os índices apresentados pelo conjunto dos trabalhadores que compõem a PEA Urbana, e que foram obtidos a partir da publicação "Indicadores Sociais para Áreas Urbanas", editada pelo IBGE em 1977.

De imediato tem-se que, em seu conjunto, 67% dos trabalhadores das ocupações pesquisadas trabalhavam em municípios que, em 1970, possuíam uma população igual ou superior a 50 mil habitantes. Para o conjunto dos trabalhadores urbanos (PEA Urbana) o índice equivalente é de 63%. Assim, verifica-se uma maior concentração relativa por parte das ocupações pesquisadas, nas cidades grandes e médias.

Apenas três ocupações apresentam índices inferiores aos da PEA Urbana. São elas: 108 - Professores de 1º Grau (40%), 110 - Advogados, Afins

e Funções Auxiliares (41%) e 401 — Trabalhadores do Comércio Estabelecido (62%).

Por outro lado, constata-se também que aquele comportamento decorre, fundamentalmente, da performance apresentada pelo agregado Capitais das Metrôpoles. De fato, aqui também o grau de concentração das ocupações pesquisadas é superior ao verificado na PEA Urbana (42% contra 36%). E mais, além das ocupações acima destacadas, apenas mais uma apresenta um índice de concentração inferior ao da PEA Urbana. É a 303 — outras Ocupações de Supervisão.

Assim se revela um traço decisivo das ocupações pesquisadas: o seu caráter metropolitano, universo onde sua presença é marcante e se destaca do conjunto dos trabalhadores urbanos.

A seguir irá se examinar o que ocorre no âmbito do agregado Total das Metrôpoles que, além das Capitais das Metrôpoles, engloba os demais municípios que compõem as quatro regiões metropolitanas consideradas neste estudo.

No agregado Total das Metrôpoles encontram-se 50% dos trabalhadores pesquisados. Porém, embora este grau de concentração supere os 47% apresentados pela PEA Urbana, nota-se uma menor diferença, como resultado da agregação dos referidos municípios.

Por outro lado, neste novo nível de agregação outras ocupações, além das anteriormente mencionadas, passam a apresentar índices inferiores aos da PEA Urbana. São elas: 105 — Agrônomos e Afins, 206 — Atletas Profissionais e Afins, 402 — Vendedores Ambulantes e 403 — Trabalhadores de Higiene Pessoal.

Assim, deduz-se que nos municípios agregados estas ocupações revelam uma presença relativa significativamente inferior àquela verificada nas Capitais das Metrôpoles.

O agregado Metrôpoles do Centro-Sul (Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre e Curitiba) englobam 38% dos trabalhadores das ocupações pesquisadas, contra 37% da PEA Urbana. Em relação à performance verificada no agregado Total das Metrôpoles, a única novidade é o surgimento de mais uma ocupação (ligeiramente) menos concentrada que a PEA Urbana. É a 109 — Demais Professores e Funções Auxiliares.

No interior deste agregado merece destaque a Grande São Paulo — onde as ocupações pesquisadas apresentam um grau de concentração idêntico ao da PEA Urbana (18%) —, e a Grande Rio de Janeiro — com uma concentração relativa ligeiramente maior nas ocupações em questão (15% contra 14% da PEA Urbana).

Chama a atenção que em sete ocupações a concentração na Grande São Paulo é inferior à PEA Urbana, enquanto na Grande Rio de Janeiro é superior. Ou seja, nestas ocupações a presença relativa de trabalhadores é expressivamente maior na Grande Rio de Janeiro, vis a vis a Grande São Paulo. São elas: 106 — Médicos e Dentistas, 109 — Demais Professores e Funções Auxiliares, 114 — Ocupações dos Transportes, 205 — Agentes dos Transportes e das Comunicações, 401 — Trabalhadores do Comércio Estabelecido, 404 — Cozinheiros e Garçons e 405 — Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas.

Cabe frisar que a situação inversa só ocorre na ocupação 301 — Mestres e Contramestres (exclusive de Obras).

Como já foi visto anteriormente, um importante agregado é dado pela junção das Metrôpoles com as Cidades Grandes e as Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro. Em conjunto, aí estão concentrados 56% dos trabalhadores pesquisados contra 51% da PEA Urbana. Como se verifica, esta maior concentração é explicada pela performance, já examinada, do agregado Capitais das Metrôpoles.

Examinando-se, em conjunto, os demais critérios de regionalização não englobados no âmbito metropolitano, nota-se que é maior a frequência de ocupações do Grupo 100 — Técnicos, Administrativos e Profissionais que apresentam uma concentração inferior à PEA Urbana. Ou seja, em geral tais ocupações são relativamente pouco numerosas fora das Metrôpoles. Por outro lado, o comportamento dos demais grupos de ocupações não difere muito daquele verificado para o conjunto das ocupações pesquisadas, isto é, seus índices de concentração são iguais ou bastante próximos aos da PEA Urbana.

TABELA Nº 10

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA "PEA AMOSTRA URBANA" EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrópoles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
100	100	73	56	26	22	8	10
101	100	78	62	32	22	8	10
102	100	87	70	34	28	6	9
103	100	82	67	34	24	8	9
104	100	82	64	31	26	7	14
105	100	64	41	16	14	11	17
106	100	74	56	22	26	8	11
107	100	82	67	28	29	10	10
108	100	63	44	17	20	7	12
109	100	69	51	22	20	9	11
110	100	78	64	27	29	8	8
111	100	76	58	22	28	8	12
112	100	85	68	28	33	7	9
113	100	74	60	28	24	8	9
114	100	85	72	16	49	7	10
200	100	77	61	31	23	7	10
201	100	77	62	31	24	7	10
202	100	74	56	25	24	7	12
203	100	75	62	35	19	8	7
204	100	81	68	39	21	8	8
205	100	73	57	21	30	6	10
206	100	61	42	14	18	10	15
300	100	72	57	33	18	6	11
301	100	74	67	49	13	5	5
302	100	76	58	28	23	7	12
303	100	68	48	22	19	7	16
400	100	72	54	25	23	6	12
401	100	69	53	23	23	7	11
402	100	69	45	26	15	4	20
403	100	72	57	28	22	7	10
404	100	74	60	25	29	6	9
405	100	76	58	25	27	6	12
TOTAL	100	74	57	27	23	7	11

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 10

1970 - CONCEITO: PEA TOTAL

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA "PEA AMOSTRA URBANA" EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	64	14	4	6	3	6	3
101	69	13	4	5	2	5	2
102	78	13	2	2	1	3	1
103	73	14	3	3	2	3	2
104	75	11	3	3	1	4	3
105	60	14	4	7	3	8	4
106	68	12	4	4	4	5	3
107	75	9	2	4	1	6	3
108	51	17	6	8	5	9	4
109	62	12	6	7	3	7	3
110	71	12	3	4	3	4	3
111	68	13	3	3	2	8	3
112	79	9	1	2	2	4	3
113	64	12	4	7	2	7	4
114	75	11	4	2	1	2	5
200	65	15	5	5	2	5	3
201	66	15	4	5	2	5	3
202	62	16	5	5	2	7	3
203	66	13	5	7	3	4	2
204	72	14	4	4	2	2	2
205	61	16	5	5	4	6	3
206	54	12	2	12	3	12	5
300	55	20	6	7	3	6	3
301	54	24	9	8	2	2	1
302	61	18	5	4	3	6	3
303	53	18	5	7	3	10	4
400	57	17	6	6	3	8	3
401	54	18	6	7	4	8	3
402	56	14	5	4	3	14	4
403	60	16	5	6	3	7	3
404	59	18	5	6	3	6	3
405	60	17	5	6	3	7	2
TOTAL	62	16	5	5	3	6	3

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 11

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA "PEA AMOSTRA URBANA" EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(PEA GLOBAL = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrópoles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
100	61	45	34	16	13	5	6
101	79	62	49	25	17	6	8
102	85	74	60	31	24	5	8
103	83	68	56	28	20	7	7
104	75	62	48	23	20	5	11
105	63	40	26	10	9	7	11
106	75	56	42	17	20	6	8
107	87	71	58	24	25	9	9
108	40	25	18	7	8	3	5
109	70	48	36	15	14	6	8
110	41	32	26	11	12	3	3
111	82	62	48	18	23	7	10
112	92	78	63	26	30	6	8
113	66	49	40	18	16	5	6
114	80	68	58	13	39	6	8
200	74	57	45	23	17	5	7
201	73	56	45	23	18	5	7
202	72	53	40	18	17	5	9
203	83	62	51	29	16	7	6
204	84	68	57	33	18	7	7
205	76	55	43	16	23	5	8
206	69	42	29	10	12	7	10
300	69	50	39	23	12	4	8
301	72	53	48	35	9	4	4
302	73	55	42	20	17	5	9
303	64	44	31	14	12	4	10
400	65	47	35	16	15	4	8
401	62	43	33	14	14	4	7
402	65	45	29	17	10	3	13
403	63	45	36	18	14	4	6
404	65	48	39	16	19	4	6
405	69	52	40	17	19	4	8
TOTAL	67	50	38	18	15	5	7
PEA Urbana	63	47	37	18	14	4	7

FONTE: Tabelas nº 5 e nº 10

TABELA Nº 11

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA "PEA AMOSTRA URBANA" EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(PEA GLOBAL = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	39	9	2	4	2	4	2
101	55	10	3	4	2	4	2
102	66	11	2	2	1	3	1
103	61	12	2	2	2	2	2
104	56	8	2	2	1	3	2
105	38	9	3	4	2	5	3
106	51	9	3	3	3	4	2
107	65	8	2	3	1	5	3
108	20	7	2	3	2	4	2
109	43	8	4	5	2	5	2
110	29	5	1	2	1	2	1
111	56	11	2	2	2	7	2
112	73	8	1	2	2	4	3
113	42	8	3	5	1	5	3
114	60	9	3	2	1	2	4
200	48	11	4	4	1	4	2
201	48	11	3	4	1	4	2
202	45	12	4	4	1	5	2
203	55	11	4	6	2	3	2
204	60	12	3	3	2	2	2
205	46	12	4	4	3	5	2
206	37	8	1	8	2	8	3
300	38	14	4	5	2	4	2
301	39	17	6	6	1	1	1
302	45	13	4	3	2	4	2
303	34	12	3	4	2	6	3
400	37	11	4	4	2	5	2
401	33	11	4	4	2	5	2
402	36	9	3	3	2	9	3
403	38	10	3	4	2	4	2
404	38	12	3	4	2	4	2
405	41	12	3	4	2	5	1
TOTAL	42	11	3	3	2	4	2
PEA Urbana	36	11	4	4	2	5	2

FONTE: Tabelas nº 5 e nº 10

3.4 - ESTRUTURA REGIONAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

Em seguida irá se examinar o que ocorre de específico nas diferentes situações empregatícias em que se encontram os trabalhadores das ocupações pesquisadas, nos diversos níveis de agregação regional.

Para tanto irá se valer da Tabela nº 12. Essa tabela se baseia na "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA" e revela a participação dos Empregados Assalariados Privados e dos Trabalhadores por Conta Própria na PEA Total, em termos regionais e para cada uma das ocupações pesquisadas. Como já foi mencionado no item 3.1, a diferença que existe entre estas situações empregatícias e o conceito PEA Total pode ser tomada como indicadora da magnitude da presença do Emprego Público.

Isto posto irá se examinar o que ocorre em cada uma das ocupações pesquisadas - agregadas segundo determinados critérios -, verificando-se que padrão estrutural elas apresentam em termos do agregado Total Brasil Urbano (ou seja, no conjunto dos municípios que, em 1970, possuíam uma população igual ou superior a 50 mil habitantes), bem como quais as variações regionais em relação a esse padrão inicial.

No sentido de se evitar as enfadonhas repetições sobre as características comuns ou presentes em grande número de ocupações, irá se adiantar algumas observações de caráter mais geral. Assim, quando do exame do comportamento de cada ocupação tomada individualmente, só serão mencionados os aspectos divergentes ou não contemplados nessas observações mais genéricas.

Assim, buscando uma caracterização mais global, a primeira constatação refere-se ao fato de que se conformam, nitidamente, dois universos regionais: um metropolitano e outro não metropolitano.

Um padrão metropolitano é dado pela performance apresentada pelo agregado Capitais das Metrôpoles, e que se reproduz no agregado Total das Metrôpoles.

Por outro lado, este padrão metropolitano conforma, sistematicamente, o perfil estrutural do agregado Total Brasil Urbano.

Como se verá na análise a seguir, alguns agregados metropolitanos apresentam um comportamento divergente em relação a este padrão metropolitano. Nos comentários individuais irá se buscar captar essas distinções.

Ainda no âmbito metropolitano, nota-se um outro fenômeno recorrente. O mesmo diz respeito ao fato de que o agregado Grande São Paulo apresenta uma participação de Empregados Assalariados Privados, frequentemente superior aos outros agregados, e ao próprio padrão do agregado Total Brasil Urbano. E, em geral, isso se dá às custas de uma menor presença de funcionários públicos.

No conjunto dos agregados não metropolitanos alguns comportamentos também se repetem com razoável frequência.

Os agregados Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, geralmente apresentam uma estrutu

ra muito próxima ao padrão metropolitano.

Nos demais agregados não metropolitanos, uma distinção em relação ao padrão metropolitano que se repete com freqüência diz respeito à menor presença relativa de Empregados Assalariados Privados. Normalmente, a esta redução corresponde uma maior participação do Emprego Público, e esse comportamento será tomado como o caso geral. Porém, em alguns casos o que se nota é a expansão dos Trabalhadores por Conta Própria, em especial, naquelas ocupações em que esta situação empregatícia é a predominante. Nesses casos, a distinção será apontada na análise individual.

Uma última observação de caráter mais geral, aponta para o fato de que, no conjunto das ocupações em que predominam os Funcionários Públicos, as inversões regionais do padrão inicialmente estabelecido para o agregado Total Brasil Urbano são mais comuns do que quando predominam os Empregados Assalariados Privados.

A análise individualizada irá se iniciar pelo segmento mais numeroso de ocupações em que predominam os Empregados Assalariados Privados, sempre tomando-se como ponto de partida o agregado Total Brasil Urbano. Tal ponto de partida, a seguir será denominado Padrão Global que, como já foi apontado, é conformado pelo padrão metropolitano.

Dessas ocupações, três se destacam por apresentarem uma proporção de Empregados Assalariados Privados igual ou superior a 95%, sendo irrelevante a participação das demais situações. São elas: 206 - Atletas Profissionais e Afins, 301 - Mestres e Contramestres (exclusive de Obras) e 401

- Trabalhadores do Comércio Estabelecido.

Nas ocupações 206 - Atletas Profissionais e Afins e 401 - Trabalhadores do Comércio Estabelecido, o traço comum é a reprodução do Padrão Global em todos os critérios de regionalização. O único destaque refere-se ao fato de que na primeira dessas ocupações, os Empregados Assalariados Privados são exclusivos.

Na ocupação 301 - Mestres e Contramestres (exclusive de Obras) se reflete aquele comportamento típico, cujos contornos foram apontados nas observações gerais.

Outro segmento é composto pelas ocupações em que é estatisticamente nula a presença de Trabalhadores por Conta Própria. Assim, o complemento aos Empregados Assalariados Privados é dado exclusivamente pelos Funcionários Públicos. Tais Ocupações são: 101 - Administradores de Empresas e Públicos, 102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores, 205 - Agentes dos Transportes e das Comunicações e 405 - Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas.

Na ocupação 101 - Administradores de Empresas e Públicos a proporção de Empregados Assalariados Privados se aproxima de 80%, no agregado Total Brasil Urbano. Seu comportamento regional é o típico.

Na ocupação 102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores a proporção de Empregados Assalariados Privados no padrão global se aproxima de 55%. Nessa ocupação a distinção fica por conta dos agregados Demais Metrôpoles do Centro-Sul, Metrôpoles do Centro-Sul, Metrôpoles do Norte-Nordeste, Cidades Grandes e Médias do Sul, Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais

e Espírito Santo, Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste. Em todos eles ocorre uma drástica queda na proporção de Empregados Assalariados Privados, com o predomínio passando ao Emprego Público.

Na ocupação 205 - Agentes dos Transportes e das Comunicações a proporção de Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano é pouco superior a 50%. Seu comportamento em termos regionais é idêntico ao que acabou de se observar na ocupação 102 - Bibliotecários, Museólogos e Programadores.

Finalmente, na ocupação 405 - Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas a participação de Empregados Assalariados Privados é algo superior a 70%, no padrão global. Seu comportamento a nível regional é o típico.

Existe um outro grupo de ocupações cuja estrutura de vínculos empregatícios é muito próxima deste que se acabou de examinar. Tal grupo apresenta em comum uma participação de Trabalhadores por Conta Própria muito baixa (entre 1% e 5% no padrão global). Dessa forma, os Funcionários Públicos continuam a ser o complemento mais importante aos Empregados Assalariados Privados.

Tais ocupações são: 104 - Químicos, Físicos e Afins, 112 - Escritores, Jornalistas e Afins, 114 - Ocupações dos Transportes, 201 - Funções Burocráticas ou de Escritório, 202 - Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas e 404 - Cozinheiros e Garçons.

Na ocupação 104 - Químicos, Físicos e Afins, verifica-se no padrão global uma participação de Empregados Assalariados Privados da ordem de 65%.

Uma redução na presença dos Empregados Assalariados Privados, com a decorrente expansão dos Funcionários Públicos (mas sem a perda do predomínio pelos primeiros) ocorre nos agregados Demais Metrôpoles do Centro-Sul, Metrôpoles do Norte-Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Sul.

Já nos agregados Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo, Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste a redução na presença dos Empregados Assalariados Privados leva a que os Funcionários Públicos passem a predominar.

Chama a atenção a maior presença de Trabalhadores por Conta Própria (superando os 25%) no agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, praticamente se igualando aos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 112 - Escritores, Jornalistas e Afins a participação dos Empregados Assalariados Privados no padrão global supera os 80%. Como traço comum tem-se a reprodução desse padrão global em todos os agregados regionais. Inclusive chama a atenção, o fato de que no agregado Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo, a presença de Empregados Assalariados Privados é superior àquela verificada na Grande São Paulo.

Na ocupação 114 - Ocupações dos Transportes a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano supera os 75%.

Embora com uma menor presença de Empregados Assalariados Privados em vários agregados, e a complementar expansão do Emprego Público, este padrão global se mantém em termos regionais. Porém, chama a atenção a simultânea expansão dos Trabalhadores por Conta Própria nos agregados Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste.

Na Ocupação 201 — Funções Burocráticas ou de Escritório a participação de Empregados Assalariados Privados supera os 70% no padrão global. Tal padrão se mantém em praticamente todos os agregados, alguns deles até mesmo com uma maior participação de Empregados Assalariados Privados e a correspondente retração dos Funcionários Públicos. Os únicos agregados em que é significativa a redução na presença dos Empregados Assalariados Privados, são as Cidades Grandes do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste. Neles, embora se expanda a participação dos Funcionários Públicos, o predomínio continua com os Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 202 — Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas a participação dos Empregados Assalariados Privados é de 55% no agregado Total Brasil Urbano.

Ainda no âmbito metropolitano e alterando o padrão global, em dois agregados o predomínio passa aos Funcionários Públicos, como decorrência da menor participação dos Empregados Assalariados Privados. É o que ocorre na Grande Rio de Janeiro e nas Metrôpoles do Norte-Nordeste.

Idêntica performance se manifesta no agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste. No agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oes-

te, embora também apresentem-se em menor proporção, os Empregados Assalariados Privados continuam majoritários.

Chama a atenção o fato de que, nos demais agregados não metropolitanos a participação dos Empregados Assalariados Privados seja superior ao padrão global, com a correspondente retração no Emprego Público.

Por fim, na ocupação 404 – Cozinheiros e Garçons a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima dos 90%. Nesta ocupação a característica reside na reprodução deste padrão em todos os agregados regionais.

O último grupo de Ocupações, daquelas em que predominam os Empregados Assalariados Privados e que o principal complemento são os Funcionários Públicos, é composto pelas ocupações 103 – Engenheiros e Afins e 107 – Economistas, Matemáticos e Afins. A única diferença estrutural que elas apresentam em relação às ocupações anteriormente examinadas, reside na ligeiramente maior presença de Trabalhadores por Conta Própria. Em ambas, tal participação se situa na faixa dos 10% no agregado Total Brasil Urbano.

Na ocupação 103 – Engenheiros e Afins a participação dos Empregados Assalariados Privados supera os 60% no padrão global.

Contudo, este padrão não se reproduz em dois agregados do âmbito metropolitano. No agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul manifesta-se uma retração na presença dos Empregados Assalariados Privados, com a correspondente expansão do Emprego Público. Embora em menor escala, também se verifica, simultaneamente, uma maior proporção de Trabalhadores por Conta Própria. Já no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste, tem-se unicamente a retração

nos Empregados Assalariados Privados e a decorrente expansão do Emprego Público. Em ambos os agregados, os Empregados Assalariados Privados continuam majoritários.

Nos agregados Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, praticamente se reproduz o padrão metropolitano. A única diferença reside na ligeira queda da participação dos Trabalhadores por Conta Própria.

Nos demais agregados não metropolitanos verifica-se o comportamento típico. Contudo, nos agregados Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, tem-se, também, uma expansão dos Trabalhadores por Conta Própria. Por fim, o agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste é o único em que o Emprego Público passa a ser predominante.

Na ocupação 107 – Economistas, Matemáticos e Afins a participação dos Empregados Assalariados Privados é de 60% no agregado Total Brasil Urbano.

O padrão global não se reproduz em dois agregados do âmbito metropolitano. No agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul tem-se a retração dos Empregados Assalariados Privados e a correspondente expansão dos Trabalhadores por Conta Própria. O Emprego Público se mantém na mesma faixa inicial. Já nas Metrôpoles do Norte-Nordeste, verifica-se a queda da proporção dos Empregados Assalariados Privados e, em menor escala, dos Trabalhadores por Conta Própria, com a expansão do Emprego Público.

A performance do agregado Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro se aproxima daquele verificado no agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul.

Nos agregados Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Grandes e Médias do Sul o destaque fica por conta de uma maior proporção de Empregados Assalariados Privados, com a decorrente retração do Emprego Público.

Nos restantes agregados não metropolitanos o comportamento é o típico, sendo que no agregado Cidades Médias e Grandes do Norte e Centro-Oeste o Emprego Público passa a ser majoritário.

Tem-se agora um grupo de quatro ocupações em que, embora também predominem os Empregados Assalariados Privados, o principal complemento se constitui nos Trabalhadores por Conta Própria, e não mais nos Funcionários Públicos. São elas: 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares, 203 – Viajantes e Representantes Pracistas, 204 – Corretores e Compradores e 302 – Mestres de Obras.

Na ocupação 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares, a proporção de Empregados Assalariados Privados no Agregado Total Brasil Urbano é de 55%, e os Trabalhadores por Conta Própria superam os 35%.

Este padrão global é ligeiramente alterado em dois agregados do âmbito metropolitano. Nos agregados Demais Metrópoles do Centro Sul e Metrópoles do Norte-Nordeste, verifica-se uma ligeira retração na participação dos Empregados Assalariados Privados e uma expansão nos Trabalhadores por Conta Própria. O Emprego Público permanece sem alteração.

Já nos agregados Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo, Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, uma alteração de igual sentido, mas com uma queda mais acentuada na participação dos Empregados Assalariados Privados, reper-

cuta em ligeira expansão do Emprego Público.

Nos restantes agregados não metropolitanos reproduz-se o padrão global.

Na ocupação 203 - Viajantes e Representantes Pracistas a participação dos Empregados Assalariados Privados beira os 80% no agregado Total Brasil Urbano, e os Trabalhadores por Conta Própria se mantêm na faixa dos 20%.

Como se observa, é praticamente nula a presença de Funcionários Públicos. Aqui, o traço distintivo reside na reprodução deste padrão em todos os agregados regionais.

Na ocupação 204 - Corretores e Compradores a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima dos 65%, e os trabalhadores por Conta Própria superam os 30%. Aqui também é inexpressiva a presença de funcionários Públicos.

Nesta ocupação a novidade está no fato de que, pela primeira vez, a maior proporção de Empregados Assalariados Privados se encontra na Grande Rio de Janeiro, com a decorrente retração na presença de Trabalhadores por Conta Própria.

Como traço comum tem-se a não reprodução do padrão global nos agregados não metropolitanos, com a inversão do mesmo traduzindo-se numa maior presença de Trabalhadores por Conta Própria. A única exceção fica por conta do agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste, em que a retração dos Empregados Assalariados Privados é acompanhada por uma expansão do Em-

prego Público, com constância na participação dos Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 302 – Mestres de Obras a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano atinge 70%, e os Trabalhadores por Conta Própria superam os 20%. Mais uma vez se verifica na Grande Rio de Janeiro a maior presença de Empregados Assalariados Privados, com a correspondente retração nos Trabalhos por Conta Própria. Porém, no agregado Grande São Paulo verifica-se uma expansão na participação dos Trabalhadores por Conta Própria, às custas do Emprego Público.

Nos agregados Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, a única diferença em relação ao padrão global reside na pequena redução da participação dos Empregados Assalariados Privados e na decorrente expansão dos Trabalhos por Conta Própria.

Nos demais agregados não metropolitanos o comportamento é o típico.

Agora irá se examinar um outro segmento de ocupações, que se caracteriza pelo fato de que os Funcionários Públicos são predominantes.

Deste conjunto de ocupações se destaca a 106 – Médicos e Dentistas, cujo complemento mais importante são os Trabalhadores por Conta Própria. No agregado Total Brasil Urbano a participação dos Empregados Assalariados Privados atingem 15%, e os Trabalhadores por Conta Própria se aproximam dos 40%.

Embora com uma proporção ligeiramente inferior de Trabalhadores por Conta Própria, este padrão global também se verifica nos agregados Capitais das Metrôpoles e Total das Metrôpoles.

No agregado Grande São Paulo ocorre uma expansão na participação dos empregados Assalariados Privados, e uma expansão ainda maior nos Trabalhadores por Conta Própria, com a decorrente retração do Emprego Público, que perde seu predomínio. Embora sem ocorrer uma expansão dos Empregados Assalariados Privados, também no agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul os Trabalhadores por Conta Própria passam a ser predominantes.

Nos agregados Grande Rio de Janeiro e Metrôpoles do Norte - Nordeste manifesta-se uma expansão na participação do Emprego Público, às custas dos Trabalhadores por Conta Própria.

Uma alteração do padrão global que caminha nesse mesmo sentido, é a que se manifesta no agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste. Contudo, ali a expansão do Emprego Público se dá também como decorrência da retração na participação dos Empregados Assalariados Privados.

Nos demais agregados não metropolitanos o traço distintivo é a total inversão do padrão global, com a expressiva expansão da participação dos trabalhadores por Conta Própria, que passam a ser predominantemente às custas do Emprego Público.

Nas demais ocupações em que os Funcionários Públicos são predominantes, o complemento fundamental são os Empregados Assalariados Privados. São elas: 105 - Agrônomos e Afins, 108 - Professores do 1º Grau, 109 - Demais Professores e Funções Auxiliares, 111 - Assistentes e Agentes Sociais e 303 - Outras Ocupações de Supervisão.

Na ocupação 105 - Agrônomos e Afins a participação de Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano atinge 20%, e os Tra-

balhadores por Conta Própria se aproxima dos 10%. Na Grande São Paulo verifica-se uma maior participação de Trabalhadores por Conta Própria, e uma presença maior ainda de Empregados Assalariados privados, com retração no Emprego Público que, contudo, continua sendo predominante.

No agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste tem-se uma maior presença de funcionários Públicos devido, fundamentalmente, à menor proporção de Trabalhadores por Conta Própria.

O agregado Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro revela o mesmo padrão inicialmente estabelecido. Porém, nos demais agregados não metropolitanos a situação é bastante diversa.

No agregado Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro tem-se a expansão da participação do Emprego Público às custas dos Empregados Assalariados Privados. Ocorre também uma ligeira expansão nos Trabalhadores por Conta Própria.

No agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste ocorre uma forte expansão na participação dos Funcionários Públicos, com os Empregados Assalariados Privados caindo para a metade da participação inicial e não se verificando estatisticamente a presença de Trabalhadores por Conta Própria.

Nos agregados Cidades Grandes e Médias do Sul e Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo, praticamente se mantém inalterada a participação dos Empregados Assalariados Privados. Por outro lado, expandem-se os Trabalhadores por Conta Própria, às custas do Emprego Público.

Por fim, no agregado Cidades Grandes e Médias no Norte e Centro-Oeste tem-se a expansão dos Trabalhadores por Conta Própria e a redução na participação dos Empregados Assalariados Privados, praticamente se mantendo inalterada a presença inicial de Funcionários Públicos.

Na ocupação 108 — Professores de 1º Grau a participação de Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima dos 15%, e a presença de Trabalhadores por Conta Própria é inferior a 5%.

No âmbito metropolitano dois agregados apresentam variações em relação ao padrão global. No agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul verifica-se uma maior presença dos Funcionários Públicos, retraindo-se tanto os Empregados Assalariados Privados como os Trabalhadores por Conta Própria. Já no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste a situação é exatamente a inversa. Como resultado da expansão dos outros dois itens componentes, o Emprego Público se retrai. Cabe ressaltar que, pela primeira vez até aqui, este agregado apresenta índices relativos à participação dos Empregados Assalariados Privados superiores aos verificados na Grande São Paulo.

No âmbito não metropolitano dois agregados apresentam uma estrutura bastante próxima ao padrão global. São as Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e as Cidades Grandes e Médias do Nordeste. Nos demais, o traço distintivo é a expansão do Emprego Público, com menor presença de Empregados Assalariados Privados e de Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 109 — Demais Professores e Funções Auxiliares a participação de Empregados Assalariados Privados no Total Brasil Urbano se aproxima dos 30%, e os Trabalhadores por Conta Própria apresentam índices inferiores a 10%. Desta vez, os maiores índices relativos à participação dos

Por fim, no agregado Cidades Grandes e Médias no Norte e Centro-Oeste tem-se a expansão dos Trabalhadores por Conta Própria e a redução na participação dos Empregados Assalariados Privados, praticamente se mantendo inalterada a presença inicial de Funcionários Públicos.

Na ocupação 108 – Professores de 1º Grau a participação de Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima dos 15%, e a presença de Trabalhadores por Conta Própria é inferior a 5%.

No âmbito metropolitano dois agregados apresentam variações em relação ao padrão global. No agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul verifica-se uma maior presença dos Funcionários Públicos, retraindo-se tanto os Empregados Assalariados Privados como os Trabalhadores por Conta Própria. Já no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste a situação é exatamente a inversa. Como resultado da expansão dos outros dois itens componentes, o Empregado Público se retrai. Cabe ressaltar que, pela primeira vez até aqui, este agregado apresenta índices relativos à participação dos Empregados Assalariados Privados superiores aos verificados na Grande São Paulo.

No âmbito não metropolitano dois agregados apresentam uma estrutura bastante próxima ao padrão global. São as Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e as Cidades Grandes e Médias do Nordeste. Nos demais, o traço distintivo é a expansão do Emprego Público, com menor presença de Empregados Assalariados Privados e de Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares a participação de Empregados Assalariados Privados no Total Brasil Urbano se aproxima dos 30%, e os Trabalhadores por Conta Própria apresentam índices inferiores a 10%. Desta vez, os maiores índices relativos à participação dos

Empregados Assalariados Privados estão na Grande Rio de Janeiro, embora também sejam elevados os da Grande São Paulo. Em ambos os agregados ocorre uma retração na presença de Funcionários Públicos.

Ainda no âmbito metropolitano merece atenção a expansão do Emprego Público no agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul, devido à menor participação dos Empregados Assalariados Privados e dos Trabalhadores por Conta Própria.

Nos agregados não metropolitanos, dois apresentam uma estrutura bastante próxima ao padrão inicialmente estabelecido. São as Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo. Nos demais, verifica-se uma maior participação dos Funcionários Públicos, às custas dos Empregados Assalariados Privados e dos Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 111 - Assistentes e Agentes Sociais a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano atinge os 45%, e não se verifica estatisticamente a presença de Trabalhadores por Conta Própria.

No âmbito metropolitano o destaque fica com a Grande São Paulo, onde a participação dos Empregados Assalariados Privados supera a presença de Funcionários Públicos.

Fenômeno idêntico se verifica, fora do âmbito metropolitano, nos agregados Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo. Nos demais, repete-se o padrão glo-

bal, embora com uma presença de Funcionários Públicos ligeiramente superior.

Por fim, na ocupação 303 – Outras Ocupações de Supervisão a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima dos 50%, e não se verifica estatisticamente a presença de Trabalhadores por Conta Própria. Novamente, no agregado Grande São Paulo a participação de Empregados Assalariados Privados passa a superar, largamente, a presença do Emprego Público.

Fora do âmbito metropolitano em dois agregados também se verifica uma superioridade na participação dos Empregados Assalariados Privados. São as Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos demais, o comportamento é o típico.

Um último segmento de ocupações é aquele em que predominam os Trabalhadores por Conta Própria. São as ocupações 110 – Advogados, Afins e funções Auxiliares, 402 – Vendedores Ambulantes e 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal.

Na ocupação 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano é de 25%, e os Trabalhadores por Conta Própria se aproximam dos 50%.

No âmbito metropolitano merece atenção a retração da participação dos Trabalhadores por Conta Própria, com a correspondente expansão do Emprego Público, no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste.

Nos agregados não metropolitanos dois manifestam uma estrutura bastante próxima ao padrão global. São as Cidades Grandes de São Paulo e Rio de

Janeiro e Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em dois outros, o traço distintivo é a maior participação dos Trabalhadores por Conta Própria, às custas dos Empregados Assalariados Privados e com a relativa constância do Emprego Público. São as Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Grandes e Médias do Sul.

Por fim, nos dois últimos agregados não metropolitanos o traço característico é a expansão do Emprego Público. No agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste esta expansão é menor, uma vez que se mantém a participação dos Trabalhadores por Conta Própria. Já no agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste este componente também se retrai.

Na ocupação 402 — Vendedores Ambulantes, a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano é de 25%, e os Trabalhadores por Conta Própria se aproximam dos 75%, sendo insignificante a presença do Emprego Público.

Em termos globais esta estrutura se manifesta em todos os agregados, com pequenas variações que não afetam a larga superioridade dos Trabalhadores por Conta Própria. A única menção refere-se ao fato de que a presença de Empregados Assalariados Privados se verifica nas Metrôpoles do Norte-Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Nordeste.

Finalmente, na ocupação 403 — Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal a participação dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano se aproxima de 45%, e os Trabalhadores por Conta Própria dos 50%. Assim, é irrelevante a presença do Emprego Público.

No âmbito metropolitano, chama a atenção o fato de que na Grande Rio de Janeiro se verifica uma maior presença de Empregados Assalariados Privados, que inclusive superam os Trabalhadores por Conta Própria.

Já nos agregados Demais Metrôpoles do Centro-Sul e Metrôpoles do Norte-Nordeste se manifesta uma acentuação no predomínio dos Trabalhadores por Conta Própria.

Igual fenômeno se verifica em todos os agregados não metropolitanos, à exceção do agregado Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro que acompanha o padrão global.

TABELA Nº 12

1970

ESTRUTURA REGIONAL DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Continua)

Localização	Total Brasil-Urbano		Total das Metrôpoles		Metrôpoles do Centro-Sul		Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Demais Metrôpoles do Centro-Sul		Metrôpoles do Norte-Nordeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
100	46	9	50	9	53	10	61	10	48	9	44	10	40	8
101	79	—	80	—	84	—	90	—	78	—	78	—	70	—
102	53	—	57	—	64	—	76	—	53	—	37	—	25	—
103	62	11	65	11	69	11	78	11	61	10	52	15	46	11
104	63	5	66	6	70	6	77	7	64	4	55	9	52	3
105	20	8	24	8	29	10	37	14	22	9	23	6	17	2
106	15	39	16	34	17	37	19	47	15	25	15	46	14	22
107	60	11	61	11	63	11	73	12	56	9	55	17	50	8
108	14	3	16	3	17	2	18	2	17	2	11	1	20	7
109	29	7	32	8	34	9	35	12	38	7	21	5	26	7
110	25	47	26	46	27	48	28	52	27	44	21	50	23	35
111	45	—	46	—	46	—	58	—	37	—	46	—	40	—
112	82	5	82	5	84	5	89	6	79	5	85	6	84	3
113	55	37	56	38	57	37	59	37	56	35	52	42	51	43
114	76	1	77	1	79	1	95	1	72	—	85	4	67	2
200	70	5	71	4	74	5	83	5	65	4	67	6	59	4
201	72	1	74	1	76	1	86	2	67	1	69	2	62	1
202	55	3	54	3	57	3	70	3	43	3	58	4	41	3
203	78	21	78	21	79	21	80	20	78	22	73	26	78	22
204	64	33	69	30	69	30	67	32	73	25	68	31	64	34
205	51	—	57	—	62	—	74	—	57	—	41	—	40	—
206	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—
300	70	6	73	6	77	6	85	7	65	5	66	7	58	5
301	95	1	95	1	96	1	98	1	89	1	92	4	93	1
302	70	22	74	20	73	21	69	27	78	15	72	20	76	16
303	47	—	52	—	57	—	75	—	41	—	48	—	38	—
400	73	16	74	15	77	13	77	16	78	10	74	13	62	25
401	96	2	97	2	97	2	96	2	98	1	95	3	97	2
402	25	74	25	74	28	70	27	70	29	71	26	73	18	82
403	44	53	49	49	52	46	48	50	60	37	36	62	36	61
404	87	1	87	1	87	1	93	1	81	1	91	1	85	1
405	72	—	74	—	77	—	85	—	73	—	67	1	63	1
TOTAL	65	10	67	9	70	9	76	10	66	7	63	9	56	14

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados; CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 12

1970

ESTRUTURA REGIONAL DA PEA DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles		Cidades Grandes de SP e RJ		Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste		Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
100	50	9	46	8	37	8	36	9	30	9	29	8	29	11
101	80	—	82	—	80	—	80	—	71	—	60	—	59	—
102	55	—	66	—	51	—	17	—	32	—	—	—	8	—
103	64	11	69	7	61	8	52	11	42	13	39	7	35	17
104	65	5	74	5	74	3	54	—	44	7	31	6	27	26
105	23	8	23	6	8	11	19	14	24	17	9	—	11	16
106	17	34	15	45	13	54	8	63	10	57	9	29	8	61
107	60	11	67	12	54	15	66	11	49	9	45	9	43	6
108	17	3	14	2	10	1	7	1	7	1	13	5	11	3
109	32	8	30	7	20	6	16	4	35	5	20	5	18	6
110	26	47	24	47	14	62	17	59	21	49	19	31	17	49
111	46	—	45	—	58	—	38	—	64	—	34	—	39	—
112	83	5	79	3	74	—	88	4	94	—	79	3	77	3
113	57	37	55	36	55	34	57	36	44	45	48	41	44	43
114	79	1	73	—	68	5	58	—	77	—	52	10	67	12
200	71	5	74	4	74	6	70	6	68	6	51	3	56	5
201	73	1	77	2	77	2	74	2	70	2	52	1	57	2
202	52	3	65	2	68	2	62	4	63	2	41	4	48	4
203	78	21	77	22	79	19	76	23	77	21	77	21	74	25
204	69	30	60	37	38	57	50	43	48	48	53	35	54	44
205	57	—	54	—	52	—	28	—	37	—	24	—	30	—
206	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—
300	71	6	78	6	75	7	69	5	56	5	40	7	40	9
301	95	1	96	—	96	1	95	—	88	—	88	—	85	—
302	74	20	68	25	62	30	61	25	65	19	61	27	58	24
303	48	—	64	—	52	—	49	1	32	—	23	—	18	—
400	74	15	77	13	76	14	74	14	74	15	58	27	66	20
401	97	2	97	2	95	2	93	4	96	2	95	3	95	3
402	25	74	27	71	31	68	28	71	29	70	17	82	26	74
403	49	49	47	51	38	60	32	65	33	64	28	70	31	67
404	87	1	89	1	90	—	90	1	91	1	83	1	87	1
405	73	1	77	—	75	—	69	—	64	—	53	—	52	—
TOTAL	67	9	70	9	67	10	63	9	60	10	49	15	53	13

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados; CP: Trabalhadores por Conta Própria

3.5 - ANÁLISE DO RENDIMENTO MÉDIO DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

Neste ítem irá se discutir o comportamento dos rendimentos médios das ocupações pesquisadas, considerando-se tanto os aspectos regionais quanto aqueles ligados às diferentes situações empregatícias.

Este estudo terá como suporte três tabelas elaboradas a partir da "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA", que a seguir serão comentadas.

A Tabela nº 13 apresenta os índices de rendimentos médios nominais relativos para cada um dos agregados regionais, sem discriminar as situações empregatícias. Ou seja, referem-se ao conjunto dos trabalhadores em cada ocupação (conceito PEA TOTAL). Tais índices relacionam os rendimentos médios de cada ocupação com a média dos rendimentos do conjunto das ocupações pesquisadas, em cada agregado regional. Desta forma, eles indicam qual a posição que uma ocupação específica ocupa em relação às demais. Isto é, qual a sua situação relativa.

Assim, esta tabela permite não apenas hierarquizar-se as ocupações pesquisadas em função de seus rendimentos médios, em cada agregado regional; como, ao referir estes rendimentos ao seu próprio universo regional, possibilita também que se compare as posições relativas verificadas nos distintos agregados. É por esta razão que a tabela só contempla os agregados regionais comparáveis entre si em termos de rendimentos médios nominais, abandonando-se as totalizações que podem obscurecer as distinções existentes.

Julgou-se este procedimento mais esclarecedor do que se buscar uma medida qualquer de "rendimentos reais", tal como o número de salários míni-

mos regionais. E isto porque não está se pretendendo constatar as características mais óbvias, como rendimentos médios mais elevados nas Metrôpoles do que nas cidades menores, nas Metrôpoles do Centro-Sul do que nas do Norte-Nordeste, etc.. Como já foi dito, procura-se verificar a situação relativa regional de cada ocupação, apreendendo-se eventuais tendências mais gerais.

A Tabela nº 14 apenas reordena os dados da Tabela nº 13, buscando captar uma certa estratificação das ocupações pesquisadas, em termos das características aqui examinadas.

A Tabela nº 15 apresenta, para cada agregado regional, os índices do rendimento médio de cada situação empregatícia em relação ao rendimento médio do conjunto dos trabalhadores de cada ocupação (conceito PEA TOTAL). Assim sendo, nesta tabela se decompõem os dados das duas tabelas anteriores, em termos da importância que assumem as várias situações empregatícias.

Para se evitar distorções meramente estatísticas, em cada ocupação foram excluídas da análise as situações que apresentam um número excessivamente pequeno de trabalhadores. Esta seleção se baseou no item 3.4, anteriormente apresentado.

Entretanto, maiores esclarecimentos são necessários a respeito da elaboração desta tabela.

Como já foi dito repetidas vezes, a "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA" apenas individualiza os dados relativos aos Empregados Assalariados Privados e aos Trabalhadores por Conta Própria. Contudo, como já se verificou anteriormente, em várias ocupações é bastante expressiva a parti-

cipação do Emprego Público. Por isto, na discussão sobre os rendimentos médios, não se podia abstrair do funcionalismo público.

Para suprir esta lacuna tratou-se de verificar a possibilidade de, a partir da própria tabulação, se estimar o rendimento médio dos trabalhadores incluídos no Emprego Público, ainda que com uma certa imprecisão.

Considerando-se apenas os trabalhadores que declararam rendimentos no Censo Demográfico, a diferença entre os trabalhadores incluídos no conceito PEA TOTAL e a soma dos Empregados Assalariados Privados e dos Trabalhadores por Conta Própria pode ser assumida como pertinente ao Emprego Público.

Desta forma, tomou-se possível estimar "por resíduo" o rendimento médio do funcionalismo público, nas ocupações pesquisadas.

Como primeiro passo calculou-se a massa de rendimentos relativa ao conjunto dos trabalhadores pesquisados multiplicando-se, em cada ocupação, o número de trabalhadores que declararam rendimentos pelo respectivo rendimento médio.

Procedeu-se da mesma forma com os Empregados Assalariados Privados e com os Trabalhadores por Conta Própria. Com isto, obteve-se uma massa residual de rendimentos, que se atribui ao funcionalismo público.

Também por diferença chegou-se ao número de trabalhadores que declararam rendimentos e que podem ser assumidos como funcionários públicos.

De posse do numerador e do denominador foram calculados os rendimen

médios atribuíveis ao funcionalismo público, em cada ocupação pesquisada.

Como não se trata de dados fornecidos diretamente pela tabulação, este exercício foi realizado apenas para quatro agregados regionais. Dois deles podem ser considerados representativos do universo metropolitano: a Grande São Paulo e a Grande Rio de Janeiro. E os outros dois do universo não metropolitano: As Cidades Grandes e Médias do Nordeste e as Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste.

Isto posto, agora irá se examinar os dados das referidas tabelas.

Em que pese toda a cautela necessária ao se analisar dados censais desagregados relativos a rendimentos, é possível se vislumbrar os traços mais gerais do comportamento revelado pelas ocupações aqui pesquisadas no tocante a esta questão.

Se a Tabela nº 14 fosse transformada em gráfico, com certo esforço seria possível detectar uma estratificação destas ocupações em cinco faixas de rendimentos médios, que grosso modo se mantém ao longo dos vários critérios de regionalização adotados neste estudo.

A primeira observação mais geral diz respeito ao fato de que as ocupações com rendimentos médios mais baixos, apresentam uma situação relativa bastante estável em termos regionais. Ao contrário, à medida em que se elevam os rendimentos médios as oscilações se tornam mais bruscas.

Este comportamento estaria refletindo a complexidade crescente na composição das ocupações, no sentido dos rendimentos inferiores para os su-

periores. Ou seja, a diferenciação no interior das ocupações é maior nos estratos de rendimentos mais elevados.

Ainda no âmbito das observações mais gerais, nota-se que entre as ocupações que apresentam oscilações relevantes em termos regionais, a grande maioria apresenta um padrão característico, que neste estudo será tomado como o típico.

Tal padrão se refere ao fato de que ao se passar dos agregados metropolitanos para os não metropolitanos, manifesta-se uma tendência ascendente nos índices. Ou seja, estas ocupações encontram-se melhor situadas, em relação às demais ocupações pesquisadas, nos centros de menor desenvolvimento econômico. Ao contrário, nos centros mais desenvolvidos as disparidades são menos acentuadas.

Algumas qualificações adicionais são pertinentes. A primeira se refere ao agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste, cujo comportamento é tipicamente não metropolitano na expressiva maioria dos casos. Isto é, tal agregado nivela-se aos demais centros urbanos de menor desenvolvimento econômico.

Já o agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul revela o menor grau de disparidades, em geral apresentando os menores índices entre as Metrôpoles. Aqui, provavelmente, deve estar se refletindo um estilo distinto de desenvolvimento econômico, em especial quando comparado com a Grande São Paulo e a Grande Rio de Janeiro.

A última qualificação mais geral foge ao âmbito metropolitano e se refere ao agregado Cidades Grandes e Médias do Nordeste que, em geral, apre-

senta o grau mais acentuado de disparidades. Ou seja, onde as ocupações de rendimentos mais elevados estão mais distantes da base das ocupações aqui pesquisadas.

Agora irá se passar aos comentários mais específicos em relação aos cinco grupos de ocupações que compõem as já referidas faixas de rendimentos médios.

Como era de se esperar, a faixa de rendimentos médios mais elevados se compõe exclusivamente de ocupações do Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais. Embora apresentem entre si inúmeras trocas de posições, sua superioridade é nítida em todos os agregados regionais.

As ocupações englobadas neste patamar mais elevado, pela ordem decrescente, são: 106 – Médicos e Dentistas, 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares, 105 – Agrônomos e Afins, 103 – Engenheiros e Afins, 107 – Economistas, Matemáticos e Afins, 104 – Químicos, Físicos e Afins, 114 – Ocupações dos Transportes, 101 – Administradores de Empresas e Públicos e 112 – Escritores, Jornalistas e Afins.

As ocupações 106 – Médicos e Dentistas e 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares se destacam como aquelas de maiores rendimentos médios. As ocupações 101 – Administradores de Empresas e Públicos e 112 – Escritores, Jornalistas e Afins mantêm-se na posição mais baixa desta faixa e suas flutuações regionais são bem menos bruscas. Já as demais ocupações, que se encontram na posição central desta faixa apresentam como característica marcante suas bruscas oscilações, revelando uma maior complexidade de diferenciação em suas estruturas de rendimentos.

Por outro lado, apenas as ocupações 114 – Ocupações dos Transportes e 112 – Escritores, Jornalistas e Afins apresentam um comportamento distinto do típico, ao se passar dos agregados metropolitanos para os não metropolitanos. Ou seja, são menos diferenciados nos centros menos desenvolvidos.

Agregando-se as informações facultadas pela Tabela nº 15 e pelo ítem 3.4 anteriormente apresentado, pode-se compreender melhor o comportamento destas ocupações do primeiro escalão de rendimentos médios.

De início, observa-se que quatro destas ocupações possuem em comum o fato de que nelas os Empregados Assalariados Privados são predominantes e os Trabalhadores por Conta Própria são estatisticamente insignificantes. Assim, o complemento é dado pelos Funcionários Públicos.

Em três delas os dados sugerem que os Empregados Assalariados Privados são melhor remunerados que os Funcionários Públicos nos centros economicamente mais desenvolvidos. Nos outros agregados de menor desenvolvimento a situação se inverte e os Funcionários Públicos estão melhor situados. Isto se passa com as ocupações 101 – Administradores de Empresas e Públicos, 112 – Escritores, Jornalistas e Afins e 114 – Ocupações nos Transportes.

A quarta posição é a 104 – Químicos, Físicos e Afins. Nela, as evidências apontam no sentido de uma situação permanentemente mais favorável aos Empregados Assalariados Privados. A alteração de comportamento que se verifica no agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste não é suficiente para reverter esta tendência. Ali, os Trabalhadores por Conta Própria revelam uma presença mais significativa, e os Funcionários Públicos apresentam índices superiores que as outras duas situações empregatícias.

Duas outras ocupações revelam uma composição bastante próxima a este primeiro grupo. Também nelas predominam os Empregados Assalariados Privados e o principal complemento é dado pelos Funcionários Públicos. Contudo, os Trabalhadores por Conta Própria assumem algum significado.

Na ocupação 103 – Engenheiros e Afins, os Trabalhadores por Conta Própria sempre se encontram em melhor posição que as demais situações. Por outro lado, embora na Grande São Paulo os Funcionários Públicos revelem uma posição superior aos Empregados Assalariados Privados, as evidências sugerem que nos demais agregados a segunda posição fica com os Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 107 – Economistas, Matemáticos e Afins os dados também apontam para uma supremacia dos Trabalhadores por Conta Própria. Contudo, indicam também que os Empregados Assalariados Privados vão perdendo posição para os Funcionários Públicos, à medida em que se passa dos centros mais desenvolvidos para os de menor desenvolvimento.

Ainda no âmbito das ocupações que se situam na faixa de rendimentos mais elevados, existem duas que se caracterizam pelo fato de que nelas os Funcionários Públicos são numericamente predominantes.

Na ocupação 105 – Agrônomos e Afins, o complemento básico é dado pelos Empregados Assalariados Privados, embora os Trabalhadores por Conta Própria revelem uma certa presença. Nesta ocupação não se verifica uma tendência nítida quanto ao comportamento assumido pelas várias situações empregatícias, salvo o fato de que os Funcionários Públicos oscilam entre a segunda e a última posição. Em boa parte dos agregados regionais a situação

mais favorável cabe aos Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 106 – Médicos e Dentistas os Trabalhadores por Conta Própria são o complemento básico, com uma participação razoável dos Empregados Assalariados Privado. Esta ocupação revela um comportamento idêntico à anterior, em que também predominam os Funcionários Públicos, que consiste no fato de que os trabalhadores desta situação oscilarem entre a segunda e a última posição. Aqui, os Trabalhadores por Conta Própria encontram-se na posição mais favorável quando se trata dos centros Metropolitanos. Nos demais, o destaque fica com os Empregados Assalariados Privados.

Por fim, a última ocupação desta primeira faixa é a 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares, em que predominam os Trabalhadores por Conta Própria. O complemento é dado em igual medida pelos trabalhadores das duas outras situações empregatícias. Nesta ocupação também não se configura nitidamente uma tendência mais geral. A primeira posição é ocupada alternadamente pelos Trabalhadores por Conta Própria e pelos Empregados Assalariados Privados. Mais uma vez, os Funcionários Públicos oscilam entre a segunda e a terceira posição.

Num segundo patamar de rendimentos médios encontram-se as ocupações 204 – Corretores e Compradores, 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares e 203 – Viajantes e Representantes Pracistas. Aqui, o comportamento comum são as menores oscilações ao longo dos agregados regionais. Apenas a ocupação 203 – Viajantes e Representantes Pracistas revela o comportamento típico, ao se deslocar dos agregados metropolitanos para os não metropolitanos. Nas outras duas ocupações predomina uma certa estabilidade, ou se-

ja uma certa constância em suas estratificações.

Na ocupação 109 — Demais Professores e Funções Auxiliares os Funcionários Públicos são predominantes e é irrelevante a presença de Trabalhadores por Conta Própria. Assim, o complemento é dado pelos Empregados Assalariados Privados. Nesta ocupação, os Funcionários Públicos auferem os rendimentos médios mais elevados, em todos os agregados regionais.

Nas outras duas ocupações predominam os Empregados Assalariados Privados, e os Funcionários não revelam presença significativa. Desta forma, são os Trabalhadores por Conta Própria que se constituem no complemento básico.

Na ocupação 203 — Viajantes e Representantes Pracistas os Trabalhadores por Conta Própria estão sempre em melhor posição que os Empregados Assalariados Privados.

O mesmo se passa na ocupação 204 — Corretores e Compradores, quando se trata dos centros econômicos mais desenvolvidos. Nos demais as posições se alternam entre as duas situações.

O terceiro escalão de rendimentos médios se compõe das ocupações 111 — Assistentes e Agentes Sociais, 302 — Mestres de Obras, 102 — Bibliotecários, Museólogos e Programadores, 301 — Mestres e Contramestres (exclusive de Obras), 206 — Atletas Profissionais e Afins e 303 — Outras Ocupações de Supervisão. Excetuando-se as ocupações 302 — Mestres de Obras e 303 — Outras Ocupações de Supervisão, as demais apresentam bruscas oscilações ao longo dos agregados regionais.

Ao se passar do âmbito metropolitano para o não metropolitano fogem do padrão típico de comportamento a ocupação 111 – Assistentes e Agentes Sociais – com uma certa estabilidade –, e as ocupações 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores e 206 – Atletas Profissionais e Afins – que revelam uma tendência descendente.

Destas ocupações do terceiro escalão, quatro se caracterizam pela presença predominante dos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 206 – Atletas Profissionais e Afins os Empregados Assalariados Privados são exclusivos. Assim, não há o que se acrescentar aos comentários já feitos.

Nas ocupações 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores e 301 – Mestres e Contramestres (exclusive de Obras) o complemento é dado pelos Funcionários Públicos, e os Trabalhadores por Conta Própria são insignificantes. Em ambas os dados sugerem uma situação sempre mais favorável aos Empregados Assalariados Privados.

A quarta ocupação é a 302 – Mestres de Obras. Nela, o complemento básico é dado pelos Trabalhadores por Conta Própria, e os Funcionários Públicos revelam uma discreta presença. Os trabalhadores por Conta Própria estão sempre na posição destacada, à exceção do agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste. Quanto às outras duas situações não parece existir uma tendência clara e as posições vão se alternando nos vários agregados regionais.

As duas últimas ocupações que compõem este terceiro escalão apresentam como traço comum o predomínio numérico dos Funcionários Públicos. É

insignificante a presença de Trabalhadores por Conta Própria e o complemento básico é dado pelos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 111 – Assistentes e Agentes Sociais os funcionários Públicos se encontram em melhor situação nos centros mais desenvolvidos economicamente. Nos demais, os dados sugerem que as posições se alternam entre as duas situações, sem o claro predomínio de uma em relação à outra.

Na ocupação 303 – Outras Ocupações de Supervisão os Empregados Assalariados Privados se encontram sempre em melhor situação que os Funcionários Públicos.

Na penúltima faixa de rendimentos médios se encontram as ocupações 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares, 205 – Agentes dos Transportes e das Comunicações, 201 – Funções Burocráticas ou de Escritório, 202 – Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas e 108 – Professores de 1º Grau. Destas ocupações apenas a 108 – Professores de 1º Grau apresenta oscilações mais bruscas. As demais revelam um comportamento bastante estável nos vários agregados regionais. Por outro lado, com poucas exceções os índices de rendimentos médios relativos do conjunto destas ocupações são sempre inferiores à média regional.

Destas ocupações da quarta faixa de rendimentos médios, quatro se caracterizam pelo predomínio numérico dos Empregados Assalariados Privados.

Em três delas os Funcionários Públicos se constituem no complemento básico, e os Trabalhadores por Conta Própria são insignificantes. Por outro lado, os Funcionários Públicos sempre auferem os maiores rendimentos. São elas a 201 – Funções Burocráticas ou de Escritório, a 202 – Funções Auxí-

liares de Médicos e Dentistas e a 205 – Agentes dos Transportes e das Comunicações.

A quarta ocupação é a 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares. O complemento básico é dado pelos Trabalhadores por Conta Própria e os Funcionários Públicos revelam uma presença discreta. Nela, os Funcionários Públicos estão na posição mais destacada nos centros economicamente mais desenvolvidos. As evidências indicam que nos demais alternam esta posição com os Trabalhadores por Conta Própria. Por outro lado, os Empregados Assalariados Privados estão sempre na última colocação.

A última ocupação que compõe este quarto escalão é a 108 – Professores de 1º Grau. Nela predominam os Funcionários Públicos e é irrelevante a presença de Trabalhadores por Conta Própria. Assim, o complemento básico é dado pelos Empregados Assalariados Privados. Por outro lado, os Funcionários Públicos sempre auferem rendimentos médios superiores aos Empregados Assalariados Privados.

Finalmente, a quinta e última faixa de rendimentos médios se compõe das cinco ocupações do Grupo 400 – outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços. Da mesma forma que o penúltimo escalão, sua característica básica reside na estabilidade dos seus índices relativos e sua inferioridade em relação às médias regionais.

Destas cinco ocupações, três se caracterizam pelo predomínio numérico dos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 401 – Trabalhadores do Comércio Estabelecido esta si-

tução empregatícia é exclusiva, não havendo, portanto, o que se acrescentar aos comentários já feitos.

Nas outras duas, os Trabalhadores por Conta Própria são irrelevantes e o complemento básico é dado pelos Funcionários Públicos.

Na ocupação 404 - Cozinheiros e Garçons os Empregados Assalariados Privados são melhor remunerados nos centros economicamente mais desenvolvidos. Nos demais, destacam-se os Funcionários Públicos.

Na ocupação 405 - Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas os Funcionários Públicos estão sempre em melhor situação que os Empregados Assalariados Privados.

Nas duas últimas ocupações predominam os Trabalhadores por Conta Própria e o complemento básico é dado pelos Empregados Assalariados Privados. Os Funcionários Públicos são insignificantes. Em ambas, os Trabalhadores por Conta Própria se encontram em melhor posição. São elas a 402 - Vendedores Ambulantes e 403 - Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal.

TABELA Nº 13

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(Continua)

Localização Ocupações	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrô- poles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste	Cidades Grandes de SP e RJ
100	209	205	182	210	198
101	222	232	200	263	230
102	191	182	120	167	202
103	276	317	246	343	287
104	258	288	266	410	347
105	299	265	255	346	370
106	374	353	394	434	449
107	298	304	262	364	297
108	79	65	58	52	83
109	155	159	155	181	180
110	377	345	349	416	359
111	149	137	111	147	159
112	235	235	200	198	202
113	116	113	92	86	95
114	312	298	295	247	308
200	85	90	86	95	96
201	75	85	75	90	91
202	72	69	62	67	79
203	141	139	158	167	150
204	168	181	165	177	168
205	60	72	73	92	78
206	115	161	103	108	135
300	109	99	97	107	131
301	111	104	87	121	144
302	110	100	102	125	126
303	103	95	99	92	121
400	42	42	43	41	48
401	43	44	47	44	47
402	52	49	47	37	55
403	54	50	58	46	59
404	42	40	40	40	48
405	34	38	36	39	46
TOTAL	100	100	100	100	100

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 13

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(Conclusão)

Localização Ocupações	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	194	175	175	194	186
101	215	222	237	266	234
102	165	97	130	97	141
103	281	252	355	379	306
104	222	306	246	494	346
105	394	363	378	482	327
106	497	530	507	548	557
107	252	239	257	335	294
108	102	68	57	59	55
109	204	171	159	186	157
110	381	410	417	479	424
111	196	120	133	188	156
112	192	180	163	207	224
113	88	81	90	85	96
114	259	183	187	418	235
200	98	101	104	110	97
201	90	90	96	109	89
202	74	73	68	73	75
203	154	170	172	179	175
204	158	177	178	212	172
205	84	93	93	116	90
206	120	72	78	103	102
300	133	112	123	116	115
301	142	107	121	112	151
302	129	128	136	167	137
303	122	111	117	97	93
400	48	48	45	47	48
401	44	49	44	48	48
402	54	51	45	46	54
403	61	65	58	55	62
404	46	41	38	39	39
405	49	45	46	47	43
TOTAL	100	100	100	100	100

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

TABELA Nº 14

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(Continua)

Localização Ocupações	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrô- poles do Centro-Sul	Metrópolis do Norte-Nordeste	Cidades Grandes de SP e RJ
106	374	353	394	434	449
110	377	345	349	416	359
105	299	265	255	346	370
103	276	317	246	343	287
107	298	304	262	364	297
104	258	288	266	410	347
114	259	183	187	418	235
101	215	222	237	266	234
112	192	180	163	207	224
204	158	177	178	212	172
109	204	171	159	186	157
203	154	170	172	179	175
111	196	120	133	188	156
302	129	128	136	167	137
102	165	97	130	97	141
301	142	107	121	112	151
206	120	72	78	103	102
303	122	111	117	97	93
113	88	81	90	85	96
205	84	93	93	116	90
201	90	90	96	109	89
202	74	73	68	73	75
108	102	68	57	59	55
403	61	65	58	55	62
402	54	51	45	46	54
401	44	49	44	48	48
405	49	45	46	47	43
404	46	41	38	39	39

FONTE: Tabela nº 13

TABELA Nº 14

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(Conclusão)

Localização Ocupações	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
106	497	530	507	548	557
110	381	410	417	479	424
105	394	363	378	482	327
103	281	252	355	379	306
107	252	239	257	335	294
104	222	306	246	494	346
114	312	298	295	247	308
101	222	232	200	263	230
112	235	235	200	198	202
204	168	181	165	177	168
109	155	159	155	181	180
203	141	139	158	167	150
111	149	137	111	147	159
302	110	100	102	125	126
102	191	182	120	167	202
301	111	104	87	121	144
206	115	161	103	108	135
303	103	95	99	92	121
113	116	113	92	86	95
205	60	72	73	92	78
201	75	85	75	90	91
202	72	69	62	67	79
108	79	65	58	52	83
403	54	50	58	46	59
402	52	49	47	37	55
401	43	44	47	44	47
405	34	38	36	39	46
404	42	40	40	40	48

FONTE: Tabela nº 13

TABELA Nº 15

1970

DECOMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA,
EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100)

(Continua)

Localização Ocupações	Grande São Paulo			Grande Rio de Janeiro			Demais Metrôpo- les do Centro-Sul		Metrópolis do Norte- -Nordeste		Cidades Grandes de SP e RJ	
	A	CP	FP	A	CP	FP	A	CP	A	CP	A	CP
106	95	103	99	98	108	97	89	106	99	104	98	105
110	91	107	94	105	101	94	105	102	105	106	98	99
105	99	118	95	128	73	95	100	137	129	162	102	84
103	94	134	107	101	116	93	94	123	106	135	100	123
107	98	119	94	106	119	85	96	111	107	126	100	118
104	105	-	79	109	-	83	101	-	106	-	107	-
114	102	-	59	114	-	63	105	-	108	-	114	-
101	101	-	93	103	-	91	100	-	105	-	101	-
112	102	-	72	103	-	85	97	-	94	-	103	-
204	93	114	-	95	115	-	95	110	93	111	96	107
109	98	-	111	86	-	115	87	-	72	-	82	-
203	98	108	-	98	107	-	92	121	92	128	100	101
111	92	-	110	95	-	103	101	-	100	-	104	-
302	90	122	120	100	106	84	89	137	93	135	98	112
102	108	-	73	123	-	74	121	-	188	-	118	-
301	101	-	84	101	-	89	97	-	101	-	101	-
206	100	-	-	100	-	-	100	-	100	-	100	-
303	101	-	96	111	-	92	110	-	114	-	106	-
113	94	109	110	99	99	108	91	106	87	112	88	115
205	95	-	118	96	-	105	91	-	87	-	90	-
201	95	-	117	95	-	107	90	-	96	-	95	-
202	97	-	97	86	-	109	92	-	90	-	95	-
108	91	-	103	88	-	103	87	-	96	-	80	-
403	79	120	-	92	108	-	79	110	93	102	83	115
402	80	111	-	90	104	-	99	101	88	103	79	110
401	101	-	-	100	-	-	100	-	101	-	100	-
405	97	-	114	95	-	113	98	-	95	-	97	-
404	100	-	87	100	-	97	102	-	97	-	99	-

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

OBS.:

- A Empregados Assalariados Privados
- CP Trabalhadores por Conta Própria
- FP Funcionários Públicos

TABELA Nº 15

1970

DECOMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÉDIOS RELATIVOS, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA,
EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste			Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste		
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	FP	A	CP	FP
106	124	98	117	94	103	102	105	91	104	113	101	94
110	103	98	80	108	98	103	108	105	94	79	107	100
105	105	107	117	119	96	107	130	—	97	98	129	94
103	108	131	106	132	109	152	113	186	80	100	119	93
107	80	160	88	100	105	111	93	117	103	77	88	121
104	106	—	114	—	100	—	137	—	85	72	96	119
114	105	—	114	—	105	—	100	92	102	89	97	136
101	98	—	99	—	98	—	100	—	101	98	—	103
112	101	—	98	—	102	—	97	—	99	99	—	111
204	106	96	104	100	102	100	96	87	—	79	123	—
109	75	—	77	—	81	—	71	—	111	70	—	109
203	99	105	96	111	97	105	98	106	—	94	119	—
111	82	—	100	—	105	—	96	—	102	111	—	93
302	91	123	92	128	100	127	91	124	88	90	113	115
102	132	—	162	—	197	—	—	—	100	283	—	85
301	101	—	98	—	104	—	98	—	117	103	—	83
206	100	—	100	—	100	—	100	—	—	100	—	—
303	114	—	105	—	113	—	135	—	89	144	—	91
113	88	111	87	116	69	133	92	103	126	80	121	98
205	82	—	76	—	87	—	73	—	108	85	—	106
201	92	—	92	—	95	—	94	—	103	88	—	108
202	92	—	87	—	86	—	81	—	112	80	—	111
108	79	—	88	—	125	—	85	—	104	97	—	101
403	75	111	72	112	77	110	90	100	—	81	108	—
402	85	108	96	103	90	105	83	104	—	78	108	—
401	101	—	100	—	100	—	100	—	—	99	—	—
405	97	—	99	—	99	—	95	—	106	92	—	109
404	100	—	101	—	97	—	98	—	110	98	—	111

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*

OBS.:

- A Empregados Assalariados Privados
- CP Trabalhadores por Conta Própria
- FP Funcionários Públicos

3.6 - ANÁLISE DA ESCOLARIDADE DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

Neste ítem se tecerá algumas considerações sobre a escolaridade dos trabalhadores contemplados nas ocupações pesquisadas. Como vem ocorrendo em outras análises mais qualitativas, a base empírica para este estudo é dada pela "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA".

Um primeiro aspecto a ser abordado diz respeito à média de anos de estudo apresentada pelo conjunto dos trabalhadores das várias ocupações (conceito PEA TOTAL). A Tabela nº 16 apresenta os índices de escolaridade para cada agregado regional, tomando-se o Total Brasil Urbano como base.

Nota-se nesta tabela que, grosso modo, se configura um padrão metropolitano, com uma escolaridade levemente superior aos agregados não metropolitanos, ainda que sejam frequentes os casos em que os índices destes últimos igualem ou mesmo superem aqueles.

Porém, a constatação da conformação destes dois patamares não deve obscurecer o traço distintivo que reside nas mínimas oscilações dos índices ao longo dos agregados regionais. Ou seja, verifica-se em cada ocupação uma marcante homogeneidade nacional no que se refere à escolaridade dos trabalhadores nelas contemplados.

Com esta performance mais geral já estabelecida, o próximo passo é o de se verificar qual o comportamento assumido pelas várias situações empregatícias. Porém, tal comparação irá se restringir aos Empregados Assalariados Privados e aos Trabalhadores por Conta Própria, uma vez que, como

já se sabe, são as duas únicas situações para as quais a tabulação apresenta dados individualizados.

Por outro lado, para se evitar distorções meramente estatísticas, nas ocupações em que os trabalhadores por Conta Própria revelarem uma presença insignificante seus dados não serão considerados.

Quanto às ocupações que não forem objeto de comentários individualizados, não há o que se acrescentar àqueles já feitos em relação ao conceito PEA TOTAL.

Os dados para este estudo encontram-se na Tabela nº 17.

Nota-se nesta tabela que um grupo de quatro ocupações se caracteriza por revelar uma escolaridade superior dos Trabalhadores por Conta Própria, em relação aos Empregados Assalariados Privados.

Em três delas, tal superioridade se verifica em todos os agregados regionais. São elas a 103 – Engenheiros e Afins (onde a diferença é maior que as demais), a 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares e a 302 – Mestres de Obras. Na ocupação 107 – Economistas, Matemáticos e Afins, tal superioridade apenas não se mantém nos agregados Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, onde os maiores índices cabem aos Empregados Assalariados Privados.

Um outro grupo de sete ocupações possui como traço comum uma maior escolaridade dos Empregados Assalariados Privados.

Em cinco delas tal superioridade se mantém em todos os agregados regionais. Trata-se das ocupações 106 – Médicos e Dentistas, 203 – Viajantes e Representantes Pracistas, 204 – Corretores e Compradores, 402 – Vendedores Ambulantes (que apresenta uma diferença superior às demais) e 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal.

Na ocupação 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares, a situação se inverte nos agregados Grande São Paulo e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a superioridade cabe aos Trabalhadores por Conta Própria. E, a ocupação 105 – Agrônomos e Afins revela uma leve superioridade dos Empregados Assalariados Privados no agregado Total Brasil Urbano. Nos demais agregados os índices se igualam ou se alternam entre as duas situações.

Finalmente, a ocupação 114 – Ocupações dos Transportes não se enquadra em nenhum destes dois grupos anteriores. Nela, a presença de Trabalhadores por Conta Própria só é relevante nos agregados Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste. No primeiro, a superioridade cabe aos trabalhadores por Conta Própria e, no segundo, aos Empregados Assalariados Privados.

Como traço mais geral, nota-se na maioria das ocupações examinadas individualmente uma leve tendência em se elevarem as diferenças entre os índices das duas situações à medida em que se passa dos agregados do âmbito metropolitano para os agregados não metropolitanos.

O segundo aspecto a ser examinado diz respeito à proporção dos trabalhadores que possuem o curso superior.

De início cabe ressaltar que em muitas ocupações tal participação é irrelevante. Por isso, carece de sentido examinar-se as ocupações do Grupo 200 – Ocupações Não-manuais Especializadas, do Grupo 300 – Ocupações de Supervisão e do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços. Mesmo no Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais, o atributo Ensino Superior é irrelevante para algumas ocupações.

Desta forma, as únicas observações pertinentes dizem respeito a boa parte das ocupações do Grupo 100 – Técnicos, Administrativos e Profissionais, com presença razoável de profissionais com Ensino Superior. Na Tabela nº 18 considerou-se aquelas cuja participação é igual ou superior a 20%. São elas a 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores, 103 – Engenheiros e Afins, 104 – Químicos, Físicos e Afins, 105 – Agrônomos e Afins, 106 – Médicos e Dentistas, 107 – Economistas, Matemáticos e Afins, 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares, 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares, 111 – Assistentes e Agentes Sociais e 112 – Escritores, Jornalistas e Afins.

Como traço distintivo, tais ocupações revelam uma razoável uniformidade dos índices ao longo dos vários critérios regionais. E mais, tal uniformidade aumenta à medida em que as ocupações revelam uma maior frequência de profissionais com curso superior.

As ocupações que apresentam maiores oscilações são justamente aquelas com menor presença daqueles profissionais. É o caso da ocupação 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores e da 112 – Escritores, Jornalistas e Afins. Por outro lado, em geral, os índices são mais elevados nos agregados metropolitanos.

Também no que se refere à proporção de trabalhadores com curso superior, é possível se distinguir o que se passa com as duas situações individualizadas pela tabulação especial aqui utilizada.

A Tabela nº 19 apresenta os dados relativos à proporção de trabalhadores com curso superior nestas duas situações, em relação ao conjunto de trabalhadores em cada ocupação (conceito PEA TOTAL).

Da mesma forma que na análise precedente, só foram consideradas as ocupações em que é relevante o atributo ensino superior. Por outro lado, aqui também foram abandonados os dados da situação Trabalhadores por Conta Própria quando sua presença se revelou excessivamente reduzida.

Assim, apenas em cinco ocupações é pertinente o confronto entre as duas situações empregatícias, no que se refere à presença de trabalhadores com curso superior.

Em duas delas os Trabalhadores por Conta Própria apresentam índices mais elevados que os Empregados Assalariados Privados, em todos os agregados regionais. São elas a 103 – Engenheiros e Afins e a 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares. Na ocupação 105 – Agrônomos e Afins, aquela superioridade só não se verifica no agregado Demais Metrôpoles do Centro-Sul, onde a supremacia passa aos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 106 – Médicos e Dentistas, em geral, a superioridade cabe aos Empregados Assalariados Privados.

Por fim, na ocupação 107 – Economistas, Matemáticos e Afins a tendência não é muito nítida. Em geral, nas Metrôpoles os Trabalhadores por

Conta Própria revelam uma maior proporção de trabalhadores com curso superior. Já nos agregados não metropolitanos a superioridade cabe aos Empregados Assalariados Privados.

Nas demais ocupações consideradas é irrelevante a presença de Trabalhadores por Conta Própria, e os comentários referem-se exclusivamente aos Empregados Assalariados Privados.

Na ocupação 111 – Assistentes e Agentes Sociais e 112 – Escritores, Jornalistas e Afins os índices revelam, em geral, uma maior proporção de trabalhadores com curso superior nos agregados não metropolitanos.

Os índices da ocupação 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores são bastante erráticos. Contudo, verifica-se uma maior homogeneidade no âmbito metropolitano e nos agregados Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, que revelam igual comportamento.

Por fim, nas ocupações 104 – Químicos, Físicos e Afins e 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares os índices são bem mais estáveis. Na primeira, eles estão sempre muito próximos dos índices verificados para o conjunto dos trabalhadores desta ocupação. Na segunda eles são, sistematicamente, inferiores a 100%, revelando uma maior presença de Funcionários Públicos com curso superior nesta ocupação.

TABELA Nº 16

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICES DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrópoles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
100	100	102	101	98	104	103	102
101	100	102	100	96	106	102	105
102	100	102	101	99	104	100	106
103	100	102	101	96	107	102	103
104	100	100	99	100	99	100	101
105	100	99	99	100	98	101	99
106	100	101	101	100	101	100	101
107	100	101	101	102	102	99	99
108	100	101	102	103	102	101	98
109	100	101	100	99	99	105	99
110	100	101	101	101	102	101	99
111	100	100	99	99	103	89	102
112	100	102	103	99	106	98	96
113	100	105	106	99	115	106	92
114	100	103	107	107	108	99	78
200	100	100	99	94	104	105	102
201	100	99	98	93	102	103	103
202	100	103	103	97	107	107	104
203	100	104	103	99	108	111	105
204	100	104	104	99	114	107	99
205	100	100	99	88	105	103	106
206	100	102	100	94	103	106	103
300	100	100	100	94	109	108	98
301	100	100	100	96	111	104	100
302	100	100	98	91	102	116	100
303	100	105	107	98	115	107	95
400	100	100	103	97	105	121	87
401	100	100	102	94	102	118	98
402	100	107	121	117	128	128	72
403	100	102	102	100	102	119	93
404	100	100	103	94	106	122	88
405	100	103	103	94	109	115	91
TOTAL	100	101	101	96	104	111	95

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 16

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

ÍNDICE DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	103	96	96	94	100	93	96
101	104	90	84	91	99	97	102
102	103	93	87	78	96	87	87
103	105	86	87	82	95	92	91
104	100	99	100	99	98	99	100
105	99	101	98	101	101	99	98
106	101	99	99	98	96	96	96
107	102	97	93	94	98	90	93
108	102	102	102	98	100	92	92
109	102	96	100	103	99	90	96
110	101	101	98	98	97	95	96
111	100	101	103	84	99	102	98
112	103	92	82	81	88	87	94
113	106	91	88	83	91	79	89
114	105	99	76	61	85	74	72
200	101	93	93	96	101	98	101
201	101	91	98	99	106	101	102
202	106	91	88	94	94	91	104
203	105	92	82	89	96	88	92
204	105	91	70	84	83	77	78
205	103	89	86	94	106	105	106
206	104	103	94	90	91	91	113
300	104	94	94	94	100	85	94
301	102	96	98	93	96	85	100
302	102	91	96	102	91	93	98
303	109	97	93	90	102	80	90
400	103	97	100	108	103	77	105
401	104	94	100	106	102	90	110
402	107	114	103	107	97	62	103
403	105	95	100	102	98	74	98
404	103	100	97	113	94	69	100
405	103	97	97	100	100	79	103
TOTAL	104	91	92	96	100	84	97

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 17

1970

DECOMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano		Total das Metrópoles		Metrópoles do Centro-Sul		Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Demais Metrô- poles do Centro-Sul		Metrópoles do Norte-Nordeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
100	92	109	92	109	92	112	91	114	94	109	89	112	93	95
101	97	—	97	—	98	—	99	—	97	—	96	—	96	—
102	101	—	100	—	100	—	99	—	102	—	103	—	102	—
103	98	110	97	109	97	110	97	114	99	105	98	109	101	107
104	100	—	100	—	101	—	100	—	100	—	101	—	100	—
105	100	99	100	99	99	98	98	101	108	97	99	100	102	102
106	101	98	100	98	100	98	101	99	100	98	101	99	100	99
107	100	101	100	102	100	103	100	103	101	101	99	104	100	101
108	98	—	98	—	98	—	99	—	98	—	98	—	98	—
109	96	—	96	—	96	—	96	—	97	—	94	—	99	—
110	99	103	99	102	99	102	98	102	100	101	99	102	99	104
111	99	—	97	—	98	—	98	—	98	—	98	—	99	—
112	100	—	100	—	100	—	101	—	100	—	98	—	100	—
113	100	95	99	97	99	99	97	100	99	99	101	97	107	90
114	102	—	102	—	102	—	99	—	103	—	105	—	99	—
200	99	96	99	100	99	100	100	100	99	102	100	101	101	92
201	98	—	99	—	99	—	99	—	99	—	100	—	100	—
202	96	—	94	—	94	—	97	—	92	—	97	—	94	—
203	101	96	101	95	101	96	103	92	101	95	100	100	101	95
204	104	91	102	94	102	95	104	93	100	98	100	99	103	95
205	97	—	97	—	97	—	100	—	99	—	99	—	100	—
206	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—
300	98	87	98	89	98	89	100	92	97	79	98	102	98	87
301	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	98	—	100	—
302	95	105	95	107	98	109	93	113	100	100	94	118	98	105
303	103	—	100	—	98	—	100	—	104	—	102	—	104	—
400	105	77	105	79	103	88	100	89	102	90	104	85	115	65
401	102	—	102	—	100	—	100	—	100	—	102	—	102	—
402	124	93	123	94	114	94	115	94	114	95	124	92	124	95
403	105	95	102	95	102	98	102	95	102	95	102	98	105	95
404	100	—	100	—	97	—	100	—	100	—	97	—	100	—
405	97	—	97	—	97	—	100	—	94	—	100	—	97	—
TOTAL	92	81	92	84	92	93	96	93	91	95	92	97	94	58

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados; CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 17

1970

DECOMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles		Cidades Grandes de SP e RJ		Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste		Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
100	92	109	87	114	82	115	84	110	89	112	90	86	89	107
101	97	—	97	—	95	—	95	—	93	—	91	—	90	—
102	100	—	100	—	98	—	87	—	107	—	—	—	154	—
103	98	107	97	112	104	121	101	111	103	116	103	123	97	107
104	100	—	101	—	101	—	100	—	100	—	101	—	100	—
105	101	99	101	101	103	103	100	100	100	100	102	—	103	103
106	101	98	100	99	102	99	102	99	101	97	103	91	101	98
107	100	101	100	100	96	100	96	98	101	106	101	96	98	92
108	98	—	98	—	99	—	97	—	99	—	96	—	100	—
109	97	—	93	—	92	—	96	—	101	—	102	—	101	—
110	99	102	99	102	89	104	102	106	96	106	104	108	99	107
111	98	—	99	—	99	—	112	—	104	—	104	—	101	—
112	99	—	99	—	99	—	103	—	100	—	100	—	96	—
113	100	99	98	97	97	98	107	87	107	95	117	77	110	90
114	101	—	103	—	104	—	138	—	101	—	86	116	105	103
200	100	99	100	100	100	87	100	91	100	94	99	78	98	92
201	98	—	99	—	99	—	99	—	99	—	99	—	98	—
202	94	—	97	—	97	—	98	—	95	—	92	—	93	—
203	101	96	103	94	102	95	102	97	101	94	105	83	101	94
204	102	95	104	93	116	88	112	87	109	91	113	84	103	94
205	97	—	97	—	100	—	97	—	104	—	103	—	101	—
206	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—
300	98	89	100	84	102	92	98	84	92	77	98	91	96	88
301	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—	96	—	102	—
302	98	109	98	108	95	110	98	98	98	103	93	100	93	102
303	102	—	98	—	105	—	98	—	98	—	104	—	117	—
400	105	80	103	87	105	82	107	79	108	78	117	63	112	76
401	100	—	100	—	100	—	102	—	100	—	102	—	100	—
402	123	94	118	91	123	90	123	90	114	96	122	94	113	93
403	102	96	103	98	100	98	105	98	105	98	106	97	110	95
404	97	—	100	—	100	—	100	—	97	—	95	—	100	—
405	97	—	97	—	100	—	103	—	100	—	92	—	97	—
TOTAL	94	86	91	87	88	84	90	86	88	85	90	49	90	78

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados; CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 18

1970 - CONCEITO: PEA TOTAL

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES COM ENSINO SUPERIOR, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrô- poles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
102	100	104	96	81	112	96	165
103	100	102	102	94	115	94	102
104	100	100	100	100	99	101	100
105	100	99	99	99	94	102	100
106	100	101	101	101	101	101	101
107	100	105	107	108	108	97	100
109	100	104	104	92	108	126	98
110	100	101	102	101	103	100	97
111	100	100	98	80	120	64	110
112	100	111	114	100	132	89	79

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
102	112	46	77	27	81	58	81
103	107	70	72	65	93	83	78
104	100	100	101	89	101	100	101
105	99	102	99	103	103	101	100
106	101	100	99	98	93	95	94
107	108	88	66	71	92	61	68
109	108	90	96	104	78	66	66
110	101	100	96	95	95	88	91
111	100	106	82	52	84	110	86
112	111	75	36	25	43	39	68

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 19

1970

ÍNDICE RELATIVO DE TRABALHADORES COM ENSINO SUPERIOR, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano		Total das Metrópoles		Metrópoles do Centro-Sul		Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Demais Metrô- poles do Centro-Sul		Metrópoles do Norte-Nordeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
102	73	—	70	—	72	—	81	—	76	—	32	—	74	—
103	94	128	93	127	93	127	90	137	98	113	86	137	102	124
104	100	—	100	—	100	—	101	—	100	—	100	—	100	—
105	100	101	100	100	98	100	98	104	102	95	98	101	103	103
106	100	99	99	99	99	100	100	100	99	99	99	99	99	101
107	99	100	100	104	99	105	100	107	101	100	95	111	97	96
109	80	—	81	—	85	—	89	—	81	—	78	—	71	—
110	96	105	96	104	96	103	94	105	98	102	93	104	97	109
111	96	—	92	—	92	—	95	—	93	—	109	—	96	—
112	96	—	94	—	97	—	96	—	100	—	80	—	95	—

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles		Cidades Grandes de SP e RJ		Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste		Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
102	69	—	83	—	75	—	—	—	129	—	—	—	305	—
103	95	124	92	139	103	177	100	149	110	148	109	169	93	107
104	100	—	101	—	100	—	99	—	100	—	101	—	100	—
105	100	101	101	101	104	104	100	100	100	100	102	—	103	103
106	100	100	99	100	102	99	102	99	99	98	103	89	102	98
107	100	102	101	91	80	78	87	76	94	119	91	76	75	58
109	81	—	69	—	60	—	73	—	85	—	76	—	82	—
110	97	104	96	105	76	110	103	112	90	111	105	118	95	113
111	92	—	92	—	98	—	154	—	124	—	129	—	121	—
112	97	—	95	—	140	—	100	—	108	—	109	—	68	—

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados
CP: Trabalhadores por Conta Própria

3.7 - CARACTERÍSTICAS MIGRATÓRIAS DAS OCUPAÇÕES PESQUISADAS

Como já se viu anteriormente, a elevada proporção de trabalhadores migrantes é uma característica comum a todas as ocupações pesquisadas, o que dispensa comentários mais individualizados.

Examinando-se a Tabela nº 20, nota-se que, sem se distinguir as situações empregatícias, a presença de trabalhadores migrantes nos agregados metropolitanos, grosso modo, não difere muito do que se verifica em termos nacionais (tomando-se como referência o agregado Total Brasil Urbano).

Apenas se destacam os baixos índices que todas as ocupações apresentam no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste e, nos demais agregados metropolitanos, a maior presença de trabalhadores migrantes nas ocupações do Grupo 400 - Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Também merece registro o fato de que, em geral, os índices da Grande São Paulo são superiores aos verificados na Grande Rio de Janeiro.

Quanto aos agregados não metropolitanos chama a atenção a maior presença de trabalhadores migrantes que se verifica, em todas as ocupações, nas Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e nas Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro. O mesmo se passa com o agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, no que se refere às ocupações do Grupo 100 - Técnicos, Administrativos e Profissionais do Grupo 200 - Ocupações Não-manuais Especializadas.

Como traço comum aos agregados não metropolitanos tem-se uma menor presença relativa de trabalhadores migrantes nas ocupações do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

Procurando dar mais alguns passos nesta análise, irá se comparar, nas ocupações pertinentes, o comportamento assumido pelos Empregados Assalariados Privados e pelos Trabalhadores por Conta Própria. Para tanto irá se valer da Tabela nº 21.

Nota-se na referida tabela um grupo de ocupações em que a presença de trabalhadores migrantes é superior nos Trabalhadores por Conta Própria, em relação aos Empregados Assalariados Privados. Nas ocupações 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares; 203 – Viajantes e Representantes Pracistas; 402 – Vendedores Ambulantes; e, 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal, esta situação se verifica em todos os agregados regionais. Na ocupação 107 – Economistas, Matemáticos e Afins, excetuam-se os agregados Metrôpoles do Norte-Nordeste, Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro e Cidades Grandes e Médias do Sul. Já na ocupação 204 – Corretores e Compradores, os índices dos Empregados Assalariados Privados são ligeiramente superiores nos agregados Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro, Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste.

Em outras duas ocupações, os trabalhadores migrantes são relativamente mais numerosos. Na ocupação 103 – Engenheiros e Afins esta é a regra geral. Nã na ocupação 302 – Mestres de Obras, excetuam-se os agregados Metrôpoles do Norte-Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste.

Na ocupação 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares os índices das duas situações são muito próximos nos agregados metropolitanos. Apenas no agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste se configura uma expressiva superioridade dos índices relativos aos Empregados Assalariados Privados. Esta superioridade também se verifica nos agregados não metropolitanos, à exceção das Cidades Grandes e Médias do Sul e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste, onde os trabalhadores migrantes são relativamente mais numerosos entre os Trabalhadores por Conta Própria.

Na ocupação 106 – Médicos e Dentistas os índices dos Trabalhadores por Conta Própria são mais elevados nos agregados metropolitanos, à exceção da Grande Rio de Janeiro e Demais Metrôpoles do Centro-Sul. Nos agregados não metropolitanos os Empregados Assalariados Privados sempre são mais expressivos no que se refere à presença de trabalhadores migrantes.

Por fim, na ocupação 105 – Agrônomos e Afins não existe uma tendência nítida, com as situações se alternando entre os agregados em termos da superioridade de seus índices.

Outro aspecto a ser examinado diz respeito ao peso relativo dos migrantes mais recentes, tomados como os trabalhadores que chegaram nos últimos cinco anos que antecederam o Censo Demográfico de 1970.

A Tabela nº 22 apresenta os dados para tal análise.

Em termos globais, nota-se que nos agregados metropolitanos a participação de trabalhadores migrantes mais recentes é inferior ao que se verifica em termos urbanos nacionais (tendo-se como referência o agregado To-

tal Brasil Urbano). A curiosa exceção fica por conta do agregado Metrôpoles do Norte-Nordeste, que revela um fluxo migratório mais forte no período mais recente.

De um modo geral, também nos agregados não metropolitanos, os dados indicam nítidamente um maior vigor na afluência de trabalhadores migrante neste período mais recente que está sendo objeto desta análise. Estes índices mais elevados são generalizados, embora sejam relativamente maiores nas ocupações do Grupo 400 – Outras Ocupações Seleccionadas dos Serviços.

A seguir esta análise será desagregada, através da comparação do comportamento revelado pelas duas situações empregatícias, nas ocupações pertinentes. Tal estudo terá como suporte a Tabela nº 23.

Nota-se na referida tabela que as ocupações consideradas revelam como traço comum o fato de que, em geral, os Empregados Assalariados Privados apresentam uma presença significativa maior de trabalhadores migrantes recentes, em relação aos Trabalhadores por Conta Própria.

Os índices relativos aos Empregados Assalariados Privados são sempre mais elevados nas ocupações 103 – Engenheiros e Afins, 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares, 203 – Vigilantes e Representantes Pracistas, 204 – Corretores e Compradores, 402 – Vendedores Ambulantes e 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal.

Nas demais ocupações apenas como exceção a situação se inverte, com predomínio dos índices dos Trabalhadores por Conta Própria. É o que

ocorre na ocupação 105 – agrônomos e Afins, nos agregados Demais Metrôpo-
les do Centro-Sul e Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro. Na ocu-
pação 106 – Médicos e Dentistas, no agregado Cidades Grandes e Médias do
Sul. Na ocupação 113 - Artistas, Afins e Funções Auxiliares, no agregado
Cidades Grandes e Médias de Minas Gerais e Espírito Santo. E, na ocupação
302 – Mestres de Obras, no agregado Cidades Grandes e Médias do Norte e
Centro-Oeste.

TABELA Nº 20

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES MIGRANTES, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrópoles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
100	100	100	100	107	89	107	82
101	100	100	100	103	93	103	85
102	100	100	98	106	88	98	92
103	100	98	98	104	89	100	86
104	100	97	97	100	92	94	88
105	100	95	91	85	92	98	91
106	100	98	98	102	95	97	78
107	100	102	100	104	93	111	94
108	100	102	100	121	73	123	83
109	100	100	100	107	86	111	80
110	100	100	98	96	96	107	81
111	100	102	100	100	98	104	86
112	100	100	100	100	97	112	74
113	100	103	105	108	100	103	80
114	100	99	101	106	99	106	79
200	100	102	102	102	96	112	81
201	100	102	102	116	96	112	84
202	100	103	107	112	100	113	75
203	100	98	98	97	98	108	85
204	100	98	98	98	93	109	78
205	100	104	102	109	95	109	85
206	100	92	96	90	98	98	75
300	100	105	109	114	103	103	75
301	100	103	105	108	97	97	80
302	100	104	108	110	110	100	71
303	100	102	109	121	93	109	78
400	100	107	111	115	110	103	75
401	100	107	111	113	111	104	79
402	100	105	115	120	111	98	77
403	100	106	110	110	111	111	75
404	100	107	111	115	108	101	72
405	100	106	111	117	106	102	73
TOTAL	100	102	104	107	98	105	79

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 20

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES MIGRANTES, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-ÚRBANO" = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de, SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	96	114	111	96	98	91	109
101	97	118	115	98	100	95	108
102	94	125	137	94	62	98	113
103	95	123	119	100	105	102	121
104	94	122	116	123	91	97	120
105	94	115	118	94	118	102	118
106	97	112	120	103	109	97	123
107	98	111	96	76	100	104	143
108	94	115	110	98	104	94	106
109	96	114	113	96	95	96	114
110	98	104	119	107	96	93	117
111	98	113	104	121	71	104	79
112	98	119	110	97	107	88	117
113	98	120	112	97	95	83	110
114	96	122	112	147	88	93	100
200	96	117	113	96	96	94	104
201	96	118	112	94	94	96	102
202	98	112	110	92	82	82	102
203	95	118	112	107	107	102	123
204	95	114	128	114	102	100	124
205	98	113	111	95	100	95	107
206	86	127	141	98	106	112	116
300	98	116	114	86	94	80	98
301	95	112	112	79	89	85	92
302	100	111	103	88	90	82	103
303	93	121	121	97	98	83	98
400	102	111	105	82	82	77	93
401	102	111	100	82	82	79	96
402	100	118	116	90	93	84	98
403	103	106	106	89	84	76	105
404	104	107	99	76	76	69	83
405	102	114	110	83	83	75	89
TOTAL	96	114	109	89	89	86	100

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 21

1970

ÍNDICE RELATIVO DE TRABALHADORES MIGRANTES, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano		Total das Metrópoles		Metrópoles do Centro-Sul		Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Demais Metrô- poles do Centro-Sul		Metrópoles do Norte-Nordeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
103	1104	100	105	98	104	98	103	95	104	102	104	102	112	100
105	106	98	108	89	114	88	127	53	118	140	88	102	105	136
106	103	102	102	105	102	103	98	103	105	104	107	103	91	102
107	100	104	100	105	100	109	100	102	100	116	100	103	100	88
110	100	98	98	98	98	98	98	100	100	96	98	102	114	91
113	97	107	97	105	97	105	97	108	98	105	95	102	89	106
203	98	108	98	110	97	110	97	109	97	112	97	106	96	110
204	95	109	96	111	95	111	95	111	96	115	98	106	93	111
302	103	97	101	97	103	97	101	99	104	95	103	89	98	104
402	93	103	92	103	89	106	89	105	88	104	95	103	94	102
403	98	102	97	101	97	104	94	103	99	103	96	103	96	104

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados
CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 21

1970

ÍNDICE RELATIVO DE TRABALHADORES MIGRANTES, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles		Cidades Grandes de SP e RJ		Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste		Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
103	104	100	101	99	100	112	107	107	108	87	103	97	99	114
105	108	85	99	111	108	109	108	126	117	92	109	—	130	116
106	102	103	106	97	113	94	108	100	97	97	100	88	127	93
107	100	108	103	80	102	142	107	59	100	124	100	105	96	130
110	98	98	107	95	113	102	83	109	117	96	120	98	94	111
113	97	105	96	108	98	105	95	104	79	109	94	104	88	115
203	96	111	99	103	99	101	100	100	100	102	98	100	99	105
204	95	111	100	102	103	99	95	114	100	98	97	116	103	96
302	101	97	103	96	103	99	103	94	108	91	100	95	96	103
402	92	103	90	103	92	104	95	102	89	104	94	102	100	100
403	98	102	100	99	100	100	91	104	92	104	81	106	100	100

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados
CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 22

1970 – CONCEITO: PEA TOTAL

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES MIGRANTES RECENTES, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano	Total das Metrópoles	Metrópoles do Centro-Sul	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Demais Metrópoles do Centro-Sul	Metrópoles do Norte-Nordeste
100	100	92	85	92	73	96	100
101	100	91	83	83	74	100	122
102	100	95	91	109	68	64	100
103	100	90	87	87	80	90	113
104	100	89	82	93	71	50	104
105	100	89	83	91	68	89	86
106	100	89	89	110	74	74	58
107	100	95	86	100	76	81	133
108	100	100	97	106	74	103	87
109	100	93	89	104	70	96	78
110	100	87	87	93	73	93	93
111	100	92	80	88	72	72	120
112	100	90	86	110	67	90	110
113	100	93	89	93	81	100	119
114	100	90	87	116	77	77	119
200	100	96	92	96	81	108	104
201	100	100	96	92	81	112	108
202	100	96	96	104	76	124	96
203	100	88	80	76	84	96	124
204	100	95	90	80	90	120	125
205	100	96	92	96	88	100	104
206	100	89	84	76	84	93	107
300	100	95	90	90	86	105	124
301	100	100	95	95	95	105	89
302	100	95	91	86	91	100	114
303	100	95	86	91	73	100	114
400	100	97	97	100	90	97	100
401	100	100	97	100	91	100	106
402	100	93	86	86	82	107	100
403	100	96	92	100	83	96	108
404	100	97	97	103	88	100	91
405	100	103	103	110	93	93	100
TOTAL	100	100	96	100	89	104	107

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 22

1970 - CONCEITO: PEA TOTAL

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES MIGRANTES RECENTES, EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS

("BRASIL-URBANO" = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles	Cidades Grandes de SP e RJ	Cidades Médias de SP e RJ	Cidades Grandes e Médias do Sul	Cidades Grandes e Médias de MG e ES	Cidades Grandes e Médias do Nordeste	Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste
100	85	119	115	123	119	115	131
101	83	130	130	135	148	139	157
102	86	150	95	173	105	123	132
103	83	127	123	127	130	147	123
104	86	111	96	171	132	200	104
105	89	109	74	143	157	91	131
106	47	126	132	137	105	132	142
107	90	143	143	110	81	152	133
108	97	103	84	110	100	87	116
109	89	122	122	122	115	104	119
110	73	147	187	133	120	180	120
111	84	112	220	164	116	100	116
112	81	181	148	148	205	129	171
113	85	126	130	126	111	119	141
114	87	110	123	132	126	223	155
200	85	119	112	119	112	123	127
201	92	119	112	115	112	123	127
202	84	124	120	156	112	124	120
203	76	144	128	128	128	156	156
204	80	135	135	135	125	150	150
205	88	120	120	104	108	112	136
206	93	73	140	113	135	133	100
300	76	129	114	124	129	152	129
301	79	132	95	111	147	221	142
302	73	141	132	114	105	159	114
303	77	118	132	136	136	127	127
400	90	116	110	100	100	55	119
401	82	112	103	88	97	112	124
402	82	118	121	118	118	125	139
403	83	129	113	113	113	108	142
404	88	122	113	119	100	125	116
405	93	117	113	100	90	110	100
TOTAL	89	122	115	115	111	122	130

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

TABELA Nº 23

1970

ÍNDICE RELATIVO DE TRABALHADORES MIGRANTES, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Continua)

Localização Ocupações	Total Brasil-Urbano		Total das Metrópoles		Metrópoles do Centro-Sul		Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Demais Metrô- poles do Centro-Sul		Metrópoles do Norte-Nordeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
103	110	60	111	56	112	58	112	50	113	63	126	67	124	76
105	123	97	123	87	134	90	134	103	163	71	94	116	123	83
106	126	89	129	88	147	88	138	90	164	71	114	79	109	100
107	114	71	115	60	122	61	114	71	119	56	141	41	125	82
110	107	87	115	92	115	92	114	93	127	100	114	93	157	71
113	107	93	108	96	108	96	104	92	114	95	119	89	106	97
203	104	84	105	86	105	90	105	84	105	90	104	88	103	90
204	115	70	111	68	117	72	119	75	117	78	121	63	116	80
302	105	82	105	76	105	85	105	84	110	75	95	95	116	48
402	125	89	123	92	129	92	129	92	122	91	133	90	143	93
403	221	83	122	83	127	77	129	75	115	80	148	74	115	96

FONTE: *Apêndice Estatístico nº 2*OBS.: A: Empregados Assalariados Privados
CP: Trabalhadores por Conta Própria

TABELA Nº 23

1970

ÍNDICE RELATIVO DE TRABALHADORES MIGRANTES, POR SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA, EM
OCUPAÇÕES SELECIONADAS

(CONCEITO PEA TOTAL = 100%)

(Conclusão)

Localização Ocupações	Capitais das Metrópoles		Cidades Grandes de SP e RJ		Cidades Médias de SP e RJ		Cidades Grandes e Médias do Sul		Cidades Grandes e Médias de MG e ES		Cidades Grandes e Médias do Nordeste		Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste	
	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP	A	CP
103	116	56	105	71	114	86	111	55	128	74	130	80	122	97
105	123	84	111	129	104	92	142	86	140	36	150	—	122	115
106	233	144	146	100	124	104	73	104	110	95	148	68	130	85
107	116	58	107	107	67	150	96	74	141	—	122	63	79	71
110	127	100	100	91	121	96	115	80	139	83	96	85	106	72
113	109	96	109	85	111	89	103	97	80	110	122	84	113	87
203	100	84	106	86	100	91	100	100	103	78	108	64	100	95
204	119	63	115	81	137	74	126	70	128	68	110	70	120	83
302	113	69	110	87	117	79	104	72	109	91	106	77	92	120
402	130	91	115	94	124	91	124	88	118	91	137	91	118	95
403	130	80	119	81	119	85	122	93	107	96	135	92	115	94

FONTE: Apêndice Estatístico nº 2

OBS.: A: Empregados Assalariados Privados
CP: Trabalhadores por Conta Própria

APÉNDICE ESTADÍSTICO Nº 1

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1 – QUADRO I

BRASIL – 1970

PEA GLOBAL POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Continua)

Atividades Ocupações	Total	Agricultura, Pecuária, Silvicultura	Extração Vegetal	Caça e Pesca	Extração Mineral	Indústria de Transform.	Indústria de Construção	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Comércio de Mercadorias
PEA	29 557 224	12 578 064	359 198	153 096	175 424	3 241 861	1 719 714	158 428	2 263 539
Proprietários	1 191 213	198 242	2 109	158	1 947	88 741	10 522	69	702 956
PEA (-) Proprietários	28 366 011	12 379 822	357 089	152 938	173 477	3 153 120	1 709 192	158 359	1 560 583
Def.Nac., Seg. Pública	448 559	235	13	—	43	577	929	128	200
100	1 557 475	40 579	550	42	4 351	154 654	39 714	15 383	64 821
101	388 279	39 183	488	42	2 643	101 328	9 597	7 828	57 272
102	11 294	—	—	—	7	1 908	105	198	185
103	103 412	245	24	—	1 154	26 312	28 243	6 040	809
104	10 210	16	—	—	286	4 284	96	126	1 653
105	10 485	987	11	—	21	376	152	35	125
106	77 550	29	8	—	39	386	116	79	37
107	28 049	48	12	—	108	5 465	679	535	2 126
108	571 930	—	—	—	—	—	—	—	—
109	175 956	14	—	—	8	206	65	23	69
110	83 119	19	—	—	54	1 345	365	335	346
111	9 740	4	3	—	12	386	59	94	22
112	12 702	—	—	—	10	10 376	39	32	107
113	69 541	9	4	—	9	2 259	195	34	2 066
114	5 208	25	—	—	—	23	3	24	4
200	1 913 856	3 719	467	118	6 209	350 251	46 489	30 093	278 472
201	1 403 813	3 457	409	99	5 538	255 389	43 249	28 612	179 381
202	207 908	119	33	8	427	22 898	2 007	789	6 992
203	159 482	45	12	11	55	65 410	157	95	85 676
204	63 525	87	13	—	32	3 612	378	94	5 418
205	72 868	11	—	—	157	2 938	698	503	1 005
206	6 260	—	—	—	—	4	—	—	—
300	158 169	856	277	81	2 586	57 325	47 262	3 843	3 272
301	50 639	35	17	4	600	43 947	1 536	757	426
302	40 828	14	—	—	23	637	37 463	258	52
303	66 702	807	260	77	1 963	12 741	8 263	2 828	2 794
400	2 130 108	3 298	350	221	4 201	202 455	30 015	12 800	1 039 351
401	815 038	122	40	8	60	39 798	389	570	664 882
402	334 076	—	—	—	—	—	—	—	334 076
403	134 312	3	—	—	11	272	62	11	59
404	177 858	521	60	91	471	7 229	1 549	409	1 219
405	668 824	2 652	250	122	3 659	155 156	28 015	11 810	39 115
Total das Ocupações Pesquisadas	5 759 608	48 452	1 644	462	17 347	764 685	163 480	62 119	1 385 916

FONTE: *Tabulações Especial do Censo Demográfico, solicitada à F. IBGE pelo INPES/IPEA e cedida ao Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, do DEPE – UNICAMP.*

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1 – QUADRO I

BRASIL – 1970

PEA GLOBAL POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Conclusão)

Atividades Ocupações	Prestação de Serviços	Transporte e Comu- nicações	Atividades Sociais	Administra- ção Pública	Defesa Na- cional e Segurança Pública	Com. Imóv., Val. Mob., Crédito e Seguros	Profissões Liberais	Não Engloba- das, Mal De- finidas, Não Declaradas
PEA	3 626 494	1 244 395	1 470 621	633 490	518 851	434 040	266 874	713 135
Proprietários	167 682	8 028	2 093	—	—	4 748	3 373	545
PEA (-) Proprietários	3 458 812	1 236 367	1 468 528	633 490	518 851	429 292	263 501	712 590
Def. Nac., Seg. Pública	152	3 218	694	5 138	436 636	469	81	46
100	84 265	29 967	838 181	119 314	10 117	56 738	87 504	11 295
101	18 097	19 227	34 668	38 428	2 065	47 929	3 325	6 159
102	1 632	198	3 653	2 060	88	921	83	256
103	3 489	3 419	2 584	12 383	1 339	937	14 032	2 402
104	63	49	1 330	1 287	284	3	537	196
105	55	31	1 230	5 357	88	169	1 629	219
106	39	183	38 598	1 536	1 353	156	34 920	71
107	436	708	1 368	5 134	136	4 456	5 833	1 005
108	—	—	571 930	—	—	—	—	—
109	508	118	173 739	976	150	11	24	45
110	109	532	1 316	49 224	3 692	1 960	23 386	436
111	37	173	7 131	1 504	93	92	17	113
112	465	182	141	611	46	44	508	141
113	59 290	172	479	778	743	48	3 210	245
114	45	4 975	14	36	40	12	—	7
200	52 905	129 889	270 010	233 289	22 044	273 620	161 784	54 497
201	38 400	69 127	120 244	225 623	17 749	220 141	145 340	51 055
202	2 619	499	147 496	4 842	2 138	168	16 100	773
203	4 358	756	199	101	17	819	140	1 631
204	456	1 488	228	146	8	51 030	50	485
205	867	58 019	1 742	2 577	2 132	1 462	154	553
206	6 205	—	51	—	—	—	—	—
300	4 067	8 799	5 552	19 297	811	2 737	140	1 264
301	743	1 578	176	352	256	20	4	188
302	50	232	373	1 569	103	23	20	11
303	3 274	6 989	5 003	17 376	452	2 694	116	1 065
400	466 486	35 214	162 899	81 785	11 391	46 625	8 063	24 954
401	95 143	3 949	736	671	417	6 168	192	1 893
402	—	—	—	—	—	—	—	—
403	132 428	77	385	269	686	34	4	11
404	133 573	2 228	23 257	3 715	2 221	566	54	695
405	105 342	28 960	138 521	77 130	8 067	39 857	7 813	22 355
Total das Ocupações Pesquisadas	607 723	203 869	1 276 642	453 685	44 363	379 720	257 491	92 010

FONTE: *Tabulações Especial do Censo Demográfico, solicitada à F. IBGE pelo INPES/IPEA e cedida ao Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, do DEPE – UNICAMP.*

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1, QUADRO II

BRASIL — 1970 e 1980

PEA GLOBAL URBANA POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Continua)

Atividades Ocupações	PEA Urbana		Indústria de Transformação		Ind. Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
100	1 516 304	3 299 100	154 654	488 965	19 734	65 055
101	348 566	1 010 865	101 328	309 826	10 471	29 038
102	11 294	35 895	1 908	5 887	205	888
103	103 143	268 534	26 312	72 502	7 194	22 208
104	10 194	16 021	4 284	5 674	412	1 417
105	9 487	24 898	376	2 281	56	269
106	77 513	153 094	386	1 435	118	383
107	27 989	194 502	5 465	42 808	643	6 354
108	571 930	720 043	—	—	—	—
109	175 942	449 489	206	2 181	31	307
110	83 100	161 128	1 345	3 843	389	1 413
111	9 733	23 958	386	1 723	106	386
112	12 702	28 623	10 376	13 903(*)	42	69
113	69 528	157 876	2 259	8 193	43	139
114	5 183	8 992	23	331	24	91
Outras	—	45 182	—	18 378	—	2 093
200	1 909 552	3 847 060	350 251	723 502	36 302	83 410
201	1 399 848	2 999 617	255 389	593 228	34 150	79 421
202	207 748	379 974	22 898	8 908(*)	1 216	971
203	159 414	183 774	65 410	96 373	150	251
204	63 425	138 835	3 612	13 623	126	651
205	72 857	114 217	2 938	11 276	660	2 100
206	6 260	30 643	4	94	—	16
300	156 955	312 077	57 325	113 325	6 429	23 531
301	50 583	154 810	43 947	98 333	1 357	16 323
302	40 814	87 036	637	1 976	281	862
303	65 558	70 231	12 741	13 016	4 791	6346
400	2 126 239	4 957 721	202 455	456 057	17 001	39 109
401	814 868	2 383 171	39 798	123 927	630	481
402	334 076	546 673	—	—	—	—
403	134 309	182 420	272	87	22	49
404	177 186	363 062	7 229	28 356	880	3 301
405	665 800	1 482 395	155 156	303 687	15 469	35 278
Total das Ocupações Pesquisadas	5 709 050	12 415 958	764 685	1 781 849	79 466	211 105

FONTE: 1970 — Apêndice Estatístico nº 1, Quadro I; 1980 — F. IBGE, Censo Demográfico.

(*) Os dados sugerem alteração de classificação

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1, QUADRO II

BRASIL — 1970 e 1980

PEA GLOBAL URBANA POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Continua)

Atividades Ocupações	Construção Civil		Comércio de Mercadorias		Transportes e Comunicações	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
100	39 714	98 887	64 821	223 317	29 967	77 637
101	9 597	38 314	57 272	194 073	19 227	45 855
102	105	271	185	766	198	1 344
103	28 243	51 331	809	2 812	3 419	10 939
104	96	162	1 653	2 389	49	44
105	152	91	125	1 270	31	24
106	116	222	37	92	183	418
107	679	5 576	2 126	15 785	708	7 205
108	—	—	—	—	—	—
109	65	90	69	524	118	521
110	365	931	346	935	532	1 301
111	59	255	22	178	173	359
112	39	47	107	224	182	171
113	195	105	2 066	3 471	172	409
114	3	58	4	100	4 975	7 683
Outras	—	1 434	—	698	—	1 364
200	46 489	117 231	278 472	387 569	129 889	203 600
201	43 249	111 939	179 381	339 897	69 127	134 034
202	2 007	883	6 992	10 884	499	793
203	157	246	85 676	24 914(*)	756	1 260
204	378	2 261	5 418	7 187	1 488	3 142
205	698	1 890	1 005	4 679	58 019	64 355(*)
206	—	12	—	8	—	16
300	47 262	85 964	3 272	9 641	8 799	18 966
301	1 536	1 829	426	2 713	1 578	16 854
302	37 463	78 916	52	315	232	454
303	8 263	5 219	2 794	6 613	6 989	1 658
400	30 015	67 831	1 039 351	2 626 032	35 214	49 850
401	389	934	664 882	1 952 850	3 949	3 844
402	—	—	334 076	546 673	—	—
403	62	13	59	28	77	31
404	1 549	7 364	1 219	7 462	2 228	3 839
405	28 015	59 520	39 115	119 019	28 960	42 136
Total das Ocupações Pesquisadas	163 480	369 913	1 385 916	3 246 559	203 869	350 053

FONTE: 1970 — Apêndice Estatístico nº 1, Quadro I; 1980 — F. IBGE, Censo Demográfico.

(*) Os dados sugerem alteração de classificação

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1, QUADRO II

BRASIL — 1970 e 1980

PEA GLOBAL URBANA POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Continua)

Atividades Ocupações	Prestação de Serviços (Inclusive Profissões Liberais)		Atividades Sociais		Administração Pública, Defesa Nacional e Segurança Pública	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
100	171 769	456 051	838 181	1 457 959	129 431	249 302
101	21 422	95 158	34 668	89 268	40 493	74 319
102	1 715	6 561	3 653	12 009	2 148	4 988
103	17 521	70 967	2 584	5 135	13 722	27 999
104	600	867	1 330	3 642	1 571	1 663
105	1 684	6 415	1 230	7 643	5 445	6 243
106	34 959	162(*)	38 598	143 740(*)	2 889	6 165
107	6 269	59 523	1 368	9 870	5 270	18 923
108	—	—	571 930	720 043	—	—
109	532	959	173 739	431 134	1 126	12 659
110	23 495	60 256	1 316	3 629	52 916	83 382
111	54	473	7 131	15 479	1 597	4 579
112	973	11 998(*)	141	691	657	1 273
113	62 500	138 806	479	2 547	1 521	3 099
114	45	227	14	111	76	345
Outras	—	3 679	—	13 018	—	3 665
200	214 689	515 223	270 010	795 679	255 333	405 831
201	183 740	433 821	120 244	413 846	243 372	385 758
202	18 719	3 937(*)	147 496	343 210(*)	6 980	9 616
203	4 498	59 031(*)	199	633	118	106
204	506	9 223(*)	228	1 805	154	847
205	1 021	8 920(*)	1 792	6 800	4 709	8 797
206	6 205	291(*)	51	29 385(*)	—	707
300	4 207	16 008	5 552	5 431	20 108	26 820
301	747	11 680	176	1 944	608	4 043
302	70	355	373	571	1 672	3 388
303	3 390	3 973	5 003	2 916	17 828	19 389
400	474 549	1 055 534	162 899	399 607	93 176	160 331
401	95 335	289 624	736	4 595	1 088	951
402	—	—	—	—	—	—
403	132 432	180 410	385	1 099	955	633
404	133 627	231 293	23 257	65 499	5 936	12 485
405	113 155	354 207	138 521	328 414	85 197	146 262
Total das Ocupações Pesquisadas	865 214	2 042 816	1 276 642	2 658 676	498 048	842 284

FONTE: 1970 — Apêndice Estatístico nº 1, Quadro I; 1980 — F. IBGE, Censo Demográfico.

(*) Os dados sugerem alteração de classificação

APÊNDICE ESTATÍSTICO Nº 1, QUADRO II

BRASIL – 1970 e 1980

PEA GLOBAL URBANA POR OCUPAÇÕES SELECIONADAS E POR ATIVIDADES

(Conclusão)

Ocupações	Atividades	Comércio Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito e Seguros; Não Englobadas, Mal Definidas, Não Declaradas	
		1970	1980
100		68 033	181 927
101		54 088	135 014
102		1 177	3 181
103		3 339	4 641
104		199	163
105		388	662
106		227	477
107		5 461	28 458
108		—	—
109		56	1 114
110		2 396	5 438
111		205	526
112		185	247
113		293	1 107
114		19	46
Outras		—	853
200		328 117	615 015
201		271 196	507 673
202		941	772
203		2 450	960
204		51 515	100 096(*)
205		2 015	5 400
206		—	114
300		4 001	12 391
301		208	1 091
302		34	199
303		3 759	11 101
400		71 579	103 370
401		8 061	5 965
402		—	—
403		45	70
404		1 261	3 463
405		62 212	93 872
Total das Ocupações Pesquisadas		471 730	912 703

FONTE: 1970 – Apêndice Estatístico nº 1, Quadro I; 1980 – F. IBGE, Censo Demográfico.

(*) Os dados sugerem alteração de classificação

APÉNDICE ESTADÍSTICO Nº 2

APRESENTAÇÃO

O "Apêndice Estatístico nº 2 foi elaborado a partir da "Tabulação Especial - PEA AMOSTRA URBANA", do Censo Demográfico de 1970. Esta tabulação especial foi solicitada ao IBGE pelo INPES/IPEA e cedida por este órgão ao Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, do D E P E - UNICAMP. Ela contempla os 116 municípios que em 1970 contavam com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

As tabelas que compõem este apêndice agregam estes municípios por regiões, segundo os critérios indicados na apresentação do "Anexo Estatístico".

As legendas destas tabelas requerem alguns esclarecimentos adicionais, uma vez que foram reproduzidos exatamente na forma que resultou do processamento dos dados da tabulação especial.

Para cada agregado existem três tabelas, relativas ao conceito PEA TOTAL (nas tabelas grafado como "TOTAL"), ao conceito Empregados Assalariados Privados ("EMPREGADOS", nas tabelas) e ao conceito Trabalhadores por Conta própria ("CONTA PRÓPRIA", nas tabelas).

Em cada tabela existem seis colunas. Na coluna "N. T.", encontram-se os dados relativos ao número de trabalhadores em cada ocupação. Na coluna "R. M.", os dados correspondentes à renda média, em cruzeiros correntes. Na coluna "Anos de Estudo-Média", a média dos anos de estudo. Na coluna "Anos de Estudo - E.S.", o número de trabalhadores com curso superior. Na

coluna "Migração - N. M.", o número de trabalhadores migrantes. E, na coluna "Migração - (0 - 5)", o número de trabalhadores migrantes que chegaram nos cinco anos imediatamente anteriores ao Censo.

Por fim, cabe alertar que para quatro agregados regionais existe, ainda, mais um conjunto de três tabelas para cada um. Elas se referem aos mesmos conceitos que as anteriormente apresentadas. A única diferença é que, nestas tabelas, na primeira coluna – sob a legenda "N.T. C/Y" –, encontram-se os dados referentes ao número de trabalhadores em cada ocupação que declararam rendimentos. Tais agregados são: Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Cidades Grandes e Médias do Nordeste e Cidades Grandes e Médias do Norte e Centro-Oeste.

1	131683	1	546127	1	200124	1	11.5	1181.81	1	1181.81	1	932342	1	1
1	38612	1	45274	1	38485	1	8.0	1544.15	1	1544.15	1	2150.0	1	1
1	1087	1	4843	1	2961	1	11.8	1111.53	1	1111.53	1	3010	1	1
1	14504	1	60311	1	65820	1	13.1	1825.00	1	1825.00	1	15905	1	1
1	1342	1	4849	1	1584	1	13.8	1716.00	1	1716.00	1	7001	1	1
1	1394	1	3815	1	5011	1	10.8	1747.00	1	1747.00	1	5870	1	1
1	6529	1	24704	1	20052	1	10.5	2338.55	1	2338.55	1	27870	1	1
1	2795	1	13175	1	16338	1	14.9	1810.24	1	1810.24	1	28300	1	1
1	33050	1	140544	1	7053	1	11.8	370.17	1	370.17	1	21093	1	1
1	18924	1	69500	1	61179	1	13.3	952.43	1	952.43	1	10373	1	1
1	2693	1	10333	1	31800	1	10.5	2712.03	1	2712.03	1	34385	1	1
1	1100	1	8448	1	3905	1	13.3	838.85	1	838.85	1	8400	1	1
1	1430	1	4419	1	3244	1	12.0	1074.93	1	1074.93	1	11105	1	1
1	7800	1	27208	1	1381	1	0.0	621.47	1	621.47	1	9000	1	1
1	601	1	2628	1	557	1	10.8	1910.03	1	1910.03	1	4108	1	1
1	108278	1	74438	1	44032	1	0.3	541.00	1	541.00	1	116058	1	1
1	131522	1	404270	1	14657	1	0.7	490.18	1	490.18	1	101930	1	1
1	22313	1	29445	1	6804	1	0.8	504.93	1	504.93	1	10912	1	1
1	19418	1	29534	1	2022	1	7.4	401.00	1	401.00	1	11886	1	1
1	6041	1	30720	1	2254	1	8.1	408.08	1	408.08	1	22498	1	1
1	7593	1	30710	1	419	1	0.0	432.33	1	432.33	1	65500	1	1
1	1211	1	2143	1	71	1	0.8	433.48	1	433.48	1	4923	1	1
1	14535	1	2291	1	1437	1	3.3	615.24	1	615.24	1	1717	1	1
1	4580	1	2340	1	207	1	3.3	712.05	1	712.05	1	25871	1	1
1	4618	1	1340	1	132	1	4.4	674.03	1	674.03	1	48001	1	1
1	5337	1	23931	1	1058	1	5.9	500.93	1	500.93	1	41070	1	1
1	29173	1	89934	1	873	1	5.9	217.34	1	217.34	1	131343	1	1
1	44002	1	27005	1	000	1	4.4	253.44	1	253.44	1	50030	1	1
1	404	1	13310	1	140	1	2.4	200.00	1	200.00	1	21735	1	1
1	408	1	23938	1	44	1	4.2	314.50	1	314.50	1	4491	1	1
1	403	1	22474	1	8	1	3.2	241.59	1	241.59	1	114015	1	1
1	402	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	397	1	38224	1	8	1	3.2	241.59	1	241.59	1	114015	1	1
1	396	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	395	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	394	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	393	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	392	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	391	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	390	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	389	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	388	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	387	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	386	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	385	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	384	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	383	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	382	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	381	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	380	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	379	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	378	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	377	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	376	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	375	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	374	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	373	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	372	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	371	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	370	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	369	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	368	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	367	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	366	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	365	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	364	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	363	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	362	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	361	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	360	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	359	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	358	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	357	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	356	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	355	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	354	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	353	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	352	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	351	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	350	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	349	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	348	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	347	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	346	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	345	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	344	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	343	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	342	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	341	1	20217	1	105	1	3.3	222.80	1	222.80	1	100400	1	1
1	340	1	20217	1	105	1</								

1000-2000	1500-1999	1000-1499	500-999	0-499	1000-1499	500-999	0-499
1000	1500	1000	500	0	1000	500	0
1001	1501	1001	501	1	1001	501	1
1002	1502	1002	502	2	1002	502	2
1003	1503	1003	503	3	1003	503	3
1004	1504	1004	504	4	1004	504	4
1005	1505	1005	505	5	1005	505	5
1006	1506	1006	506	6	1006	506	6
1007	1507	1007	507	7	1007	507	7
1008	1508	1008	508	8	1008	508	8
1009	1509	1009	509	9	1009	509	9
1010	1510	1010	510	10	1010	510	10
1011	1511	1011	511	11	1011	511	11
1012	1512	1012	512	12	1012	512	12
1013	1513	1013	513	13	1013	513	13
1014	1514	1014	514	14	1014	514	14
1015	1515	1015	515	15	1015	515	15
1016	1516	1016	516	16	1016	516	16
1017	1517	1017	517	17	1017	517	17
1018	1518	1018	518	18	1018	518	18
1019	1519	1019	519	19	1019	519	19
1020	1520	1020	520	20	1020	520	20
1021	1521	1021	521	21	1021	521	21
1022	1522	1022	522	22	1022	522	22
1023	1523	1023	523	23	1023	523	23
1024	1524	1024	524	24	1024	524	24
1025	1525	1025	525	25	1025	525	25
1026	1526	1026	526	26	1026	526	26
1027	1527	1027	527	27	1027	527	27
1028	1528	1028	528	28	1028	528	28
1029	1529	1029	529	29	1029	529	29
1030	1530	1030	530	30	1030	530	30
1031	1531	1031	531	31	1031	531	31
1032	1532	1032	532	32	1032	532	32
1033	1533	1033	533	33	1033	533	33
1034	1534	1034	534	34	1034	534	34
1035	1535	1035	535	35	1035	535	35
1036	1536	1036	536	36	1036	536	36
1037	1537	1037	537	37	1037	537	37
1038	1538	1038	538	38	1038	538	38
1039	1539	1039	539	39	1039	539	39
1040	1540	1040	540	40	1040	540	40
1041	1541	1041	541	41	1041	541	41
1042	1542	1042	542	42	1042	542	42
1043	1543	1043	543	43	1043	543	43
1044	1544	1044	544	44	1044	544	44
1045	1545	1045	545	45	1045	545	45
1046	1546	1046	546	46	1046	546	46
1047	1547	1047	547	47	1047	547	47
1048	1548	1048	548	48	1048	548	48
1049	1549	1049	549	49	1049	549	49
1050	1550	1050	550	50	1050	550	50
1051	1551	1051	551	51	1051	551	51
1052	1552	1052	552	52	1052	552	52
1053	1553	1053	553	53	1053	553	53
1054	1554	1054	554	54	1054	554	54
1055	1555	1055	555	55	1055	555	55
1056	1556	1056	556	56	1056	556	56
1057	1557	1057	557	57	1057	557	57
1058	1558	1058	558	58	1058	558	58
1059	1559	1059	559	59	1059	559	59
1060	1560	1060	560	60	1060	560	60
1061	1561	1061	561	61	1061	561	61
1062	1562	1062	562	62	1062	562	62
1063	1563	1063	563	63	1063	563	63
1064	1564	1064	564	64	1064	564	64
1065	1565	1065	565	65	1065	565	65
1066	1566	1066	566	66	1066	566	66
1067	1567	1067	567	67	1067	567	67
1068	1568	1068	568	68	1068	568	68
1069	1569	1069	569	69	1069	569	69
1070	1570	1070	570	70	1070	570	70
1071	1571	1071	571	71	1071	571	71
1072	1572	1072	572	72	1072	572	72
1073	1573	1073	573	73	1073	573	73
1074	1574	1074	574	74	1074	574	74
1075	1575	1075	575	75	1075	575	75
1076	1576	1076	576	76	1076	576	76
1077	1577	1077	577	77	1077	577	77
1078	1578	1078	578	78	1078	578	78
1079	1579	1079	579	79	1079	579	79
1080	1580	1080	580	80	1080	580	80
1081	1581	1081	581	81	1081	581	81
1082	1582	1082	582	82	1082	582	82
1083	1583	1083	583	83	1083	583	83
1084	1584	1084	584	84	1084	584	84
1085	1585	1085	585	85	1085	585	85
1086	1586	1086	586	86	1086	586	86
1087	1587	1087	587	87	1087	587	87
1088	1588	1088	588	88	1088	588	88
1089	1589	1089	589	89	1089	589	89
1090	1590	1090	590	90	1090	590	90
1091	1591	1091	591	91	1091	591	91
1092	1592	1092	592	92	1092	592	92
1093	1593	1093	593	93	1093	593	93
1094	1594	1094	594	94	1094	594	94
1095	1595	1095	595	95	1095	595	95
1096	1596	1096	596	96	1096	596	96
1097	1597	1097	597	97	1097	597	97
1098	1598	1098	598	98	1098	598	98
1099	1599	1099	599	99	1099	599	99
1100	1600	1100	600	100	1100	600	100

1000-2000 1500-1999 1000-1499 500-999 0-499 1000-1499 500-999 0-499

TOTAL		REVENUE		EXPENSES		NET	
AMOUNT	PERCENT	AMOUNT	PERCENT	AMOUNT	PERCENT	AMOUNT	PERCENT
100	100.0	100	100.0	100	100.0	100	100.0
101	101.0	101	101.0	101	101.0	101	101.0
102	102.0	102	102.0	102	102.0	102	102.0
103	103.0	103	103.0	103	103.0	103	103.0
104	104.0	104	104.0	104	104.0	104	104.0
105	105.0	105	105.0	105	105.0	105	105.0
106	106.0	106	106.0	106	106.0	106	106.0
107	107.0	107	107.0	107	107.0	107	107.0
108	108.0	108	108.0	108	108.0	108	108.0
109	109.0	109	109.0	109	109.0	109	109.0
110	110.0	110	110.0	110	110.0	110	110.0
111	111.0	111	111.0	111	111.0	111	111.0
112	112.0	112	112.0	112	112.0	112	112.0
113	113.0	113	113.0	113	113.0	113	113.0
114	114.0	114	114.0	114	114.0	114	114.0
115	115.0	115	115.0	115	115.0	115	115.0
116	116.0	116	116.0	116	116.0	116	116.0
117	117.0	117	117.0	117	117.0	117	117.0
118	118.0	118	118.0	118	118.0	118	118.0
119	119.0	119	119.0	119	119.0	119	119.0
120	120.0	120	120.0	120	120.0	120	120.0
121	121.0	121	121.0	121	121.0	121	121.0
122	122.0	122	122.0	122	122.0	122	122.0
123	123.0	123	123.0	123	123.0	123	123.0
124	124.0	124	124.0	124	124.0	124	124.0
125	125.0	125	125.0	125	125.0	125	125.0
126	126.0	126	126.0	126	126.0	126	126.0
127	127.0	127	127.0	127	127.0	127	127.0
128	128.0	128	128.0	128	128.0	128	128.0
129	129.0	129	129.0	129	129.0	129	129.0
130	130.0	130	130.0	130	130.0	130	130.0
131	131.0	131	131.0	131	131.0	131	131.0
132	132.0	132	132.0	132	132.0	132	132.0
133	133.0	133	133.0	133	133.0	133	133.0
134	134.0	134	134.0	134	134.0	134	134.0
135	135.0	135	135.0	135	135.0	135	135.0
136	136.0	136	136.0	136	136.0	136	136.0
137	137.0	137	137.0	137	137.0	137	137.0
138	138.0	138	138.0	138	138.0	138	138.0
139	139.0	139	139.0	139	139.0	139	139.0
140	140.0	140	140.0	140	140.0	140	140.0
141	141.0	141	141.0	141	141.0	141	141.0
142	142.0	142	142.0	142	142.0	142	142.0
143	143.0	143	143.0	143	143.0	143	143.0
144	144.0	144	144.0	144	144.0	144	144.0
145	145.0	145	145.0	145	145.0	145	145.0
146	146.0	146	146.0	146	146.0	146	146.0
147	147.0	147	147.0	147	147.0	147	147.0
148	148.0	148	148.0	148	148.0	148	148.0
149	149.0	149	149.0	149	149.0	149	149.0
150	150.0	150	150.0	150	150.0	150	150.0
151	151.0	151	151.0	151	151.0	151	151.0
152	152.0	152	152.0	152	152.0	152	152.0
153	153.0	153	153.0	153	153.0	153	153.0
154	154.0	154	154.0	154	154.0	154	154.0
155	155.0	155	155.0	155	155.0	155	155.0
156	156.0	156	156.0	156	156.0	156	156.0

GRANDE SAN PABLO		CONIA PRUPHA	
Y	I	Y	I
187	13070	187	14700
188	0	188	0
189	1907	189	1101
190	133	190	123
191	5892	191	3794
192	100	192	468
193	100	193	400
194	100	194	107
195	100	195	22
196	100	196	101
197	100	197	101
198	100	198	101
199	100	199	101
200	100	200	101
201	100	201	101
202	100	202	101
203	100	203	101
204	100	204	101
205	100	205	101
206	100	206	101
207	100	207	101
208	100	208	101
209	100	209	101
210	100	210	101
211	100	211	101
212	100	212	101
213	100	213	101
214	100	214	101
215	100	215	101
216	100	216	101
217	100	217	101
218	100	218	101
219	100	219	101
220	100	220	101
221	100	221	101
222	100	222	101
223	100	223	101
224	100	224	101
225	100	225	101
226	100	226	101
227	100	227	101
228	100	228	101
229	100	229	101
230	100	230	101
231	100	231	101
232	100	232	101
233	100	233	101
234	100	234	101
235	100	235	101
236	100	236	101
237	100	237	101
238	100	238	101
239	100	239	101
240	100	240	101
241	100	241	101
242	100	242	101
243	100	243	101
244	100	244	101
245	100	245	101
246	100	246	101
247	100	247	101
248	100	248	101
249	100	249	101
250	100	250	101
251	100	251	101
252	100	252	101
253	100	253	101
254	100	254	101
255	100	255	101
256	100	256	101
257	100	257	101
258	100	258	101
259	100	259	101
260	100	260	101
261	100	261	101
262	100	262	101
263	100	263	101
264	100	264	101
265	100	265	101
266	100	266	101
267	100	267	101
268	100	268	101
269	100	269	101
270	100	270	101
271	100	271	101
272	100	272	101
273	100	273	101
274	100	274	101
275	100	275	101
276	100	276	101
277	100	277	101
278	100	278	101
279	100	279	101
280	100	280	101
281	100	281	101
282	100	282	101
283	100	283	101
284	100	284	101
285	100	285	101
286	100	286	101
287	100	287	101
288	100	288	101
289	100	289	101
290	100	290	101
291	100	291	101
292	100	292	101
293	100	293	101
294	100	294	101
295	100	295	101
296	100	296	101
297	100	297	101
298	100	298	101
299	100	299	101
300	100	300	101
301	100	301	101
302	100	302	101
303	100	303	101
304	100	304	101
305	100	305	101
306	100	306	101
307	100	307	101
308	100	308	101
309	100	309	101
310	100	310	101
311	100	311	101
312	100	312	101
313	100	313	101
314	100	314	101
315	100	315	101
316	100	316	101
317	100	317	101
318	100	318	101
319	100	319	101
320	100	320	101
321	100	321	101
322	100	322	101
323	100	323	101
324	100	324	101
325	100	325	101
326	100	326	101
327	100	327	101
328	100	328	101
329	100	329	101
330	100	330	101
331	100	331	101
332	100	332	101
333	100	333	101
334	100	334	101
335	100	335	101
336	100	336	101
337	100	337	101
338	100	338	101
339	100	339	101
340	100	340	101
341	100	341	101
342	100	342	101
343	100	343	101
344	100	344	101
345	100	345	101
346	100	346	101
347	100	347	101
348	100	348	101
349	100	349	101
350	100	350	101
351	100	351	101
352	100	352	101
353	100	353	101
354	100	354	101
355	100	355	101
356	100	356	101
357	100	357	101
358	100	358	101
359	100	359	101
360	100	360	101
361	100	361	101
362	100	362	101
363	100	363	101
364	100	364	101
365	100	365	101
366	100	366	101
367	100	367	101
368	100	368	101
369	100	369	101
370	100	370	101
371	100	371	101
372	100	372	101
373	100	373	101
374	100	374	101
375	100	375	101
376	100	376	101
377	100	377	101
378	100	378	101
379	100	379	101
380	100	380	101
381	100	381	101
382	100	382	101
383	100	383	101
384	100	384	101
385	100	385	101
386	100	386	101
387	100	387	101
388	100	388	101
389	100	389	101
390	100	390	101
391	100	391	101
392	100	392	101
393	100	393	101
394	100	394	101
395	100	395	101
396	100	396	101
397	100	397	101
398	100	398	101
399	100	399	101
400	100	400	101
401	100	401	101
402	100	402	101
403	100	403	101
404	100	404	101
405	100	405	101
406	100	406	101
407	100	407	101
408	100	408	101
409	100	409	101
410	100	410	101
411	100	411	101
412	100	412	101
413	100	413	101
414	100	414	101
415	100	415	101
416	100	416	101
417	100	417	101
418	100	418	101
419	100	419	101
420	100	420	101
421	100	421	101
422	100	422	101
423	100	423	101
424	100	424	101
425	100	425	101
426	100	426	101
427	100	427	101
428	100	428	101
429	100	429	101
430	100	430	101
431	100	431	101
432	100	432	101
433	100	433	101
434	100	434	101
435	100	435	101
436	100	436	101
437	100	437	101
438	100	438	101
439	100	439	101
440	100	440	101
441	100	441	101
442	100	442	101
443	100	443	101
444	100	444	101
445	100	445	101
446	100	446	101
447	100	447	101
448	100	448	101
449	100	449	101
450	100	450	101
451	100	451	101
452	100	452	101
453	100	453	101
454	100	454	101
455	100	455	101
456	100	456	101
457	100	457	101
458	100	458	101
459	100	459	101
460	100	460	101
461	100	461	101
462	100	462	101
463	100	463	101
464	100	464	101
465	100	465	101
466	100	466	101
467	100	467	101
468	100	468	101
469	100	469	101
470	100	470	101
471			

17-58	17-57	17-56	17-55	17-54	17-53	17-52	17-51	17-50	17-49	17-48	17-47	17-46	17-45	17-44	17-43	17-42	17-41	17-40	17-39	17-38	17-37	17-36	17-35	17-34	17-33	17-32	17-31	17-30	17-29	17-28	17-27	17-26	17-25	17-24	17-23	17-22	17-21	17-20	17-19	17-18	17-17	17-16	17-15	17-14	17-13	17-12	17-11	17-10	17-09	17-08	17-07	17-06	17-05	17-04	17-03	17-02	17-01
17-58	17-57	17-56	17-55	17-54	17-53	17-52	17-51	17-50	17-49	17-48	17-47	17-46	17-45	17-44	17-43	17-42	17-41	17-40	17-39	17-38	17-37	17-36	17-35	17-34	17-33	17-32	17-31	17-30	17-29	17-28	17-27	17-26	17-25	17-24	17-23	17-22	17-21	17-20	17-19	17-18	17-17	17-16	17-15	17-14	17-13	17-12	17-11	17-10	17-09	17-08	17-07	17-06	17-05	17-04	17-03	17-02	17-01
17-58	17-57	17-56	17-55	17-54	17-53	17-52	17-51	17-50	17-49	17-48	17-47	17-46	17-45	17-44	17-43	17-42	17-41	17-40	17-39	17-38	17-37	17-36	17-35	17-34	17-33	17-32	17-31	17-30	17-29	17-28	17-27	17-26	17-25	17-24	17-23	17-22	17-21	17-20	17-19	17-18	17-17	17-16	17-15	17-14	17-13	17-12	17-11	17-10	17-09	17-08	17-07	17-06	17-05	17-04	17-03	17-02	17-01
17-58	17-57	17-56	17-55	17-54	17-53	17-52	17-51	17-50	17-49	17-48	17-47	17-46	17-45	17-44	17-43	17-42	17-41	17-40	17-39	17-38	17-37	17-36	17-35	17-34	17-33	17-32	17-31	17-30	17-29	17-28	17-27	17-26	17-25	17-24	17-23	17-22	17-21	17-20	17-19	17-18	17-17	17-16	17-15	17-14	17-13	17-12	17-11	17-10	17-09	17-08	17-07	17-06	17-05	17-04	17-03	17-02	17-01

COPIES OF THE ABOVE LISTED RECORDS ARE AVAILABLE FOR INSPECTION AND PHOTODUPLICATION AT THE NATIONAL ARCHIVES AT COLLEGE PARK, MARYLAND.

COPIES OF THE ABOVE LISTED RECORDS ARE AVAILABLE FOR INSPECTION AND PHOTODUPLICATION AT THE NATIONAL ARCHIVES AT COLLEGE PARK, MARYLAND.

1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100
1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100

GRADE AND DARNING	EMPHASIS	GRADE AND DARNING	EMPHASIS
100	11.5	100	11.5
101	11.5	101	11.5
102	11.5	102	11.5
103	11.5	103	11.5
104	11.5	104	11.5
105	11.5	105	11.5
106	11.5	106	11.5
107	11.5	107	11.5
108	11.5	108	11.5
109	11.5	109	11.5
110	11.5	110	11.5
111	11.5	111	11.5
112	11.5	112	11.5
113	11.5	113	11.5
114	11.5	114	11.5
115	11.5	115	11.5
116	11.5	116	11.5
117	11.5	117	11.5
118	11.5	118	11.5
119	11.5	119	11.5
120	11.5	120	11.5
121	11.5	121	11.5
122	11.5	122	11.5
123	11.5	123	11.5
124	11.5	124	11.5
125	11.5	125	11.5
126	11.5	126	11.5
127	11.5	127	11.5
128	11.5	128	11.5
129	11.5	129	11.5
130	11.5	130	11.5
131	11.5	131	11.5
132	11.5	132	11.5
133	11.5	133	11.5
134	11.5	134	11.5
135	11.5	135	11.5
136	11.5	136	11.5
137	11.5	137	11.5
138	11.5	138	11.5
139	11.5	139	11.5
140	11.5	140	11.5
141	11.5	141	11.5
142	11.5	142	11.5
143	11.5	143	11.5
144	11.5	144	11.5
145	11.5	145	11.5
146	11.5	146	11.5
147	11.5	147	11.5
148	11.5	148	11.5
149	11.5	149	11.5
150	11.5	150	11.5

INSTRUMENT	DATE	TIME	TYPE	STATUS	REMARKS
1000	10/10	10:00	1	OK	
1000	10/10	10:05	1	OK	
1000	10/10	10:10	1	OK	
1000	10/10	10:15	1	OK	
1000	10/10	10:20	1	OK	
1000	10/10	10:25	1	OK	
1000	10/10	10:30	1	OK	
1000	10/10	10:35	1	OK	
1000	10/10	10:40	1	OK	
1000	10/10	10:45	1	OK	
1000	10/10	10:50	1	OK	
1000	10/10	10:55	1	OK	
1000	10/10	11:00	1	OK	
1000	10/10	11:05	1	OK	
1000	10/10	11:10	1	OK	
1000	10/10	11:15	1	OK	
1000	10/10	11:20	1	OK	
1000	10/10	11:25	1	OK	
1000	10/10	11:30	1	OK	
1000	10/10	11:35	1	OK	
1000	10/10	11:40	1	OK	
1000	10/10	11:45	1	OK	
1000	10/10	11:50	1	OK	
1000	10/10	11:55	1	OK	
1000	10/10	12:00	1	OK	
1000	10/10	12:05	1	OK	
1000	10/10	12:10	1	OK	
1000	10/10	12:15	1	OK	
1000	10/10	12:20	1	OK	
1000	10/10	12:25	1	OK	
1000	10/10	12:30	1	OK	
1000	10/10	12:35	1	OK	
1000	10/10	12:40	1	OK	
1000	10/10	12:45	1	OK	
1000	10/10	12:50	1	OK	
1000	10/10	12:55	1	OK	
1000	10/10	13:00	1	OK	
1000	10/10	13:05	1	OK	
1000	10/10	13:10	1	OK	
1000	10/10	13:15	1	OK	
1000	10/10	13:20	1	OK	
1000	10/10	13:25	1	OK	
1000	10/10	13:30	1	OK	
1000	10/10	13:35	1	OK	
1000	10/10	13:40	1	OK	
1000	10/10	13:45	1	OK	
1000	10/10	13:50	1	OK	
1000	10/10	13:55	1	OK	
1000	10/10	14:00	1	OK	
1000	10/10	14:05	1	OK	
1000	10/10	14:10	1	OK	
1000	10/10	14:15	1	OK	
1000	10/10	14:20	1	OK	
1000	10/10	14:25	1	OK	
1000	10/10	14:30	1	OK	
1000	10/10	14:35	1	OK	
1000	10/10	14:40	1	OK	
1000	10/10	14:45	1	OK	
1000	10/10	14:50	1	OK	
1000	10/10	14:55	1	OK	
1000	10/10	15:00	1	OK	
1000	10/10	15:05	1	OK	
1000	10/10	15:10	1	OK	
1000	10/10	15:15	1	OK	
1000	10/10	15:20	1	OK	
1000	10/10	15:25	1	OK	
1000	10/10	15:30	1	OK	
1000	10/10	15:35	1	OK	
1000	10/10	15:40	1	OK	
1000	10/10	15:45	1	OK	
1000	10/10	15:50	1	OK	
1000	10/10	15:55	1	OK	
1000	10/10	16:00	1	OK	
1000	10/10	16:05	1	OK	
1000	10/10	16:10	1	OK	
1000	10/10	16:15	1	OK	
1000	10/10	16:20	1	OK	
1000	10/10	16:25	1	OK	
1000	10/10	16:30	1	OK	
1000	10/10	16:35	1	OK	
1000	10/10	16:40	1	OK	
1000	10/10	16:45	1	OK	
1000	10/10	16:50	1	OK	
1000	10/10	16:55	1	OK	
1000	10/10	17:00	1	OK	
1000	10/10	17:05	1	OK	
1000	10/10	17:10	1	OK	
1000	10/10	17:15	1	OK	
1000	10/10	17:20	1	OK	
1000	10/10	17:25	1	OK	
1000	10/10	17:30	1	OK	
1000	10/10	17:35	1	OK	
1000	10/10	17:40	1	OK	
1000	10/10	17:45	1	OK	
1000	10/10	17:50	1	OK	
1000	10/10	17:55	1	OK	
1000	10/10	18:00	1	OK	
1000	10/10	18:05	1	OK	
1000	10/10	18:10	1	OK	
1000	10/10	18:15	1	OK	
1000	10/10	18:20	1	OK	
1000	10/10	18:25	1	OK	
1000	10/10	18:30	1	OK	
1000	10/10	18:35	1	OK	
1000	10/10	18:40	1	OK	
1000	10/10	18:45	1	OK	
1000	10/10	18:50	1	OK	
1000	10/10	18:55	1	OK	
1000	10/10	19:00	1	OK	
1000	10/10	19:05	1	OK	
1000	10/10	19:10	1	OK	
1000	10/10	19:15	1	OK	
1000	10/10	19:20	1	OK	
1000	10/10	19:25	1	OK	
1000	10/10	19:30	1	OK	
1000	10/10	19:35	1	OK	
1000	10/10	19:40	1	OK	
1000	10/10	19:45	1	OK	
1000	10/10	19:50	1	OK	
1000	10/10	19:55	1	OK	
1000	10/10	20:00	1	OK	
1000	10/10	20:05	1	OK	
1000	10/10	20:10	1	OK	
1000	10/10	20:15	1	OK	
1000	10/10	20:20	1	OK	
1000	10/10	20:25	1	OK	
1000	10/10	20:30	1	OK	
1000	10/10	20:35	1	OK	
1000	10/10	20:40	1	OK	
1000	10/10	20:45	1	OK	
1000	10/10	20:50	1	OK	
1000	10/10	20:55	1	OK	
1000	10/10	21:00	1	OK	
1000	10/10	21:05	1	OK	
1000	10/10	21:10	1	OK	
1000	10/10	21:15	1	OK	
1000	10/10	21:20	1	OK	
1000	10/10	21:25	1	OK	
1000	10/10	21:30	1	OK	
1000	10/10	21:35	1	OK	
1000	10/10	21:40	1	OK	
1000	10/10	21:45	1	OK	
1000	10/10	21:50	1	OK	
1000	10/10	21:55	1	OK	
1000	10/10	22:00	1	OK	
1000	10/10	22:05	1	OK	
1000	10/10	22:10	1	OK	
1000	10/10	22:15	1	OK	
1000	10/10	22:20	1	OK	
1000	10/10	22:25	1	OK	
1000	10/10	22:30	1	OK	
1000	10/10	22:35	1	OK	
1000	10/10	22:40	1	OK	
1000	10/10	22:45	1	OK	
1000	10/10	22:50	1	OK	
1000	10/10	22:55	1	OK	
1000	10/10	23:00	1	OK	
1000	10/10	23:05	1	OK	
1000	10/10	23:10	1	OK	
1000	10/10	23:15	1	OK	
1000	10/10	23:20	1	OK	
1000	10/10	23:25	1	OK	
1000	10/10	23:30	1	OK	
1000	10/10	23:35	1	OK	
1000	10/10	23:40	1	OK	
1000	10/10	23:45	1	OK	
1000	10/10	23:50	1	OK	
1000	10/10	23:55	1	OK	
1000	10/10	24:00	1	OK	

INSTRUMENT: 1000
DATE: 10/10
TIME: 10:00
TYPE: 1
STATUS: OK
REMARKS:

I	4198	I	12961	I	2122	I	8*5	I	66*200	I	6694	I	1008-2011
I	4	I	17	I	0	I	2*2	I	21*012	I	31	I	1009
I	434	I	1814	I	4	I	1*1	I	319*05	I	212	I	1010
I	1221	I	5211	I	4	I	2*7	I	299*82	I	712	I	1011
I	14	I	458	I	0	I	1*5	I	300*1	I	220	I	1012
I	2151	I	75-5	I	0	I	3*2	I	200*24	I	1975	I	1013
I		I		I		I		I		I		I	1014
I	75	I	527	I	0	I	4*0	I	211*43	I	408	I	1015
I	*	I	72	I	0	I	4*0	I	334*00	I	10	I	1016
I	74	I	353	I	0	I	5*0	I	208*00	I	48	I	1017
I		I		I		I		I		I		I	1018
I	661	I	406	I	1	I	0*0	I	100*0	I	1310	I	1019
I	280	I	503	I	10	I	5*0	I	753*20	I	1592	I	1020
I	10	I	47	I	8	I	6*8	I	713*21	I	123	I	1021
I	81	I	420	I	12	I	11*0	I	407*52	I	401	I	1022
I	507	I	2423	I	43	I	2*7	I	70*59	I	3024	I	1023
I		I		I		I		I		I		I	1024
I	0	I	4	I	0	I	8*0	I	300*00	I	8	I	1025
I	131	I	425	I	12	I	0*7	I	450*23	I	020	I	1026
I	103	I	327	I	500	I	10*9	I	1703*33	I	944	I	1027
I	05	I	241	I	30	I	6*7	I	193*41	I	401	I	1028
I	12	I	44	I	4	I	11*5	I	320*07	I	151	I	1029
I	22	I	48	I	20	I	13*9	I	1071*11	I	08	I	1030
I	220	I	845	I	117	I	10*1	I	2200*80	I	122	I	1031
I	5	I	20	I	20	I	10*0	I	1800*10	I	20	I	1032
I	0	I	0	I	0	I	10*0	I	1000*10	I	0	I	1033
I	00	I	102	I	100	I	10*0	I	1110*79	I	220	I	1034
I	022	I	2304	I	271	I	13*0	I	1-00*00	I	3201	I	1035

1008-2011
 1009
 1010
 1011
 1012
 1013
 1014
 1015
 1016
 1017
 1018
 1019
 1020
 1021
 1022
 1023
 1024
 1025
 1026
 1027
 1028
 1029
 1030
 1031
 1032
 1033
 1034
 1035

RESUMO DA TIPOLOGIA DAS OCUPAÇÕES

(Para auxiliar a consulta das tabelas)

100 – TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS

- 101 – Administradores de Empresas e Públicos
- 102 – Bibliotecários, Museólogos e Programadores
- 103 – Engenheiros e Afins
- 104 – Químicos, Físicos e Afins
- 105 – Agrônomos e Afins
- 106 – Médicos e Dentistas
- 107 – Economistas, Matemáticos e Afins
- 108 – Professores de 1º Grau
- 109 – Demais Professores e Funções Auxiliares
- 110 – Advogados, Afins e Funções Auxiliares
- 111 – Assistentes e Agentes Sociais
- 112 – Escritores, Jornalistas e Afins
- 113 – Artistas, Afins e Funções Auxiliares
- 114 – Ocupações dos Transportes

200 – OCUPAÇÕES NÃO MANUAIS ESPECIALIZADAS

- 201 – Funções Burocráticas ou de Escritório
- 202 – Funções Auxiliares de Médicos e Dentistas
- 203 – Viajantes e Representantes Pracistas
- 204 – Corretores e Compradores
- 205 – Agentes dos Transportes e das Comunicações
- 206 – Atletas Profissionais e Afins

300 – OCUPAÇÕES DE SUPERVISÃO

- 301 – Mestres e Contramestres (exclusive de Obras)
- 302 – Mestres de Obras
- 303 – Outras Ocupações de Supervisão

400 – OUTRAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS DOS SERVIÇOS

- 401 – Trabalhadores do Comércio Estabelecido
- 402 – Vendedores Ambulantes
- 403 – Trabalhadores dos Serviços de Higiene Pessoal
- 404 – Cozinheiros e Garçons
- 405 – Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas